

FREDERICO GODOY

**MOVIMENTO COOPERATIVISTA E ASSOCIATIVISTA:
um estudo sobre algumas formas de organização, resistência e criação dos
trabalhadores frente ao modo de produção capitalista**

ASSIS

2011

FREDERICO GODOY

**MOVIMENTO COOPERATIVISTA E ASSOCIATIVISTA:
um estudo sobre algumas formas de organização, resistência e criação dos
trabalhadores frente ao modo de produção capitalista**

Dissertação apresentada à Faculdade
de Ciências e Letras de Assis –
UNESP – Universidade Estadual
Paulista para a obtenção do título de
Mestre em Psicologia (Área de
Conhecimento: Psicologia e
Sociedade)

Orientador: Mário Sérgio Vasconcelos
Co-orientadora: Soráia Georgina
Ferreira de Paiva Cruz

ASSIS

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Godoy, Frederico	
G589m	Movimento cooperativista e associativista: um estudo sobre algumas formas de organização, resistência e criação dos trabalhadores frente ao modo de produção capitalista / Frederico Godoy. Assis, 2011 115 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Orientador: Prof. Dr. Mário Sérgio Vasconcelos Co-Orientador: Dr ^a Soraia Georgina Ferreira de Paiva Cruz 1. Cooperativismo. 2. Capitalismo. 3. Autogestão no trabalho. 4. Movimentos sociais. I. Título.
	CDD 334 330.122

MOVIMENTO COOPERATIVISTA E ASSOCIATIVISTA: um estudo
sobre algumas formas de organização, resistência e criação dos
trabalhadores frente ao modo de produção capitalista

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras – UNESP para a
obtenção do título de Mestre em
Psicologia (Área de Conhecimento:
Psicologia e Sociedade)

Data da Aprovação: 15/07/2011

COMISSÃO EXAMINADORA

Soraia Georgina Ferreira da Silva St.

Presidente: PROFA. DRA. SORAIA GEORGINA F. P. CRUZ - UNESP/Assis

Meyre Eiras de Barros Pinto
Membros: PROFA. DRA. MEYRE EIRAS DE BARROS PINTO - UEL/Londrina

Ana Maria R. Carvalho
PROFA. DRA. ANA MARIA R. CARVALHO - UNESP/Assis

*À Rita,
Minha avó, mãe, que não pôde acompanhar
esta conquista e mesmo assim me
impulsionou (a) pela sua força de vontade e
exemplo de vida solidária.*

AGRADECIMENTOS

À Soraia Georgina Ferreira de Paiva Cruz, que nesta trajetória do mestrado foi mais que uma orientadora e demonstrou que as relações de saber podem ser atravessadas e compostas por inúmeros afetos, como a delicadeza, leveza e alegria. Obrigado por tudo! E que a nossa parceria se fortaleça ainda mais e possa estender-se por muito mais tempo.

Agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo financiamento à pesquisa, cujo auxílio possibilitou a dedicação exclusiva e integral ao trabalho durante o último ano de pesquisa.

Agradeço aos funcionários da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Sueli, Iria, Marcos e Keyla da sessão de Pós-Graduação, Auro, Ana Paula, Heloísa, Lucelena da Biblioteca pelo apoio, tempo e carinho os quais foram cruciais para a realização desta dissertação.

À minha família, em especial meus pais, meus avós, minha tia Alaíde e meus primos Everaldo, Elaine, Edevaldo e Erivaldo, a toda família Buratto e tia Nice pela confiança inabalável, pelo apoio incondicional e acima de tudo pelos exemplos de vida, respeito e carinho que têm por mim.

À Maria Carolina de Miranda Guimarães, este espaço não é suficiente para lhe agradecer, pois, você como canta alguns músicos é uma menina difícil de esquecer e possui um brilho próprio, sem a sua companhia, a sua amizade, o seu carinho, eu não seria capaz de chegar aonde cheguei e realizar este sonho. Agradeço ainda pela inspiração, confiança e a felicidade que você tem me proporcionado neste tempo em que estamos juntos.

À Ana Maria Rodrigues de Carvalho, minha professora e companheira que esteve presente desde a época da graduação até essa etapa do mestrado, pelo apoio, pelas críticas, incentivos e alegrias vividas que auxiliaram neste trabalho.

À Meyre Eiras de Barros Pinto, pelos apontamentos na qualificação que nos auxiliaram para a elaboração desta dissertação, e acima de tudo pela suavidade, alegria e docilidade que transmite às pessoas e à vida.

À Rafael Oliveira, Priscila Miraz, Igor, Marulice, Guilherme Salomão, Guilherme Providello, Priscila Sales, Rodrigo Tapete, Diego Toloy, Gabriel, Krossano, Thiago Domingues, Cássia, Ana Laís, Fernando, Thaís, Luiz Fernando, Liliane, Aline Almussa, Danilo Dellu, Daniel, William, Dudu, Du, Cuca, Clarissa, Rener, Eder, Piter, Patrícia, Douglas, Pedro Paulo, Luciana, amigos que estiveram junto comigo nestes dois anos e meio e muitos outros, experimentando e compartilhando inúmeras alegrias, tristezas e conquistas.

Neste momento de intensa alegria, diversas pessoas que foram significativas em nossa vida vêm à mente, no entanto, alguns desses nomes podem escapar a memória, peço mil desculpas às pessoas que não foram citadas neste espaço, saibam que vocês estão junto comigo em tudo aquilo que faço, vivo e experimento nesta vida.

GODOY, Frederico. *Movimento Cooperativista e associativista: Um estudo sobre algumas formas de organização, resistência e criação dos trabalhadores frente ao modo de produção capitalista*. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2011.

RESUMO

Mostramos neste projeto como o movimento cooperativista e associativista se configurou como uma organização dos homens, que percorreu desde a Antiguidade até os dias atuais apresentando inúmeras configurações e diferentes processos de trabalho e como foi atravessado por questões políticas, sociais, culturais. Entendemos ainda que estes empreendimentos foram constituídos por movimentações, recriações constantes, ao invés de práticas estanques e sedentárias. A perspectiva que adotamos neste trabalho teve como foco os empreendimentos populares em detrimento das grandes empresas e conglomerados. Neste sentido analisamos três aspectos e teorizações que os ideais socialistas assumiram para auxiliar o movimento dos trabalhadores, a saber: o pensamento marxista, o pensamento anarquista e as concepções dos autores da Economia Solidária e Popular. Examinamos também as contribuições da Psicologia, através de referenciais como a Psicodinâmica do Trabalho e Psicossociologia e a atuação dos profissionais *psi* junto ao movimento cooperativista e associativista no campo das organizações, da saúde mental e das Incubadoras Tecnológicas. Utilizamos uma metodologia dialética para compreender as contradições entre o movimento cooperativista e associativista e o modo de produção capitalista, tendo em vista a possibilidade daquele se constituir como uma estratégia de superação e resistência e/ou como um subproduto e efeito deste.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativismo; capitalismo; autogestão no trabalho e movimentos sociais

GODOY, Frederico. *Cooperative Movement and associative: a study of some forms of organization, resistance and creation of the workers against the capitalist mode of production*. 2011. 115 f. Thesis (MA in Psychology) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho ", Assis, 2011.

ABSTRACT

We will show in this project how the cooperative and associative movement was configured as an organization of men which has been in course since Antiquity until nowadays, presenting several configurations and forms of work organization. In the same way we will show how it got involved with political issues; social and cultural. We will understand also that these enterprises are constituted by processes and movements, constant recreations, in instead of tight and sedentary practices. The perspective adopted by us in this project will bring into focus the popular movements and enterprises over the big companies and conglomerates. In this work we will analyze three configurations which the socialist ideals took on in order to help the worker's movement, namely the Marxist thought, the anarchist thought and the Popular and Solidarity Economy's authors' conceptions. In addition we will examine the contributions of Psychology through theoretical references such as Psychodynamics of work and Social Psychology, and the performance of these workers along with the cooperative and associative movement in the fields of organizations, mental health and technology based incubators. We will use a dialectic methodology in order to examine the contradictory relationship between the associative and cooperative movement and the capitalist means of production, in view of the possibility of the former constitutes as a strategy of overcoming and resistance and/or as a byproduct or effect of the latter.

KEY-WORDS: Cooperativism; capitalism; self-management in work and social movements

ABREVIATURAS

ACI - Aliança Cooperativa Internacional

ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária

ASMOCONP - Associação de Moradores do Conjunto Palmeira

CAPSA - Círculo de Amigos do Pão de Santo Antônio

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CPA - Cooperativas de Produção Agropecuárias

CPS - Cooperativas de Prestação de Serviços

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

LETS - Local Exchange Trading System

MST - Movimento dos Sem-Terra

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil

ONG - Organização Não-Governamental

PIRASSIS – Associação dos Usuários, Familiares e Amigos da Saúde Mental de Assis

PNQ – Programa Nacional de Qualificação

REL - Redes de Economia Local

SCA – Sistema Cooperativista de Assentamento

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	05
RESUMO.....	07
ABSTRACT.....	08
ABREVIATURAS.....	09
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 01: A constituição e implantação do capitalismo e os movimentos de resistência dos trabalhadores a partir do cooperativismo e associativismo.....	21
1.1 Concepções de História como lutas de classe e modos de produção.....	21
1.2 O período medieval e as formas de associação dos sujeitos: das comunidades familiares, guildas e corporações de ofício até a implantação das manufaturas.....	22
1.3 A constituição do modo de produção capitalista e as organizações dos trabalhadores a partir de sindicatos, cooperativas e associações.....	35
1.4 As normatizações implantadas pelo Estado brasileiro sobre o movimento cooperativista e associativista e as composições deste com outros movimentos sociais na atualidade.....	49
CAPÍTULO 02: Os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade tomados a partir de iniciativas criadoras do movimento dos trabalhadores.....	61
2.1 As iniciativas anarquistas: o regime federalista e a constituição de comunas.....	62
2.2 As iniciativas marxistas: a coligação dos empreendimentos cooperativos, associativos e o poder público.....	69
2.3 Iniciativas do poder público brasileiro e a possível consonância com o pensamento marxista.....	p.71

2.4 As iniciativas realizadas pela Economia Solidária e a consolidação de redes de empreendimentos cooperativos e associativos.....	77
CAPÍTULO 03: As contribuições teóricas e práticas da Psicologia ao movimento cooperativista e associativista e a relação entre trabalho e identidade.....	88
(IN) CONCLUSÃO: algumas implicações e perspectivas para o movimento cooperativista e associativista.....	100
REFERÊNCIAS.....	104

INTRODUÇÃO

Nosso primeiro contato com o movimento cooperativista e associativista ocorreu no ano de 2007 por meio do programa de estágio do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, no Núcleo de Assessoria à Formação e ao Desenvolvimento de Cooperativas e Grupos Populares.

As atividades deste núcleo incluíam acompanhamento do cotidiano dos grupos assessorados, realização de programas de capacitação, divulgação dos princípios da Economia Solidária, entre outras. O intuito dessas práticas era o fomento, geração de trabalho e renda aos associados.

As relações de parceria e assessoria se compuseram através de diversas formas de cooperativas e associações da cidade de Assis e região, desde parcerias com entidades da Igreja Católica como a Cáritas e o CAPSA, até o envolvimento com empreendimentos como as Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, transitando por associações de bairro que organizavam hortas comunitárias, associações de usuários, trabalhadores e amigos dos serviços de Saúde Mental, até assentamentos do INCRA.

Depois de termos apontado por qual caminho se deu nosso contato com o objeto de nosso estudo, passaremos agora a uma primeira análise do que viria a ser o modo de produção capitalista e os movimentos organizados pelos trabalhadores para tentar escapar aos seus processos de exclusão e exploração, através da criação de formas de associação.

A ideia de modo de produção segundo Bottomore (1988), compreenderia as formas pelas quais os sujeitos executam atividades produtivas, a partir de relações sociais de produção e determinados processos de trabalho. Além disso, compreenderia a maneira como os frutos da produção, ou seja, o excedente é apropriado aos indivíduos.

Bottomore (1988, p.267) acrescenta ainda que esses modos de produção não organizariam somente questões econômicas da sociedade, mas também influenciariam questões políticas, sociais e culturais, o que seria denominado por Marx como a superestrutura.

Ainda sobre a perspectiva marxista sobre os modos de produção, Bottomore (1988) assinala que cada sociedade apresentaria diversas maneiras de organizar a produção, de acordo com seus processos históricos, entretanto uma determinada forma pode prevalecer ou mesmo sobrepujar as demais, ocasionando uma revolução socioeconômica na sociedade.

Alguns modos de produção assumidos no decorrer das civilizações foram: nas sociedades antigas tivemos o modo de produção asiático, onde os escravos exerciam as funções produtoras para os senhores e reis. A sociedade da Idade Média desenvolveu o modo de produção feudal cujos atores eram os senhores feudais que adquiriam a produção dos seus servos e no final desta mesma época, até os dias atuais, surgiu o modo de produção capitalista, o qual se articulou por meio das figuras do burguês e do proletário e na Idade Moderna surgiu também o modo de produção socialista no qual todos os indivíduos controlam as atividades e o excedente é distribuído equitativamente.

Nestes modos de produção que se originaram no decorrer das sociedades antigas até os dias de hoje, encontramos outra noção que estaria implícita nas formas de produzir, a relação entre as classes que compõem esse processo, e que para Marx constituem o motor da história, assim como os modos de produção.

No tocante às relações entre as classes, Poulantzas (1971) diz que estas se engendrariam por meio de relações de poder, e os sujeitos que as integram, ao defenderem seus interesses estariam articulando e exercendo seus poderes, e neste jogo entre as diferentes classes poderiam ser demarcados os papéis de dominação e subordinação da sociedade. No caso da sociedade capitalista, o papel de opressor e dominador cabe na maioria das vezes aos burgueses e a figura de subordinado cabe aos trabalhadores.

A seguir, apontaremos algumas das características do modo de produção capitalista, como também algumas das formas pelas quais os trabalhadores tentaram escapar as suas garras, e se organizaram através do modo de produção socialista.

Para que o capitalismo pudesse ser implantado e posteriormente viesse a desenvolver e conquistar a pujança dos dias atuais, teve que produzir na sociedade

uma desigualdade social e sua condição de existência é a posse de riquezas por uma minoria da sociedade, enquanto que a maioria dos sujeitos não dispõe de recursos para garantir sua sobrevivência.

Tendo em vista essa divisão social empreendida pelo modo de produção capitalista, refletiremos como ele organiza essa polarização social, e neste sentido, destacamos os apontamentos de Singer (1998, p.137) segundo o qual

[...] o capitalismo organiza a produção em empresas, que são propriedades privada. Os seus detentores comandam a produção, visando o máximo de lucro. Para tanto, empregam trabalhadores, aos quais pagam salários por tempo de trabalho e/ou quantidade produzida.

As categorias sociais engendradas pelo sistema capitalista, o patrão e o proletário constituem-se mediante uma desigualdade social, econômica e política. Forma-se um abismo entre o patrão possuidor de riquezas e capaz de acessar os bens públicos e privados que desejar e de outro lado os proletários, que apesar de exercerem uma atividade encontram dificuldades para se reproduzir e até mesmo acabam marginalizados e excluídos do mercado e da sociedade pelo desemprego, precarização e terceirização do trabalho.

Encontramos aqui dois aspectos do modo de produção capitalista: a relação da base e da superestrutura através do acesso a bens públicos e privados e as regras que conduzem os diferentes sujeitos na sociedade.

No que diz respeito aos próprios sujeitos, temos a questão da constituição da classe dominante e das outras classes, como a média e baixa composta por trabalhadores de modo geral.

Sobre as relações entre o modo de produção e a superestrutura da sociedade, Lefebvre (1979) assinala que esta última seria responsável por codificar, legislar e elaborar as relações sociais entre os sujeitos, mediante os sistemas jurídicos, os valores morais e culturais, assim como a partir do aparelho estatal. Ao mesmo tempo em que ela exerce uma força sobre o modo de produção e as relações sociais de produção, estas influenciariam todos aqueles regimes de normatização.

As movimentações de determinação entre a base e a superestrutura podem ser visualizadas nos diversos embates e alianças entre o Estado e o capitalismo. Citamos as políticas exercidas no período de Bem Estar Social, onde o poder

público se apresentou como um entrave ao capitalismo, ao fomentar os direitos trabalhistas e assegurar emprego à população.

Outra posição estabelecida pelo Estado frente ao capitalismo, se dá pela perspectiva neoliberal. Esta relação é descrita por Demo (2002, p.195) ao assinalar que “Capital e Estado sempre se entenderam bem: sem constrangimento, o Capital acedia o Estado em busca de todas as complacências, imunidades e impunidades”.

O modo de produção capitalista a partir dessas concessões feitas pelos poderes públicos conquistou diversos territórios que antes não conseguira adentrar como a China, Coréia e outros países africanos e dessa forma lançou ainda mais sujeitos às condições precárias de trabalho e de vida.

As conquistas do capitalismo geraram, além disso, processos de concentração de renda e exclusão, Mance (2002b, p.28) nos fornece o seguinte dado:

As 358 pessoas mais ricas do mundo, já em 1993, possuíam ativos que superavam a soma de renda anual de países em que residiam 2,3 bilhões de pessoas, isto é, 45% de toda população do mundo.

A partir desses dados fica nítido o processo de desigualdade que o capitalismo gera para a população. Os dados que Mance nos traz mostra a informação sobre as camadas mais ricas do mundo, no entanto, o que a classe trabalhadora e as camadas populares fazem frente ao modo de produção capitalista. Elas se acomodam e esperam por soluções vindas do céu ou de uma entidade benevolente?

Não, elas se organizam, se mobilizam e reivindicam outras condições de vida e de trabalho, e estas formas de organização serão o objeto de nosso estudo, em especial os modos de associação vindos do movimento cooperativista e associativista.

Traçaremos a seguir algumas perspectivas dessas formas de organização dos trabalhadores, como também, contextualizaremos nosso entendimento do que viria a ser o movimento cooperativista e associativista, os interlocutores e estratégias que serão utilizados neste trabalho para problematizá-las e os objetivos que visamos com estas análises.

A organização dos trabalhadores que examinaremos neste trabalho se dará a partir dos ideais do socialismo, segundo Singer (1998). Estes compreenderiam

relações democráticas para toda a sociedade, desde as relações de produção e consumo até mesmo as questões de administração política, resultando numa sociedade igualitária, autônoma e solidária.

Neste trabalho apresentaremos três configurações que os ideais socialistas assumiram para auxiliar o movimento dos trabalhadores: o pensamento marxista, o pensamento anarquista e as concepções dos autores da Economia Solidária e Popular.

Essas configurações apresentam inúmeras divergências a respeito de questões políticas de como organizar uma sociedade autônoma e igualitária, seja por meio de partidos políticos e pela ditadura do proletariado, no caso dos marxistas, seja pela supressão total dos aparelhos estatais e das autoridades na concepção anarquista e seja pela aliança produtiva entre o poder público e as organizações dos trabalhadores na versão da Economia Solidária.

Monatte (1981, p.200) nos fornece uma solução para esse dilema ao assinalar que

Na vida prática, os interesses vêm antes das idéias: pelo simples fato de que todos estão submetidos às mesmas leis salariais, os interesses dos trabalhadores são iguais, apesar de todas as disputas entre escolas e facções.

Tendo em vista o interesse dos trabalhadores, utilizaremos esses referenciais, pois todos eles desenvolveram estratégias para apoiar as reivindicações daqueles e objetivam outra sociedade que não a capitalista, lutando constantemente para realizar esses projetos, através de suas iniciativas e utopias ativas.

Como Singer (1998) e Monatte (1981) apontaram que o objetivo dos trabalhadores é conquistar sua emancipação, esta noção será entendida neste projeto da seguinte forma:

Emancipar-se significa livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo a plena capacidade civil e de cidadania no Estado democrático de direito. Emancipar-se significa aceder à maioria de consciência, entendendo-se, por isso, a capacidade de conhecer e reconhecer as normas sociais e morais independentemente de critérios externos impostos ou equivocadamente apresentados como naturais (CATTANI, 2003, p.132).

Esta noção de emancipação compreenderá que os sujeitos estarão cientes de seus deveres e direitos sociais e que lutarão pelo cumprimento deles, assim como a

sociedade não poderá exercer qualquer força opressora e de cooptação sobre os indivíduos, e se pautará por relações democráticas e pela autonomia dos sujeitos.

Posto isso, delinearemos algumas questões sobre o movimento cooperativista e associativista. Segundo Singer (2003b) aquelas teriam irrompido nas sociedades ocidentais modernas a partir da implantação da economia capitalista e de seus efeitos sobre os operários, de modo que estes teriam se organizado e desenvolvido, após uma série de lutas e reivindicações contra os patrões, uma alternativa para voltarem ao mercado.

Neste sentido, as cooperativas são definidas por Schmidt & Perius (2003, p.63) como

[...] associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais. Baseiam-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia.

Já as práticas associativistas também podem se articular por conta desses mesmos modos e valores, no entanto, poderiam assumir outras configurações além de empresas.

Conforme aponta Albuquerque (2003, p.16), podem se constituir associações filantrópicas, de moradores de bairro, de defesa da vida, culturais, desportivas e sociais.

As cooperativas e associações na sociedade atual assumiram uma gama de configurações como a Socioeconomia Solidária, Economia Solidária.

A Socioeconomia Solidária busca instrumentalizar os trabalhadores, a partir de redes de comunicação e de educação solidária, para expandir suas atividades, objetivando uma transformação radical da sociedade por meio da democratização do Estado e das relações de poder e de saber (ARRUDA, 2003).

Em certo sentido, a Economia Solidária consolidou-se através das críticas feitas à Economia Social, tentando solucionar os problemas conceituais e o funcionamento burocratizado daquela, mesmo que tenha se articulado diretamente às malhas do Estado com a criação da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) responsável pelo fomento dos empreendimentos (WAUTIER, 2003).

França Filho (2004) acentua, em suas problematizações acerca da Economia Solidária no Brasil, que esta seria composta de um universo heterogêneo de

organizações com os mais variados graus de institucionalização e estruturação. Essa mesma heterogeneidade é levantada por Icaza & Tiriba (2003) ao apontar que os empreendimentos vão desde cooperativas, grupos comunitários, até barraquinhas de diversos produtos, bares, biroschas e mercadinhos estruturados em sistemas familiares com poucos sócios.

Tendo em vista os apontamentos sobre o que viria a ser um modo de produção, e um empreendimento, objetivamos discutir as seguintes questões: o cooperativismo e associativismo constituem uma alternativa às práticas do capitalismo ou seriam subprodutos e efeitos deste modo de produção? O cooperativismo e associativismo constituem apenas modos de produção e estariam pautados nos aspectos econômicos do corpo social ou abarcariam outros segmentos? Os princípios da autogestão, cooperação e solidariedade engendram novos processos de trabalho e valores culturais à sociedade? O saber da Psicologia pode contribuir para o movimento dos trabalhadores e para a Economia Solidária, ou seus profissionais apenas atuam na sociedade a favor das empresas, através de processos de seleção, treinamento e qualificação?

Utilizaremos uma metodologia dialética para abordar essas questões acima levantadas e outras mais que possam surgir no decorrer do projeto.

A metodologia dialética será entendida em nosso projeto a partir da concepção materialista dialética de Marx, que segundo Bottomore (1988) seria uma fusão do materialismo mecanicista e da dialética de Hegel, e neste sentido, haveria uma primazia da matéria em relação ao espírito e ao idealismo. A realidade seria um processo histórico composto de contradições e movimentações e não algo estático e indiferenciado.

Ainda sobre o materialismo dialético de Marx, Bottomore (1988, p.259) assinala as leis que o dirigem como sendo as seguintes:

[...] a lei da transformação da quantidade em qualidade, segundo a qual as mudanças quantitativas dão origem a mudanças qualitativas revolucionárias; a lei da unidade dos contrários, que sustenta que a unidade da realidade concreta é uma unidade de contrários ou contradições; a lei da negação da negação, que pretende que, no conflito de contrários, um contrário nega o outro e é, por sua vez, negado por um nível superior de desenvolvimento histórico [...]

A partir destas leis do materialismo dialético poderemos examinar se há uma relação contraditória entre o movimento cooperativista e associativista e o modo de produção capitalista; poderemos investigar também, caso essa negação se comprove se as forças de seus sujeitos serão capazes de engendrar mudanças qualitativas à sociedade, como também disponibilizar outro modo de produção que viria a superar o capitalismo.

Outra concepção de dialética que utilizaremos em nosso trabalho será a empreendida por Proudhon. Este autor desenvolveu uma abordagem da realidade a partir das mesmas leis da dialética, entretanto, ele acrescentou a questão da diversidade nas contradições da realidade (GURVITCH, 19??).

Esta multiplicidade nos auxiliará nos momentos em que as lutas e reivindicações dos trabalhadores no capitalismo atual se conectam a outros movimentos sociais, e mesmo quando a Economia Solidária problematiza e propõe temáticas como as de gênero, o desenvolvimento sustentável e respeito à vida, cujas configurações escapam à noção de luta de classes entre proletários e burgueses.

Para dar consecução e estruturar metodologicamente estes objetivos e optamos por organizar nossa dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo examinaremos a história do cooperativismo e do associativismo a partir da Idade Média até os dias atuais, dando visibilidade aos empreendimentos organizados pelos trabalhadores, desde as comunidades familiares, passando pelas guildas e corporações, até chegarmos à criação das cooperativas e associações modernas.

Problematizaremos ainda, os acontecimentos que possibilitaram e produziram as diversas práticas daquele movimento, suas contradições, as lutas de classes, as fissuras, as alianças com os mais diversos segmentos da sociedade, tidos como assessores dos empreendimentos, como o Estado, a Igreja, as Organizações Não Governamentais (ONGs), entre outros.

No segundo capítulo abordaremos os princípios do cooperativismo e algumas iniciativas criadoras dos trabalhadores para tentarem escapar ao modo de produção

capitalista e constituirão outros modos de produção a partir das perspectivas marxistas, anarquistas e da Economia Solidária.

Outro eixo deste capítulo serão as análises dos conceitos de autogestão, cooperação e solidariedade e o papel que exercem sobre o movimento dos trabalhadores.

O terceiro capítulo será o exame das possíveis contribuições e atuações do saber psicológico ao movimento dos trabalhadores, através do campo clínico, da problematização das organizações e das atividades desempenhadas em Incubadoras de Cooperativas Populares. Estas análises terão como norteadores as concepções da Psicodinâmica do Trabalho e da Psicossociologia e problematizarão as relações entre o processo de trabalho e a constituição de identidade dos sujeitos.

CAPÍTULO 01: A constituição e implantação do capitalismo e os movimentos de resistência dos trabalhadores a partir do cooperativismo e associativismo

1.1 Concepções de História como lutas de classe e modos de produção

As formas de cooperação e associação sofreram uma série de modificações no decorrer da história, das sociedades antigas até os dias de hoje. Os empreendimentos cooperativos, as associações desportivas, culturais, políticas e econômicas, nem sempre se constituíram com a roupagem moderna da solidariedade e autogestão.

Partimos do pressuposto de que essas organizações passaram por transformações no desenrolar das diversas sociedades e momentos históricos, e estabeleceram diferentes composições, movimentos e acontecimentos.

Para tanto, assinalaremos a partir de que perspectiva será entendida a noção de história neste trabalho.

O entendimento do processo histórico para Marx está subordinado em primeiro lugar à luta das classes com suas contradições sociais nas diferentes sociedades no decorrer do tempo, assim como as formas de organizar a produção e reprodução do homem através do trabalho (BOTTOMORE, 1988).

A respeito das lutas de classes nas diversas sociedades, Marx assinala:

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por transformação revolucionária da sociedade inteira ou pela destruição das suas classes em luta (MARX & ENGELS, 19??, p.22).

Com efeito, é essa luta entre oprimidos e opressores, entre os operários que resistem e lutam nas fábricas capitalistas e que desenvolvem seus próprios empreendimentos na forma de cooperativas e associações que problematizaremos em nosso trabalho.

Segundo Lefebvre (1979, p.37), a história é regida pela lei do devir, e essa lei envolveria os homens e a natureza como um todo, num desenvolvimento contínuo e

cujo final não poderia ser previsto. Existiriam outras leis além daquela para coordenar a sociedade, e cada período histórico apresentaria um conjunto próprio composto de aspectos multiformes e antagônicos.

A respeito das possibilidades dos sujeitos perante essas leis e períodos históricos Lefebvre (1979, p.63) diz:

Em cada época, os indivíduos agiram, inventaram, viveram as suas existências individuais, realizaram certas possibilidades, estiveram aquém ou além do nível médio do seu tempo e da sua classe – mas sempre no quadro de um modo de produção nas condições que lhes ofereceu a estrutura social.

A partir deste apontamento de Lefebvre consideraremos o cooperativismo e associativismo como um modo de produção que foi construído pelas possibilidades históricas de cada período.

Outro historiador que adotaremos como um interlocutor é Nicolas Walter. Este autor analisa a história a partir de processo dualista e não-linear, segundo Walter (2000, p.14) “[...] a história de todas as sociedades humanas é a história de uma luta entre governantes e governados, entre opulentos e miseráveis, entre os que querem comandar e ser comandados e os que querem liberdade”.

A intersecção entre essas diferentes perspectivas da história é o desenrolar de conflitos pelos diversos períodos históricos e diversas sociedades, entre certos grupos sociais, classes, facções que possuem condições políticas, econômicas, sociais e culturais divergentes. Outro ponto em comum destas análises diz respeito aos diferentes modos de produção que constituem uma determinada sociedade, em especial o modo de produção capitalista e a problematização de suas relações de produção, de dominação e subordinação.

1.2 O período medieval e as formas de associação dos sujeitos: das comunidades familiares, guildas e corporações de ofício até a implantação das manufaturas

Apesar de tomarmos como ponto de partida a Idade Média, existem indícios de práticas cooperativistas que remontam às sociedades primitivas de caçadores e coletores (ICAZA & TIRIBA, 2003) e, como observa Pinho (2004), às sociedades da Antiguidade Clássica.

No que diz respeito às sociedades da Antiguidade Clássica, Pinho (2004) assinala as atividades empreendidas pelos povos babilônicos e o arrendamento de terra; pelos povos Greco-romanos com as sociedades de auxílio mútuo para funerais; e pelos primeiros cristãos e suas cooperativas de consumo e a produção de alimentos por um coletivo.

Conforme Marx (19??, p. 383) aponta

A cooperação no processo de trabalho que encontramos no início da civilização humana, nos povos caçadores ou, por exemplo, na agricultura de comunidades indianas fundamenta-se na propriedade comum dos meios de produção e na circunstância de o indivíduo isolado estar preso à tribo ou a comunidade (...)

O ponto chave destacado por Marx neste contexto das sociedades antigas é a propriedade comum dos meios de produção por aqueles trabalhadores diretos, entretanto em sua análise ressalta outro fator preponderante desses modos de produção que os distinguem do regime feudal e capitalista, a condição de escravos apresentada por aqueles sujeitos em detrimento da servidão camponesa e da “liberdade” do operário – estas condições e regimes serão analisados num momento futuro.

Acerca do período medieval, assinalaremos o papel do Cristianismo sobre a sociedade feudal, os mecanismos estabelecidos por esta para controlar e oprimir a população, seja por meio dos mosteiros, da Companhia de Jesus e por outros artifícios que influenciaram camponeses, artesãos, nobres, entre outros.

A atuação política e social da Igreja Católica possibilitou ao cristianismo, uma hegemonia nas relações de poder presentes na Europa. O cristianismo lançou mão de inúmeros esforços para aumentar, ainda mais, essa rede de influência e dirigir a vida religiosa das populações no decorrer da Idade Média.

Um desses esforços foi a aliança com o poder secular, cujos efeitos são sentidos nas práticas econômicas e políticas do cenário da sociedade medieval. Miccoli (1989) aponta para o incentivo dado aos monastérios pelos senhores feudais

e reis; essa relação incidiu na administração e no povoamento do território dos soberanos uma vez que, em torno de alguns mosteiros, desenvolveram-se algumas cidadelas que movimentaram a economia e a política dos feudos.

Os mosteiros constituíram uma instituição auto-sustentável - no que diz respeito à organização de suas atividades e de seu cotidiano - por meio dos trabalhos em suas terras e, dos trabalhos manuais, produziam todos os gêneros alimentícios e outros produtos capazes de garantir a sobrevivência dos monges.

O cristianismo suscitou outra série de acontecimentos a partir de conflitos internos entre as diversas ordens religiosas, que produziram mudanças nos modos de vida da população ocidental, a Reforma Protestante e a Contra-Reforma. Tais movimentos, além de articularem mecanismos com o intuito de conduzir a população, moldaram as concepções dos indivíduos sobre o trabalho, os comportamentos, as práticas, os gestos necessários para se tornar um “bom” e “eficiente” trabalhador - moldes que ressoariam sobre os trabalhadores até a Idade Moderna.

Os exercícios do protestantismo abarcavam a vida dos sujeitos como um todo, moldando os afazeres do cotidiano, do trabalho, até as formas de se relacionar com a família, vizinhos, entre outros, constituindo um processo identitário com normas a serem seguidas, as quais Weber (1967) denominou como ética protestante.

A valorização do trabalho por parte dos protestantes ressoaria nas práticas que constituiriam, posteriormente, o modo de produção capitalista: a obtenção de sucesso e lucros com as atividades desempenhadas; a desvalorização daqueles que não possuíam alguma forma de ocupação (WEBER, 1967, p.38).

Segundo Bottomore (1988), o pensamento de Marx e Engels acerca do protestantismo aponta para um credo que ao valorizar a alma, o indivíduo, contribuiria para acentuar as aspirações burguesas, o comércio e as trocas financeiras entre sujeitos desconhecidos.

O protestantismo, ao valorizar o trabalho e os indivíduos abastados, produziria um processo de exclusão daqueles que se desviassem desses padrões, como a parcela da população sem nenhum trabalho ou qualquer forma de

subsistência; no entanto, suas práticas se articularam de modo a contemplar esses sujeitos.

Tomaremos, em seguida, o percurso das estratégias da Igreja Católica na tentativa de conter os efeitos e avanços da Reforma Protestante.

Uma das medidas estabelecidas pelo Cristianismo para disseminar seus dogmas e prosseguir com o governo das almas dos fiéis pelo Ocidente e por outras civilizações foi a instituição da Ordem da Companhia de Jesus, controlada e organizada pelos jesuítas sob as diretrizes do papado.

A prerrogativa dos jesuítas era aperfeiçoar as almas - através das doutrinas cristãs por meio da caridade em hospitais, prisões, escolas, entre outros espaços e instituições - a conversão dos infiéis e a punição dos hereges. Para tanto, a ordem contava com um mecanismo de atuação diversificado das demais ordens monásticas. Eles possuíam uma mobilidade pelos territórios, o que aumentava o alcance e a propagação dos seus ideais (EISENBERG, 2000).

Em consequência das diretrizes dos jesuítas, estes foram enviados para diversas partes do mundo, sendo uma parcela incumbida de se estabelecer nas colônias dos países europeus – como, por exemplo, Portugal e Espanha – no intuito de “civilizar” os índios.

A partir disso, os jesuítas, localizados nas colônias, desenvolveram diversos mecanismos para se relacionar com os índios e cumprir seus objetivos.

Neste sentido, podemos destacar algumas das estratégias dos jesuítas empreendidas nas colônias européias, no continente americano, a partir do século XV, com o intuito de estabelecer o controle sobre a população nativa. A primeira foi modificar os valores políticos, econômicos, morais e culturais dos índios; a segunda foi distribuí-los e organizar as diversas tribos em um conjunto de comunidades, denominadas como Aldeias (EISENBERG, 2000).

As Aldeias, desenvolvidas pelas missões jesuíticas no Rio Grande do Sul, próximas às bacias dos Rios Paraguai, Paraná e Uruguai, assim como outros movimentos messiânicos, compuseram algumas bases para os primeiros empreendimentos cooperativos no Brasil, segundo Pinho (2004, p.15), sendo que, no primeiro exemplo, há documentos que comprovam a criação de um território

dentro da colônia, orientado por práticas cooperativas de produção e governo, em contraste ao sistema político gerido pela metrópole nas demais regiões.

Embora as Aldeias tenham conquistado um renome no território das colônias e, até mesmo, das metrópoles como comunidades organizadas e “benfeitorias” da população indígena, Eisenberg (2000, p.20) expõe outras relações imperceptíveis aos governantes e jesuítas da época

Mas ainda que houvesse algo de raro na concepção política das reducciones paraguaias, elas não eram nem democráticas, nem comunistas. O sistema de governo naqueles povoados aproximava-se mais a um paternalismo benevolente, e o sistema econômico, mesmo que organizado para o benefício dos nativos, não era baseado na propriedade coletiva, pois o título de propriedade era da igreja não dos índios.

Vemos como a Igreja Católica apesar de auxiliar na criação de empreendimentos para os nativos e indivíduos que habitavam as colônias, pautava sua atuação sobre relações de dominação que podiam ser sutis, disponibilizavam recursos econômicos e uma pretensa liberdade, ao mesmo tempo em que mantinham os sujeitos cativos a sua relação de tutela.

A seguir, passaremos a discutir algumas configurações que os empreendimentos cooperativos e associativos tomaram no continente europeu, neste período.

Ariès (1991) assinala algumas manifestações, nas quais as crenças religiosas eram norteadoras de tais práticas como, por exemplo, as confrarias, as fraternidades e a maçonaria. Tanto as confrarias quanto as fraternidades pautariam suas relações em um sentimento de união entre os membros; essas relações eram consideradas mais fortes do que as de sangue e se perpetuariam também em sindicatos e outros movimentos profissionais, no intuito de reconstruir o mundo. Já a maçonaria, pautaria suas práticas mais em relação aos seus preceitos morais, políticos e econômicos para mudar a sensibilidade da sociedade.

No que diz respeito ao movimento cooperativista e às práticas do Cristianismo, temos, em um primeiro momento, a valorização do trabalho, seja ele organizado de forma coletiva nos mosteiros, seja na forma individual propagada pelos protestantes. Em um segundo momento, podemos assinalar o controle e a gestão da população empreendida pelos católicos e protestantes e, neste sentido, a inscrição sobre os sujeitos de certos valores e o respeito às normas e regras. Os

trabalhadores conseguiram romper com esses comportamentos através de diversas formas de resistência ao regime fabril de trabalho, as quais serão problematizadas no decorrer de nosso trabalho.

Abordamos as práticas religiosas e sua influência sobre os sujeitos, sobre as relações de poder e suas ressonâncias sobre algumas configurações de associações durante a Idade Média. Por outro lado, temos de destacar outras atividades cooperativistas que eram exercidas neste período medieval.

Neste sentido, tomaremos as relações, os acontecimentos que constituíram o mundo do trabalho no período feudal e que ressoariam sobre as configurações do capitalismo na Idade Moderna.

As aglomerações das comunidades feudais receberam algumas denominações específicas; segundo Oliveira (1991), tratava-se dos *vicus*, comunidades aldeãs formadas por pequenas propriedades comunitárias, onde havia uma votação entre os parceiros aldeões para eleger um chefe que presidia o conselho da comunidade, auxiliado por alguns indivíduos de sua confiança.

Na mesma direção, encontramos os apontamentos de Heers (1980) sobre as comunidades formadas por famílias cujos antepassados haviam transferido essas propriedades aos seus herdeiros, de geração em geração, e admitiam a entrada e adoção de outros grupos e indivíduos nessa coletividade.

O sistema de propriedade desenvolvido por esses camponeses foi analisado por Marx (1975). Os indivíduos nestas comunidades detinham o controle de sua propriedade, e se relacionavam com os demais sujeitos a partir deste crivo, ou seja, os considerava como co-proprietários.

As comunidades desenvolvidas pelos camponeses administravam não somente os assuntos econômicos, ou seja, a base da sociedade. Estavam associados também aos assuntos da superestrutura, como as questões sociais e culturais da vida dos seus membros e também os assuntos políticos e jurídicos, uma vez que, desenvolveram tribunais para legislar sobre os conflitos gerados no seio da comunidade e formaram uma guarda para cuidar dos “bons costumes” dos cidadãos (HEERS, 1965, p.113).

Apesar das diferenças nos procedimentos de composição das aglomerações, a maior parte delas organizava o trabalho sobre um regime familiar e doméstico e tal modo de produção articulava e sustentava também a organização política e social de diversas regiões da Europa.

Segundo Marx (1975, p.66), o principal objetivo dessas comunidades era o sustento familiar:

A finalidade desse trabalho não é a criação de valor, embora eles possam realizar trabalho excedente de modo a trocá-lo por trabalho estrangeiro ao grupo, isto é, por produtos excedentes alheios. Seu propósito é a manutenção do proprietário individual e sua família, bem como da comunidade como um todo

O fato da produção não ser vinculada a uma troca, a um mercado e sim ao sustento faz com que o ritmo de trabalho seja conduzido pelas necessidades básicas dos sujeitos e não por uma força externa que ditaria sua produção.

Uma vez que a produção era conduzida pelas famílias, os domicílios adquiriam não apenas o significado de moradia, como também de oficina. Braudel (1996) analisa esse fenômeno dizendo que conforme as comunidades se espalhavam pelos diversos feudos e campos compunham inúmeras oficinas, cujo cotidiano de produção era indiferenciado e unicelular.

A produção artesanal e de gêneros alimentícios dos camponeses supriu a demanda da população até meados do século XIII. A partir daí, como aponta Oliveira (1991), podemos observar um cenário de escassez alimentar, de epidemias e revoltas da população.

Os senhores feudais e os comerciantes das cidades, na tentativa de outorgar às classes camponesas os seus interesses, criou políticas de controle e/ou incentivo à produção daqueles para que não ocorressem revoltas nas cidades e nos campos. Os instrumentos desenvolvidos abarcavam desde o preço dos produtos até a taxação através de impostos.

Outro instrumento utilizado pelos reis e soberanos, neste período, para controlar a economia e as transações comerciais foi regulamentar e desenvolver, nas cidades, os espaços dos mercados públicos. Como assinala Braudel (1996, p.364), essa estratégia consistia em dispor e centralizar todos os produtos vendidos,

trocados das cidades neste espaço, a fim de controlar a oferta e a demanda, assim como estabilizar os preços.

Todos esses mecanismos desenvolvidos pelos senhores feudais compõem o conjunto de extração de renda dos camponeses, e conforme aponta Bottomore (1988) estariam embasados nesses sistemas coercitivos, taxação de impostos, dias de trabalho em terras senhoriais. O pilar de sustentação desse mecanismo seria a superioridade dos senhores feudais nas relações políticas e a subsequente dominação dos camponeses.

As constantes opressões dos senhores além de pressionar os camponeses e aumentar a indignação e manifestações por parte destes frente às coerções, os lançaram na busca de melhores oportunidades de trabalho seja nas cidades, ou perambulando pelos feudos.

A Europa presenciou uma constante mobilidade da população, no decorrer dos séculos XI, XII e XIII. Essas migrações ressoaram, no crescimento das cidades medievais, tanto na questão demográfica, como também nas atividades produtivas e comerciais dos burgueses que desenvolviam novos negócios e contratavam estrangeiros (OLIVEIRA, 1991).

Em virtude desse fluxo de imigrantes nas cidades, produziu-se um processo de heterogeneização do corpo social, uma vez que o espaço urbano se diferenciava do campo e de suas organizações familiares; nas cidades, havia indivíduos de diversas regiões, com os mais variados costumes, modos de vida, crenças religiosas e morais.

De acordo com a perspectiva de Bronislaw (1989), a relação entre o processo de marginalização dos indivíduos no território urbano e o processo de distribuição e ocupação deste pela população gerou efeitos sobre a organização social. O centro da cidade era designado aos “bons” cidadãos, aos nobres, ao clero e aos burgueses, enquanto que a periferia, a margem da cidade, era atribuída ao restante da população sem prestígio, aos párias, aos malfeitores, aos hereges e aos dissidentes.

Neste sentido, as questões do espaço urbano se compõem com as questões da economia, do trabalho, pois esses indivíduos estavam inseridos e eram

constituídos por aquelas instâncias. Esses sujeitos trabalhavam, passavam as horas de lazer em tabernas, na igreja, com seus vizinhos e outros desconhecidos.

Elencamos alguns aspectos das condições de vida nas cidades européias medievais e, além disso, demos visibilidade a alguns personagens desse espaço, como os camponeses, os artesãos e os burgueses. Problematizaremos agora, as relações de produção e os processos de trabalho articulados no espaço urbano e suas ressonâncias com as organizações coletivas e associações de trabalhadores.

O trabalho realizado nas cidades, de modo geral, configurava-se a partir da produção simples e artesanal das mercadorias em torno das corporações e guildas dos diversos ofícios.

O funcionamento de cada corporação estava atrelado à área de atuação e ao ofício desempenhado – tecelão, construtor e arquiteto, ourives, entre outros – contudo, a estruturação das diversas corporações era similar, havia uma hierarquia, na qual encontramos aprendizes, obreiros, pequenos artífices e o mestre (HEERS, 1980).

Conforme Marx (1975, p.95) assinala, a característica fundamental dessas organizações “[...] é analisável em termos de uma relação com o instrumento de produção: a ferramenta como propriedade”.

Seguindo as análises de Heers (1980) sobre a hierarquia dentro das corporações e as de Marx (1975) sobre a propriedade das ferramentas como determinante nos empreendimentos, chegamos à figura do mestre do ofício.

Este era o responsável pela corporação, dono dos instrumentos e, em alguns casos, detentor do saber e das técnicas empregadas nas confecções dos produtos e serviços; mesmo que as atividades fossem organizadas em certa coletividade, as relações implicavam em um vínculo de submissão dos demais a sua figura (HEERS, 1980).

Embora as relações de produção dentro das corporações fossem propriedade do mestre, os ganhos e lucros das atividades não apresentavam uma disparidade. Segundo Dobb (1965) não havia um abismo salarial entre as diversas hierarquias, esse ponto apresenta uma das características que podem se assemelhar com as cooperativas e associações modernas.

As guildas possuíam algumas semelhanças com as corporações, como chama atenção Hauser (1998), nos seguintes exemplos: os regulamentos que visavam o controle dos comportamentos e atividades dos membros; os ofícios eram os norteadores dos grupos; havia uma hierarquização delimitada; os diversos grupos buscavam conquistar o mercado e restringir a concorrência; a exclusão das camadas populares de seus membros. Mesmo com essas semelhanças, algumas práticas se destacavam em relação às corporações, como a preocupação em demasia com os produtores e os lucros e a desatenção para com os desejos dos consumidores.

Mesmo assim, as condições de trabalho nas corporações e nas guildas não eliminaram as reivindicações dos sujeitos para ter acesso a um trabalho, a procura por uma posição entre as funções sociais e os consequentes e recorrentes processos de marginalização do mercado implicou, como aponta Bronislaw (1989), na inventividade dos indivíduos para alcançar sua subsistência; esses sujeitos desenvolveram alguns modos de vida entre o trabalho, o furto e a mendicância.

Um acontecimento que modificaria as relações econômicas, entre os personagens das corporações e guildas foram à inserção de uma nova figura, a saber, o mercador. Esse personagem infiltrou-se tanto na estrutura das corporações que assumiu o controle de muitas delas no lugar dos mestres de ofícios, em um jogo no qual o mercador conquistou o mercado e, sob sua direção, algumas corporações enriqueceram demasiadamente em relação a muitas outras que continuavam sendo dirigidas por mestres e apresentavam um quadro econômico modesto (BRAUDEL, 1996).

A entrada do mercador na produção das guildas é analisada por Dobb (1965) como sendo fruto das relações próprias ao mercado atacadista e varejista, o artesão que vendia sua produção no varejo escapava à intervenção do mercador, enquanto que, aquele que necessitasse de um adiantamento para realizar a produção cairia nas garras do mercador que conseguiria vender os produtos no mercado por uma quantia superior, produzindo assim a possibilidade de acumulação de capital.

A partir da entrada dos mercadores nas guildas teve início um processo de diferenciação entre as guildas formadas por mercadores e as guildas desenvolvidas

por pequenos artesãos e as camadas populares, conforme assinala Rossiaud (1989, p.112)

Durante certo tempo, só os poderosos tinham podido fazer reconhecer as suas profissões ou as suas guildas e gozar do conforto das responsabilidades partilhadas e da proteção recíproca, que recusavam aos outros; as confrarias populares eram por eles consideradas como perigosos focos de rebelião ou de desvio herético.

Hauser (1998) destaca o caso singular das cidades italianas, onde as intervenções do soberano sobre a comunidade produziram outro efeito em relação às práticas correntes nos demais reinos da Europa. O controle político exercido pelas famílias nas cidades mercantes italianas foi deposto pelas corporações de ofício administradas pelas camadas da alta burguesia. Estas já detinham o controle sobre a base da sociedade e estenderam seus domínios para a superestrutura. Este cenário assinala o autor, produziu uma desqualificação dos sujeitos que não pertenciam a uma dessas corporações, não eram considerados cidadãos, ou seja, não possuíam nenhum direito cívico.

Os conflitos entre as camadas populares e os burgueses inscreveram diversos acontecimentos, neste período. Um dos levantes conhecido como, a Revolta de Ciompi, foi narrado por Hauser (1998) e ocorreu na Itália, no final do século XIV, onde a população retirada das guildas tomou o controle econômico e político dos burgueses e mercadores e instaurou um regime de governo popular com uma redistribuição tributária.

As camadas populares organizaram algumas manifestações e revoltas e conquistaram uma parcela de suas reivindicações frente aos burgueses, mercadores e demais figuras que exerciam um controle na sociedade medieval. Esses segmentos sociais usufruíram de sua influência política e econômica para tentar dar cabo dessas resistências, mas, como vimos, a população conseguiu romper com esses exercícios de poder nos séculos XIII, XIV e XV.

Tendo em vista as práticas exercidas pela burguesia e pelos mercadores a partir de suas atividades sobre o corpo social, mostramos como estes processos resultaram no posicionamento daqueles sujeitos numa posição hegemônica nas relações econômicas.

O processo de tomada das atividades produtoras por parte dos mercadores se desenrolou de forma paulatina. Em certo momento, articularam suas práticas e administração às corporações de ofício e às guildas, bem como criaram suas próprias relações de produção.

Em relação ao controle das guildas por parte dos mercadores-burgueses, Dobb (1965) descreve o desenvolvimento dos monopólios e a manutenção no mercado de um excedente tanto na oferta de mercadorias quanto na procura de empregos, o que manteria os preços de seus produtos e impossibilitaria a concorrência dos pequenos artesãos.

Outros mecanismos que contribuiria para a exclusão dos pequenos proprietários e artesãos eram os regulamentos que impediam a produção por parte daqueles que tomassem dinheiro emprestado para iniciar seus negócios, para aqueles que conseguiam cumprir o primeiro obstáculo havia mais um. Como a estrutura de produção e distribuição era baseada num monopólio, os artesãos deveriam pagar uma taxa de admissão para adentrar no grupo dominante, o que eliminava por fim os indivíduos humildes (DOBB, 1965).

Os mercadores-burgueses, através desses mecanismos alcançaram outro patamar na sociedade, segundo Dobb (1965, p.113)

[...] tais desenvolvimentos tomaram a forma do surgimento de uma classe privilegiada de burgueses que, separando-se da produção, começaram a se empenhar exclusivamente no comércio atacadista. Nisso, e em mercado mais amplo e crescente, estavam oportunidades ricas de ganho que ultrapassavam de muito a subsistência modesta que um artesão [...]

As oportunidades de ganho e negócio dos mercadores evoluíram tanto que estes modificaram o próprio processo de produção para um regime de manufaturas.

Esse modo de produção ficou conhecido em certas localidades como *Verlagsystem*, segundo Braudel (1996, p.276)

[...] é uma organização da produção em que é o mercador, o *Verleger*, quem dá o trabalho, adianta ao artesão a matéria prima e parte do salário, sendo o restante pago mediante entrega do produto acabado.

O processo de trabalho nas manufaturas era feito através do emprego dos trabalhadores numa mesma oficina onde estes executavam a tarefa numa atividade decomposta em diversas etapas, o que viria a acarretar a especialização dos artesãos (BOTTOMORE, 1988).

Conforme assinala Marx (19??, v.01), o regime das manufaturas apresentar-se-ia como um conjunto de operações parciais e interdependentes em que os inúmeros trabalhadores seriam arranjados.

Um efeito dessa transformação no processo de produção foi a subordinação formal do trabalhador em relação ao capitalista, isso porque o regime de trabalho passou de uma forma cooperativa apresentada nas corporações e guildas, onde o artesão matinha o domínio e conhecimento sobre todo o processo de produção para um regime onde a manufatura seria o centro e os homens seriam submetidos àquela (BOTTOMORE, 1988).

O conjunto composto pelas oportunidades de mercado e ganhos astronômicos, a expropriação dos camponeses de suas terras e a tomada das ferramentas de produção dos artesãos, produziram as condições favoráveis para os burgueses iniciarem a implantação do regime industrial capitalista, por meio do que Marx denominou como acumulação primitiva de capitais (BOTTOMORE, 1988).

Ainda sobre a perspectiva de Marx (1975, p.103) acerca das condições para o estabelecimento do capitalismo:

Tudo o que ele fez foi, gradualmente, limitá-los a uma espécie de trabalho que os torna dependentes do comprador, o mercador e, assim, finalmente, eles estarão produzindo exclusivamente para ele e por intermédio dele.

O intuito de problematizarmos as corporações de ofícios, as guildas e as formas de organização dos mercadores durante a Idade Média foi para dar visibilidade aos processos e modos de trabalho coletivo, suas especificidades e singularidades em relação às cooperativas e associações modernas. Além disso, quisemos apontar para o fato de que os trabalhadores, neste período, eram capazes de se organizar e administrar um empreendimento e que a figura do mercador, do grande investidor e capitalista adentrou nestes circuitos de forma paulatina, por meio de diversas estratégias e táticas.

Enfim, podemos assinalar que o desenvolvimento das cidades, das manufaturas, a valorização das atividades comerciais e a crescente monetarização da sociedade, seja na acumulação de lucros na mão de mercadores ou a partir do desenvolvimento de assalariados, minaram as classes aristocráticas e fundiárias, que exerceram um predomínio durante a Idade Média, e abriram caminho para a racionalidade moderna e capitalista.

1.3 A constituição do modo de produção capitalista e as organizações dos trabalhadores a partir de sindicatos, cooperativas e associações

Trataremos a seguir, das questões correlacionadas ao modo de produção capitalista, a partir da Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, no século XVIII, tendo em vista os acontecimentos que possibilitaram a irrupção do movimento cooperativista, a partir do século XIX.

A Revolução Industrial, segundo Dobb (1965) desenvolveu outra espécie de capitalista, o capitão da indústria que se diferenciava do burguês comerciante e do usurário, na medida que para implantar seu empreendimento, a fábrica dispendia de uma quantia exorbitante de capital. A partir disso refletiremos como se constituiu a empresa capitalista, quais foram as condições e as estratégias empregadas pelos burgueses para realizar sua consecução e os efeitos desta para a classe trabalhadora.

Uma empresa capitalista está sustentada e se propaga graças ao capital que seu dono, o burguês, possui. Esse capital assume diversos aspectos no decorrer do processo de produção segundo as análises de Marx, que é, poder apresentar-se sob a forma de capital constante, variável e propriamente o capital industrial (BOTTOMORE, 1988).

O capital constante refere-se àquele antecipado pelo capitalista que toma forma dos meios de produção e como tal não sofre alteração de valor na produção; o capital variável diz respeito à quantia dispendida com os trabalhadores, com os salários e compreenderia as noções de mais-valia absoluta e relativa; e por último o capital industrial, que seria subdividido nas áreas que concernem à produção das mercadorias e à parte da circulação destas no mercado, e seu valor correlacionam-se às regras da oferta e da procura (BOTTOMORE, 1988, p.46).

No que diz respeito ao capital industrial e à questão da circulação, produção e consumo das mercadorias, Marx (1978, p.107) expõe o seguinte:

A produção cria objetos que correspondem às necessidades; a distribuição os reparte de acordo com as leis sociais; a troca reparte de novo o que já está distribuído segundo a necessidade individual, e finalmente, no consumo o produto desaparece do movimento social.

Aqui temos aspectos marcantes do capitalismo enquanto um modo de produção, o desenvolvimento de desigualdades sociais, pois a troca, o consumo e a distribuição dos produtos na sociedade não se dão por meio de um processo equânime, alguns não conseguem satisfazer suas necessidades enquanto outros gozam de luxo e excessos. Mas o ponto que nos chama atenção nesse processo todo, é o segundo pilar da empresa capitalista, a produção de mercadoria.

Os produtos desenvolvidos pelas empresas capitalistas sejam roupas, calçados e afins compõem as mercadorias pertencentes ao burguês, incluindo o próprio trabalhador neste processo. A mercadoria gera um valor de uso para o processo de trabalho ou para seu consumidor, e ainda mais, gera para aquele que a vende um valor de troca, e neste valor se encontra a chave do lucro capitalista (MARX & ENGELS, 19??).

Essa chave do lucro capitalista recebeu o nome de mais valia absoluta e relativa por Marx. A mais valia absoluta é a diferença entre dois valores, o primeiro é aquele que o trabalhador recebe por sua força de trabalho e compreende metade de sua jornada e o segundo advém deste tempo extra de sua atividade que gera um excedente e se destina ao capitalista (BOTTOMORE, 1988).

Já a mais valia relativa é alcançada segundo Marx (19??, v.01) quando ocorre um aumento na produtividade da empresa através de inovações técnicas e dessa forma o tempo necessário para que o trabalhador recupere sua força de trabalho diminui e o tempo empregado ao capitalista aumentaria. Esse processo envolve a diminuição de tempo improdutivo no processo de trabalho.

Destacamos até aqui quais são os processos utilizados pelos burgueses nas empresas capitalistas. Num momento posterior faremos um paralelo dessas noções em relação às cooperativas e associações, aquilo que as distinguiria, a seguir discutiremos o papel dos trabalhadores nas indústrias.

Os efeitos desses processos de trabalho sobre os operários foram diversos. Destacaremos em primeiro lugar os efeitos, no que diz respeito ao processo de

trabalho em si, em seguida, abordaremos a questão da reprodução dos trabalhadores por meio da venda de sua força de trabalho e as relações salariais.

Segundo Sanson (2010, n.32), as máquinas expropriaram o saber-fazer dos trabalhadores, retiraram a autonomia e controle destes, no que diz respeito aos processos de produção. O trabalhador teve que se adaptar e se submeter ao ritmo de produção imposto pelas máquinas, desenvolver novas aptidões para controlar os instrumentos de trabalho, o que gerou uma dependência e subordinação do operário em relação a esse novo modo de produção, a denominada subordinação real do trabalhador por Marx (DOBB, 1965).

Sobre a submissão e dependência do trabalhador em relação à máquina, Marx (19??, p.482):

Utiliza-se a maquinaria, para transformar o trabalhador, desde a infância em parte de uma máquina parcial. Assim, não só se reduzem os custos necessários para reproduzi-lo, mas também se torna completa sua desamparada dependência da fábrica como um todo [...].

O emprego e a exploração de crianças e mulheres no processo produtivo agravavam ainda mais as condições dos operários, uma vez que o valor de sua força de trabalho diminuía com a concorrência e acima de tudo, o capitalista conseguia mão de obra permanente para sua indústria por empregar todos os membros de uma família, desde o pai até o filho.

Ainda sobre a introdução das máquinas nos modos de produção e a expropriação dos saberes dos trabalhadores, localizamos, nesses movimentos, não só a introdução de uma maquinaria, mas também a inserção de saberes científicos aos modos de produção e a consequente valorização do trabalho abstrato dos técnicos e suas inovações em detrimento ao trabalho manual dos operários (PERROT, 1988).

Ao operário expropriado dos meios de produção e dos saberes responsáveis por esta, coube a venda de seu trabalho para garantir sua subsistência, no caso sua força de trabalho. Segundo Marx e Engels (19??) a força de trabalho representa uma mercadoria comprada pelo capitalista por uma quantidade de dinheiro - o mínimo para a reprodução do proletário enquanto espécie- em troca de uma proporção de horas de trabalho.

Examinamos alguns pontos da Revolução Industrial, em especial os aspectos econômicos que envolviam o modo de produção capitalista, entretanto essa revolução também gerou outros efeitos que dizem respeito à superestrutura da sociedade. Falamos da disseminação do pensamento liberal pelo tecido social.

Este pensamento possui os seguintes pressupostos: a valorização da iniciativa e da liberdade individual e a regulação do tecido social por parte das relações do mercado e do setor privado da sociedade (RÉMOND, 1976).

Na medida em que esses pressupostos ganharam corpo na sociedade, as classes burguesas conquistaram uma sustentação política, econômica e social para suas atividades. Como assinala Singer (1998), essa foi uma das revoluções levadas a cabo pelo capitalismo, a valorização das relações privadas, individuais e de propriedade por toda a sociedade e o menosprezo por relações solidárias, de companheirismo e públicas.

Como dissemos, o liberalismo apresenta em seu escopo um ideal para com a intervenção do Estado, que é a não intervenção deste na sociedade.

Alguns dos mecanismos engendrados pelos Estados, nesse período, foram: o estabelecimento de impostos sobre as propriedades, produtos e ofícios; a criação de instrumentos e instâncias jurídicas e o desenvolvimento de órgãos policiais.

No tocante aos órgãos de polícia desenvolvidos pelo Estado, Torres (1988), afirma que essas instituições eram responsáveis por questões de abastecimento das cidades, seja de alimentos, produtos manufaturados, vestuário, assim como tinham de prezar pelos espaços dos mercados públicos e pelos costumes e regras sociais.

Através desses mecanismos estatais, como os tribunais e os órgãos da polícia, os monarcas puderam intervir e tomar para si organizações e associações da população. Como apontam Oliveira (1991) e Hauser (1996), o Estado patrocinava alguns empreendimentos, assim como juramentava as atividades sob sua legislação, reduzindo o número de profissionais autônomos.

O Estado através destes instrumentos endossava a exploração dos operários e demais classes da sociedade por parte dos burgueses, um exemplo disso é fornecido por Dobb (1965, p.286):

Quando a oferta de mão de obra para qualquer empreendimento novo, mesmo sob tais condições não se mostrava bastante abundante como na

mineração, por exemplo, não era incomum que a coroa concedesse o direito de recrutamento forçado ao empresário ou requeresse que sentenciados fossem mandados para o trabalho, sob pena de enforcamento [...].

As camadas da população, como os trabalhadores, os vagabundos, os pobres e os excluídos em geral organizaram algumas frentes de resistência ao processo de industrialização, como inúmeras revoltas em praças públicas; o movimento luddista, cuja forma de reivindicação era a quebra do maquinário das indústrias; o movimento sindical e, dentro dele, destacamos o movimento cartista, que articulava não só questões econômicas como também questões políticas e sociais através da distribuição de jornais e cartazes; e o desenvolvimento de associações (BRESCIANI, 1985).

Acerca do movimento denominado como cartismo e suas reivindicações, Singer (1998, p.82) destaca que

[...] foi um movimento pela carta do povo ou cartismo, que começou em 1826 em Londres, (...) a LMWA¹ fez uma petição ao parlamento em 1837, que inclui todos os 06 pontos que constituíram depois a carta: sufrágio universal masculino, distritos eleitorais iguais, parlamentos anuais, remuneração dos parlamentares, voto secreto e nenhuma exigência de propriedade para pertencer ao parlamento.

Esse movimento contou com um apoio amplo dos operários, pois incidia sobre questões políticas que eram tidas como empecilho à luta dos trabalhadores para a participação nas decisões políticas ou mesmo a tomada de poder por parte destes, de certa forma podemos entrever nessas manifestações algumas ideias marxistas que corroboram para o proletariado eliminar a luta de classes e vantagens das classes dominantes.

Essas primeiras formas de resistência, conforme aponta Strayer (1969, p. 70), seguiam a estratégia de limitar as decisões dos monarcas, por meio do artifício de tornar público certos assuntos que diziam respeito aos súditos. A segunda referia-se ao caso inglês, em que o parlamento conquistou o direito de legislar sobre os assuntos do Estado através de diversos conflitos com o soberano e, a partir da entrada dos comuns nas cadeiras desta instituição, as decisões tornaram-se ainda mais corporativas e as forças sociais emergentes conseguiram exercer um predomínio sobre as demais camadas.

¹ A sigla LMWA quer dizer, *London Workingmen's Association for Benefiting Politically, Socially and Morally the Useful Classes* cf. Singer (1998, p. 82).

Outra forma de resistência dos operários, tanto política quanto economicamente foi a criação de sindicatos que lutavam pelos interesses das classes trabalhadoras, como a diminuição da jornada de trabalho, o aumento salarial e contra a exploração do modo de produção capitalista (JOLL, 1977).

A organização sindical europeia neste período não seguia os mesmos parâmetros de ação ou teóricos conforme aponta Joll (1977, p.232):

Enquanto na Alemanha e na Inglaterra, os novos movimentos sindicais que se desenvolveram nos anos 80 foram movimentos interessados no fomento pacífico dos salários e nas condições de empregos dos operários industriais, e em estabelecer relações estreitas com os crescentes partidos políticos socialistas, em França [...] os sindicatos rapidamente se entregaram a uma doutrina de ação industrial direta independentemente de qualquer partido político.

Essas diferenças de ação política e teórica geraram sindicatos ligados ao marxismo e outros ligados às posições anarquistas, anarco-sindicalismo. Não trataremos dessas desavenças, mas apenas as contribuições de cada uma delas à luta dos trabalhadores.

No tocante às contribuições dos sindicatos com viés anarquista, Woodcok (1981) afirma que os sindicatos poderiam constituir-se como a base da sociedade para a abolição das posições de governados e governantes e a implantação de um regime de cooperação entre homens e mulheres com o intuito de satisfação das necessidades destes.

Uma iniciativa chave da atuação dos movimentos anarco-sindicalistas foi o caso espanhol. Leval (2002, p.40) aponta que esta organização dos trabalhadores “[...] aprendeu a coordenar os esforços e as forças, a praticar a solidariedade, a pôr, acima dos regionalismos políticos, a solidariedade operária”. Ainda sobre a perspectiva do anarco-sindicalismo, Leval (2002) aponta o desenvolvimento de conselhos de fábrica vinculados aos sindicatos e responsáveis por defender os interesses dos trabalhadores nos conjuntos de empresas de modo a interligar as suas reivindicações e evitar atividades corporativistas entre os operários exaltando e assegurando o caráter coletivo das ações.

Singer (1998) observa a atuação conjunta entre os sindicatos e as cooperativas neste período, na luta contra os capitalistas. Havia mais de 500

cooperativas montadas por sindicatos, um movimento de massa segundo o autor, cujo norteador seria a eliminação das empresas privadas do mercado.

Observamos também a criação de novos discursos teóricos e práticos que abarcam o cooperativismo no pensamento de alguns intelectuais, como Robert Owen, Charles Fourier, Louis Blanc, Philippe Buchez, Charles Gide, os quais articularam, em seus modos de vida, experimentações acerca das práticas cooperativistas e associativistas e romperam com as formas de produção hegemônicas dos séculos XVIII e XIX.

As estratégias empregadas, primeiramente por Owen, foram apresentar ao governo inglês uma alternativa para lidar com o crescente número de pobres; para tanto, seriam transferidos fundos para a compra de terras e a criação de Aldeias Cooperativas. No entanto, essa primeira proposta foi negada pelo governo (SINGER, 2002).

Uma segunda estratégia empreendida por Owen foi a criação de Aldeias Cooperativas. Um desses exemplos situa-se nos Estados Unidos da América e recebeu o nome de *New Lanarck*, onde empregava um sistema de cooperação que abrangia diversas camadas da população. Esse sistema tinha como objetivo combater as injustiças sociais por meio de uma alternativa pacífica e gradual, em que os lucros seriam distribuídos entre todos os membros e o excedente investido na construção de casas, creches e na educação das crianças (PINHO, 1977).

Embora os projetos de Owen tenham sido implantados, eles demonstraram uma inviabilidade econômica por conta de seu alto custo de manutenção e, até mesmo, falta de mercado consumidor, o que teve como efeito o fechamento de algumas dessas Aldeias ou mesmo a transformação destas em bazares e bolsas de troca para viabilizar os empreendimentos (SINGER, 2002).

Ainda sobre os empreendimentos desenvolvidos por Owen, em especial a bolsa de trocas, Singer (1998) aponta que estas constituíam um mercado próprio em relação ao mercado formal, pois emitiam créditos aos sujeitos e eliminavam os intermediários da produção. Os membros das bolsas recebiam notas que correspondiam a tempo de trabalho e não dinheiro.

Pelo fato de não empregarem dinheiro em suas transações, as bolsas de troca enfraqueciam o mercado capitalista e desenvolviam outras concepções de produção, distribuição e consumo aos trabalhadores, além disso, essa experiência pode ser considerada como um germe para os clubes de troca modernos e as moedas locais e sociais desenvolvidas por estes,

As idéias de Fourier conflitavam com as de Owen na medida em que este pressupunha, em suas práticas, princípios moralizantes, como a redução dos vícios dos trabalhadores, enquanto que aquele salientava as diferenças individuais e dizia que não se poderiam mudar os gostos, as paixões, os desejos dos sujeitos; a associação entre os sujeitos não se daria para combinar os semelhantes, mas para acentuar as diferenças, os contrastes (BARTHES, 1990).

Uma tática encontrada por Fourier para dispor essa associação entre os indivíduos foi a noção de série, a qual contemplava, em seu corpo, as concordâncias e discordâncias entre os membros. Esses grupos seriam organizados pelas atividades produtivas desempenhadas, e tidas como imprescindíveis pelos sujeitos, havendo, desse modo, a possibilidade de preservar os desejos individuais em meio a um coletivo (KONDER, 1998).

Outra tática desenvolvida por Fourier para congregar o coletivo dessas séries e associados foi o Falanstério, um espaço auto-suficiente, no qual as propriedades poderiam ser privadas, os lucros das atividades seriam distribuídos entre os diversos profissionais presentes e o restante empregado a um capital social, a fim de servir como assistência aos membros (PINHO, 1977).

O Falanstério configuraria uma singularidade nas práticas arquitetônicas; isso porque o seu intuito seria entrelaçar o edifício e o território e transformá-lo em um lugar humano, de maneira a privilegiar a circulação ao invés da proteção (BARTHES, 1990).

Louis Blanc propôs outra estratégia para as formas de organizar as associações e cooperativas, na qual o Estado deveria se encarregar de organizar esses empreendimentos e, assim, retirar dos burgueses os instrumentos de produção e eliminar a livre concorrência (PINHO, 1977).

Dessa forma, os membros seriam nomeados pelo Estado e as associações e cooperativas seriam compostas de diretores, mestres e contramestres; os lucros seriam repartidos equitativamente entre os sócios e o restante seria investido em um fundo para assistência e compra de instrumentos para a produção (PINHO, 2004).

Philippe Buchez entendia que as cooperativas compreendiam um movimento pacífico dos trabalhadores. Este, contemplaria a criação de associações regidas por estatutos, onde cada membro seria considerado um empresário; os pagamentos respeitariam os critérios de cada profissão, além disso, os membros constituiriam uma poupança comum (PINHO, 2004).

Charles Gide definiu que o cooperativismo abrangeria três etapas: a primeira consistiria na compra, em conjunto, dos produtos consumidos pelos membros, isso produziria uma redução e, até mesmo, uma eliminação da figura dos intermediários da produção; a segunda etapa seria o desenvolvimento de associações de produtos industriais, o que teria, por efeito, a redução do lucro dos capitalistas e de sua produção; a terceira etapa corresponderia à produção agrícola, por parte das cooperativas, e a auto-suficiência dos membros (PINHO, 1977).

Este mesmo autor, ainda articulou as suas idéias à questão do feminismo e à inserção política e econômica das mulheres na sociedade; a questão da educação da população com o intuito de produzir sujeitos autônomos; o pagamento das despesas das cooperativas serem efetuados em dinheiro para evitar quaisquer dívidas com bancos ou outros credores (PINHO, 2004).

Problematizaremos a seguir as idéias marxistas e anarquistas que contribuíram ao movimento cooperativista e associativista.

O pensamento marxista além de problematizar a exploração dos operários pelos burgueses construiu instrumentos para a derrocada desta dominação, a saber, a idéia da tomada do poder por parte dos trabalhadores e a instauração da ditadura do proletariado e o regime comunista.

A ditadura do proletariado segundo Marx e Engels (19??) seria o movimento pelo qual os trabalhadores usufruindo de sua supremacia política se apropriariam dos meios de produção dos burgueses e eliminariam a propriedade privada, assim como dissolveriam o aparelho de Estado assumindo a administração pública.

Além dessa estratégia para o enfrentamento da luta de classes, o próprio Marx auxiliara na criação da Associação Internacional dos Trabalhadores.

Assinalaremos a seguir alguns pontos das concepções anarquistas para em seguida correlacioná-las ao movimento cooperativista. O anarquismo segundo Woodcok (1981) e Joll (1977) considera o trabalho como o fundamento da sociedade e fruto de uma força coletiva, e enquanto tal deve ser distribuído a todos que participaram de sua produção.

Outro ponto de suas lutas e manifestações, além do tema dos modos de produção e as condições de trabalho, incluem em suas problematizações a organização social como um todo, defendendo a ideia de que os poderes políticos, econômicos e sociais presentes nos aparelhos de Estado e nas classes burguesas devem ser suprimidos a favor de um regime onde os indivíduos coordenariam a sociedade sem qualquer forma de autoridade (WOODCOK, 1981).

A questão em torno de uma sociedade sem formas de autoridade distingue os movimentos anarquistas, de parte do movimento operário com viés marxista e do próprio cooperativismo e associativismo. Este último em muitos casos não busca como objetivo final a eliminação do aparelho de Estado, como veremos no decorrer deste capítulo.

Voltemos às concepções anarquistas. Algumas das estratégias encontradas por estes para garantir as reivindicações dos trabalhadores frente os burgueses, foram a ação direta e a greve geral.

Sobre a ação direta Mintz (2002) assinala que esta constituiria uma tática dos trabalhadores para lidar com os patrões de modo que estes acatassem os pedidos daqueles demandando o mínimo de negociações, desta forma caberia ao burguês ceder ou opôr-se aos pedidos.

No caso de uma oposição da classe burguesa poderia ser implantada a segunda estratégia, a greve geral, ou seja, a paralisação do maior número possível de operários de todos os setores industriais.

Este recurso apresenta um perigo à classe trabalhadora como aponta Malatesta (1981, p.206):

Muitos afirmam que, paralisando a produção abruptamente durante alguns dias, os operários conseguirão em pouco tempo deixar os burgueses sem

ter o que comer e que, mortos de fome, eles serão obrigados a aceitar. [...] os primeiro a morrer de fome durante a greve geral não seriam os burgueses, que dispõem de crédito e podem entrar em todas as lojas, mas os operários que têm apenas o trabalho para sustentá-los.

Da análise de Malatesta podemos tirar a conclusão de que mais uma vez os trabalhadores podem ser barrados em suas lutas por causa de sua “dependência” ao emprego e ao capitalista para conseguir sobreviver, e é justamente aqui que vemos a inventividade dos trabalhadores e dos ideais anarquistas para driblar essas forças opressoras e desenvolver mecanismos para sua reprodução, como as comunidades baseadas nas concepções do mutualismo e coletivismo.

O mutualismo segundo Walter (2000) seria a organização dos sujeitos sem a intromissão dos aparelhos de Estado, caracterizando-se por relações voluntárias entre os homens baseadas na igualdade e na reciprocidade. Já o coletivismo vai além, busca a dissolução estatal por meio de uma revolução social e como fruto desta os operários seriam os proprietários dos meios de produção e administrariam a sociedade.

Essas duas concepções podem ser encontradas no movimento cooperativista e associativista num grau mais democrático, ainda segundo Walter (2000) haveria a presença de diretores eleitos para administração das comunidades e cooperativas.

Alguns pensadores anarquistas articularam essas concepções mutualistas e coletivistas e a busca da igualdade e liberdade dos sujeitos em seu discurso.

Proudhon propunha a idéia de que o trabalho seria a base da sociedade, e pelo fato deste ser produto de um conjunto de trabalhadores, e mediante a troca de suas mercadorias para satisfazer as necessidades, os sujeitos teriam que ser solidários uns com os outros (BANCAL, 1984).

Entretanto, conforme Bancal (1984) expõe os pensamentos de Proudhon, a sociedade organizada pelo regime capitalista e pelo Estado subjugaria os trabalhadores, a partir das noções de propriedade e governo usurpando à força os produtos e rendimentos dos trabalhadores, e ainda mais, disseminariam a concorrência e a desigualdade pelo corpo social.

As estratégias desenvolvidas por Proudhon para eliminar essas formas de opressão e autoridade foram a organização de grupos autônomos de trabalhadores

divididos por departamentos tais como os industriais, agrícolas e de serviços respaldados por um sistema jurídico mutualista (PROUDHON, 1981).

Outra estratégia empreendida por Proudhon foi a criação de Bancos do Povo. Estas instituições serviriam para assegurar formas de crédito aos trabalhadores gratuitamente, com o intuito destes livrarem-se dos capitalistas e desenvolverem seus próprios negócios (LEVAL, 2002).

Essa experiência dos Bancos dos Povos e de trocas teria lançado a semente do que viria a ser as cooperativas de crédito, estas tomariam o princípio de emissão gratuita de crédito e implantariam outras regras para sua consecução que serão analisadas num outro momento.

Conforme Proudhon (1981, p.62) assinala em um de seus textos, o objetivo de suas estratégias e de seu pensamento era o estabelecimento de condições igualitárias entre os homens, e não apenas dos meios de produção e de seus frutos, mas acima de tudo, do conforto e do bem viver dos trabalhadores e da sociedade como um todo.

Para Bakunin, a sociedade não deveria ser organizada por qualquer forma de autoridade, seja ela estatal ou de uma classe, pois neste regime haveria uma hierarquia vertical. Para escapar a esta dominação propõe a liberdade dos sujeitos para organizarem-se da maneira que acharem mais adequadas (LEVAL, 2002).

Ainda a respeito da relação dos sujeitos com a ordem e com a liberdade, Bakunin (1981) diz que a sociedade é composta por situações onde os sujeitos se envolvem com a ordem, no entanto, esta relação não deveria ser pautada por um centro detentor de autoridade e sim por uma constante permuta entre os pólos que recebem e dão ordens e que os sujeitos têm o direito de acatar ou não aos comandos.

Bakunin defendia a idéia da associação entre os trabalhadores para conquistar a satisfação de suas necessidades e em seus escritos sobre essas formas de sociabilidade antecipou de certa forma o movimento cooperativista moderno e as suas potências:

As associações cooperativas operárias são um fato novo na história; assistimos seu nascimento, e podemos apenas pressentir, mas não determinar atualmente, o imenso desenvolvimento que sem nenhuma dúvida elas assumirão, e as novas condições políticas e sociais que delas

surgirão no futuro. É possível, e mesmo muito provável que, ultrapassando um dia os limites das comunas, das províncias, e até mesmo dos Estados atuais, elas dêem uma nova constituição à sociedade inteira, partilhada não mais em nações, mas em grupos industriais diferentes e organizados segundo as necessidades não da política, mas da produção (BAKUNIN, 1863 *apud* LEVAL, 2002, p.29).

Com efeito, algumas das visões de Bakunin não se concretizaram como a dissolução dos Estados e a criação de grupos gestores da sociedade, no entanto, no que diz respeito às novas condições políticas e sociais, de certa forma o cooperativismo produziu uma série de efeitos sobre o corpo social e assumiu formas de empreendimentos que vão além de comunas e províncias.

As diversas concepções articuladas por esses pensadores e as inúmeras formas de enfrentamento do movimento dos trabalhadores - como os sindicatos, os luddistas, os cartistas - deram condições de possibilidade para a organização e a emergência do que é considerado o marco do movimento cooperativista da Idade Moderna, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Ltda., no século XIX, localizada na Inglaterra.

A Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale organizou um grupo de artesãos, de forma associativa, para construir algumas residências, assim como para articular estratégias de enfrentamento ao desemprego por meio da ajuda mútua e, em um momento posterior, caso encontrassem viabilidade econômica, organizar uma produção e consumo cooperativo, construir creches e escolas, em uma espécie de colônia auto-suficiente, como as Aldeias Cooperativas; neste sentido, previam, dentre suas práticas, o combate aos vícios dos membros, como o alcoolismo e a frequência em cabarés (KEIL & MONTEIRO, 1982).

Outra estratégia desenvolvida por aqueles artesãos, com a finalidade de gerar empregos e entrar no mercado, foi a criação de um armazém, onde vendiam alimentos e vestuário; mais tarde, desenvolveram a venda de produtos em atacado constituindo diversas cooperativas pela Inglaterra (PINHO, 2004).

A inovação da estratégia dos Pioneiros de Rochdale se dá por conta dos princípios estabelecidos para administrar a associação, os quais se tornariam, futuramente, os princípios do próprio cooperativismo. Estes princípios são: a adesão livre dos membros; cada membro detinha o direito a voto nas assembléias; o estabelecimento de quotas parte para determinar a divisão dos lucros; a taxa de

juros fixa; a realização das vendas era feita à vista; práticas pedagógicas acerca da cooperação e solidariedade e a neutralidade política e religiosa (SINGER, 2002, p.39).

Depois de termos apontado algumas formas de cooperativas como as de consumo e produção organizadas pelos Pioneiros de Rochdale, apresentaremos outras formas de organização das cooperativas, em especial as de crédito, embora os trabalhadores tenham desenvolvido empreendimentos ligados às áreas de construção civil, a práticas pedagógicas.

Furquim (2001) analisa as cooperativas de crédito que emergiram a partir da metade do século XIX na Europa. Segundo seus apontamentos, estes empreendimentos permitiram o acesso a recursos financeiros por parte de sujeitos historicamente excluídos dos sistemas bancários tradicionais.

Dentre as cooperativas de crédito, encontramos, ainda, uma diferenciação quanto às estratégias e práticas empregadas, podendo ser Caixas Rurais Raiffesen ou Cooperativas de Crédito Schulze-Delitsche - os nomes fazem alusão aos fundadores desses empreendimentos (PINHO, 2004).

As primeiras possuem vinculação com a filantropia e o princípio de amor ao próximo, assim como uma valorização moral dos membros; desenvolvem um banco central para a rede de associações; não há capital social e indivisibilidade dos créditos; os sócios são responsáveis pelas obrigações da associação e os dirigentes não recebem remuneração. A segunda forma de organização dirigia-se à classe média urbana, porém permitia a adesão de outras camadas e não possuía vinculação com a filantropia ou o Estado; os sócios investiam na associação por meio de quotas parte e eram responsáveis pelas negociações do empreendimento (PINHO, 2004, p.99).

Traçamos nesta parte um percurso que compreendeu a irrupção do modo de produção capitalista sobre a forma das indústrias e analisamos como se dava seu processo de trabalho, as estratégias empregadas pela burguesia para gerar seus lucros, assim como dominar e explorar os trabalhadores.

E acima de tudo, mostramos como os operários organizaram frentes de resistência a essa submissão, através de diversas iniciativas tais como os sindicatos, os bancos populares, cooperativas e associações de produção e consumo.

1.4 As normatizações implantadas pelo Estado brasileiro sobre o movimento cooperativista e associativista e as composições deste com outros movimentos sociais na atualidade

Prosseguindo com nossas reflexões históricas acerca do cooperativismo e associativismo, passaremos a seguir a tratar dos empreendimentos desenvolvidos a partir do fim do século XIX até os dias de hoje, com enfoque no caso brasileiro, com o intuito de expor e problematizar os acontecimentos que suscitaram a formação dessas cooperativas, as resistências dos trabalhadores frente às novas configurações assumidas pelo modo de produção capitalista e pelo Estado e a coligação entre os operários e outros movimentos sociais para enfrentar aqueles e garantir outras condições de vida para os sujeitos.

O movimento cooperativista contou com um acontecimento marcante no fim do século XIX: a criação de uma instituição de fomento internacional denominada Aliança Cooperativa Internacional (ACI). As estratégias deste órgão abarcariam o desenvolvimento de cooperativas nos níveis nacionais, regionais e locais dos países onde atuaria, tendo como base teórica os princípios dos Pioneiros de Rochdale; além disso, empregava as seguintes táticas para disseminar suas lutas e reivindicações: a colaboração de outras instituições internacionais ligadas ao comércio e trabalho, a agricultura, assim como, a Organização das Nações Unidas (PINHO, 2004).

Ainda sobre o âmbito internacional do movimento operário e sindical emergiram as lutas articuladas sobre a bandeira dos democratas, cujas reivindicações incidiam sobre os processos de sufrágio e administração dos aparelhos estatais (RÉMOND, 1976, p.50).

Neste mesmo período encontramos uma série de acontecimentos que possibilitaram a emergência do cooperativismo no Brasil, os quais foram problematizados por autores, como Kowarick (1994) e Pinho (2004) cujas análises destacam a abolição da escravidão em 1888 e a economia cafeeira. O primeiro foi responsável por liberar mão de obra para as cidades, o que teve como efeito a diminuição do número de trabalhadores no campo. A estratégia encontrada pelos grandes latifundiários foi a busca de imigrantes europeus, só que estes ao chegarem aqui em determinados casos não se limitaram a acatar as ordens e formaram uma série de cooperativas.

Outro desdobramento da economia cafeeira foi o fomento ao processo de industrialização do país, onde se viu o desenvolvimento de ferrovias para distribuir a produção, e indústrias de beneficiamento de café. A partir desses ramos surgiram outras empresas nos centros urbanos.

A respeito dessas indústrias urbanas, Rago (1985) assinala a semelhança com o processo europeu de industrialização ocorrido no século anterior, as quais seriam: o emprego de longas jornadas de trabalho, a introdução de maquinaria, dos regulamentos, da vigilância, entre outros mecanismos de submissão; assim como na Europa, aqui também houve uma série de manifestações e resistências por parte da classe dos operários, seja através da constituição do movimento sindical, seja na constituição de cooperativas.

As cooperativas brasileiras foram organizadas a partir de iniciativas populares, da mesma forma que os empreendimentos europeus e, dessa maneira, pautaram-se pelos princípios estabelecidos pela Sociedade de Rochdale, tais como: a adesão livre, a gestão democrática, o capital social e o sistema de quotas-partes, o incentivo à educação cooperativa e à neutralidade política e religiosa. No entanto, como aponta Furquim (2001), as forças sociais, econômicas e políticas do Brasil configuraram também a formação de cooperativas no seio das classes burguesas e abastadas da população.

Essa outra configuração é apontada por Furquim (2001), no que diz respeito às iniciativas de certos proprietários no meio agrícola, com o intuito de fomentar a produtividade de suas propriedades. Encontramos esse mesmo mecanismo nas

indústrias, como destaca Rago (1985, p.34), as cooperativas de consumo organizadas pelos trabalhadores eram cooptadas pelos patrões. Os donos das indústrias ainda desenvolveram outras estratégias de dominação em relação aos operários:

Através de 'concessões', como a instituição de armazéns, cooperativas, farmácias, restaurantes, escolas, vilas operárias, assistência médica junto às fábricas, o cerco aos passos do trabalhador torna-se mais consistente, sistemático e globalizante. Procura-se destilar, juntamente com estes 'benefícios', a idéia de que trabalhadores e patrões pertencem a uma mesma 'comunidade', lutando por interesses comuns.

As medidas utilizadas pelos burgueses tinham como objetivo enfraquecer o movimento operário e trazer a massa de trabalhadores para o seu lado. Algumas dessas medidas alcançaram essa meta e ainda mais, possibilitaram o esmorecimento do movimento cooperativista e associativista.

O aparelho estatal brasileiro também participou da implantação das cooperativas, em primeiro lugar decretando a liberdade dos sujeitos em formar organizações, associações e cooperativas.

Outras estratégias do estado brasileiro, citadas por Pinho (2004, p.22) para o incentivo das práticas cooperativas, neste período, foram: a isenção fiscal de empreendimentos voltados ao consumo; o fomento de cooperativas agrícolas e de produção, assim como de federações, sob a forma de sociedades anônimas; a organização de associações cooperativas de mutualidades nas Escolas Técnicas Federais.

Os incentivos dados às cooperativas, pelos mecanismos de Estado, fizeram parte dos processos de fomento ao parque industrial brasileiro, assim como, das atividades agrícolas. Neste sentido, Barbosa (2001) aponta que o poder público realizou (a) parcerias com as elites do agronegócio e da indústria brasileira, em detrimento às camadas populares.

Apesar do incentivo dado pelo Estado às cooperativas enfrentaram dificuldades, conforme assinala Pinho (2004). Estas giravam em torno da falta de condições econômicas para manter em funcionamento suas atividades, devido às posições que os empreendimentos ocupavam nas cadeias de produção e no mercado.

As problematizações de Tiriba sobre a produção industrial das cooperativas e associações e o espaço destas nas cadeias produtivas corrobora com os apontamentos de Pinho apresentados acima, pois Tiriba (2003, p.229) afirma que:

As atividades das organizações econômicas populares estão longe de pertencer aos setores estratégicos da economia global. No entanto, podemos afirmar que, ao contrário da lógica capitalista, os produtos e serviços se constituem, fundamentalmente, como mercadorias em que o valor de uso se sobrepõe ao valor de troca. Dito de outra maneira, estas organizações não estão produzindo 'quinquilharias da Xuxa' ou outros bens supérfluos que contribuem para o consumismo e o desperdício, mas produtos cujo valor é a satisfação das necessidades elementares da população: casas populares, chinelos, vestuário, alimentação, higiene.

Na medida em que as cooperativas se empenham para satisfazer as necessidades básicas dos sujeitos e suprimir os quadros de pobreza e exclusão, sem objetivar o lucro ficam aquém no mercado em relação às empresas privadas e tendem a desaparecer ou a deixar os seus princípios cooperativos de lado e inserir-se no padrão hegemônico capitalista.

O modo de produção capitalista estava passando por uma série de processos de centralização e concentração de capitais formando inúmeros monopólios e conquistando novas áreas de atuação em diversos países (BOTTOMORE, 1988).

Essa nova configuração das empresas capitalistas é analisada por Singer (1998) como as multi-empresas e as empresas transnacionais. Estas, eram formadas pela fusão de empreendimentos em busca de dominar uma determinada cadeia produtiva.

Ainda sobre essas empresas Singer (1998, p.152) diz que:

Surge assim uma elite de grandes empresas, integradas vertical e horizontalmente. Elas são na verdade multi-empresas, ou seja, conglomerados de numerosas empresas que seriam competidoras ou complementares. A multi-empresa se integra verticalmente ao fundir em si produtores de matéria prima, processadores de produtos intermediários, fabricantes de produtos finais [...] ela se integra horizontalmente ao fundir em si grande número de empresas que realizam a mesma atividade em diferentes localidades de um país e em países diferentes.

As multi-empresas ao ganhar novos territórios para implantar suas atividades geram efeitos como a eliminação de micro-empresas e da burguesia nacional, como assinala Bottomore (1988) e esta camada da população em conjunto com os trabalhadores pode se mobilizar para enfrentar o capital estrangeiro com suas próprias forças ou com o apoio do aparelho estatal.

No caso brasileiro ocorreu uma união entre a burguesia nacional e o aparelho estatal, sob o governo de Vargas, para o desenvolvimento do parque industrial brasileiro sem a interferência das multinacionais.

Até mesmo os empreendimentos cooperativistas e associativistas sofreram modificações no seu tratamento e abordagem durante o período de governo de Getúlio Vargas em relação aos governos anteriores.

Nesse período, houve um processo de regularização paulatino das atividades cooperativistas por parte dos mecanismos do poder público, conforme apontam Furquim (2001) e Pinho (2004), a começar pela legislação de 1932, a qual regularizava e retificava o direito dos cidadãos em organizar esse tipo de empreendimento.

Além desses decretos, a legislação de 1932 também gerou: a interdição aos aparelhos públicos em gerenciar, administrar ou realizar qualquer intervenção às cooperativas; imposição das normas aos pressupostos dos empreendimentos, como as formas de adesão serem por vontade do sujeito e não por processos de coação; além das questões do capital social e das quotas partes e o retorno das sobras líquidas aos associados; incentivo à criação de cooperativas em centrais e federações determinadas pelas categorias de cada empreendimento (FURQUIM, 2001, p.41-45).

Ainda sobre as práticas estabelecidas pelo governo Vargas, Pinho (2004) aponta a criação do Departamento de Assistência ao Cooperativismo, órgão ligado ao Ministério da Agricultura; criou o Serviço de Assistência ao Cooperativismo; incentivou as formas de cooperativas vinculadas aos sindicatos de diversas categorias oficializadas pelo poder público e regularizou as leis do trabalho no território brasileiro.

As regularizações e séries de decretos acerca das cooperativas e a sua modulação através da forma dos sindicatos podem ser uma tentativa do poder público de conter os efeitos das movimentações dos trabalhadores, pois as orientações das organizações sindicais brasileiras estavam articuladas com os ideais anarquistas.

Segundo Rago (1985, p.18), os movimentos anarco-sindicalistas travavam uma luta contra as relações de poder exercidas pelos aparelhos de Estado e pelos capitalistas, incentivando a autogestão no seio dos movimentos operários.

As práticas efetuadas pelos mecanismos do governo, no período de Vargas, tinham como objetivo garantir e assegurar modos de subsistência à população e o cumprimento de seus direitos, o que ficou denominado como Estado de Bem Estar Social.

Este regime dos mecanismos estatais apresenta, ainda, o que alguns autores como Singer (1998) denominam como capitalismo dirigido, cujo objetivo e compromisso eram desenvolver e criar plenos empregos, assim como garantir o cumprimento dos direitos trabalhistas e sociais às classes populares e trabalhadoras alijadas pela classe burguesa e pelo capitalismo.

No breve período de governo de João Goulart até o golpe militar de 1964, houve algumas medidas e acontecimentos acerca do movimento cooperativista. Como assinala Pinho (2004), a sociedade civil organizou a Associação Brasileira de Cooperativismo, cujo orçamento vinha dos mecanismos do poder público; outros acontecimentos foram as reformas nos sistemas financeiros brasileiros e o processo de fechamento e “marginalização” das cooperativas de crédito.

Após o golpe militar, houve uma série de iniciativas para conter o acesso das camadas populares ao sistema financeiro, o que comprometeria o fomento e desenvolvimento de pequenas iniciativas de empreendimentos cooperativistas e associativistas.

Uma forma desenvolvida pelos empreendimentos cooperativos e populares para contornar essa situação foi a articulação com outros movimentos sociais durante o período da ditadura no Brasil. O movimento cooperativista aliou-se aos movimentos dos sem terra e das comunidades nas periferias urbanas, no que diz respeito ao embate contra o regime ditatorial e o patronato que ordenavam a sociedade.

Essas articulações puderam ser vistas, na organização de associações de bairro, por parte das comunidades, com o apoio da Igreja Católica. Em relação à assessoria desta, temos a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB).

Essas instituições atuavam nas periferias dos centros urbanos e rurais por meio das pastorais e suas reivindicações estavam vinculadas às questões de moradia, saneamento básico e direitos humanos (SOUZA, 2003).

Outra instituição ligada à Igreja católica que prestou auxílio às cooperativas neste período foi a Cáritas. Segundo Nicoladeli (2009) sua atuação baseava-se na Encíclica Papal *Rerum Novarum* cujos norteadores eram a supressão dos princípios do capitalismo, acerca do individualismo e do egoísmo. Para tentar solucionar esses problemas a Cáritas organizou metodologias de ação social e fomentou empreendimentos populares tendo em vista os princípios do cooperativismo de autonomia, participação democrática e geração de trabalho e renda.

Temos também a movimentação dos trabalhadores rurais, a partir da criação de cooperativas no seio do MST como um processo gradual. Como observa Ferreira (2003), a luta dos agricultores tinha como ação padrão a invasão de latifúndios improdutivos e a criação de assentamentos em tais propriedades, e a partir dessas expropriações, surgiram dois norteadores: o primeiro foi a organização de pequenas associações coletivas de produção; e o segundo, correspondeu à criação de associações maiores responsáveis por prestação de serviços. Essas cooperativas e associações eram organizadas por meio da propriedade coletiva da terra e dos instrumentos de produção; o capital social era distribuído de acordo com as quotas partes. Além disso, esses empreendimentos apresentavam serviços de formação política, capacitação, assistência técnica e acesso a crédito para pequenos produtores.

Para operacionalizar as diversas associações e cooperativas, o MST desenvolveu algumas estratégias, como o Sistema Cooperativista de Assentamento (SCA), cujos desdobramentos originaram as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPA), as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS) e as Cooperativas de Crédito (FERREIRA, 2003).

Mediante a aliança dos movimentos cooperativistas e outros movimentos sociais o regime ditatorial efetuou uma intervenção direta do Estado sobre as associações.

Além disso, todo um aparato de fiscalização das cooperativas foi instituído por parte dos mecanismos do Estado, as cooperativas de crédito passaram a ser responsabilidade do Banco Central do Brasil; as cooperativas de habitação ficaram a cargo do Banco Nacional de Habitação e as demais cooperativas foram atribuídas ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário; além desses instrumentos, foi instituída a Organização das Cooperativas do Brasil, órgão responsável por administrar e fomentar o movimento cooperativista no país, acentuando ainda mais o processo de centralização destes empreendimentos sobre a figura do poder público (PINHO, 2004, p.39-45).

Em relação às práticas articuladas pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a sua representatividade para o movimento cooperativista, citamos Barbosa (2001, p.111):

o cooperativismo ganha expressão, agora, como alternativa ao desemprego e a informalidade fragmentária. Mas não se trata de qualquer cooperativismo. As narrativas são claras ao estabelecerem uma cisão entre o que propõem e a tradição cooperativista brasileira em torno da OCB. A diferenciação estaria na verticalização da prática política cooperativista, distante da dinâmica democrática e participativa.

Os apontamentos de Barbosa dão visibilidade à cisão das práticas cooperativas fomentadas pelo poder público: o fomento caberia apenas aos grandes latifundiários e proprietários do agronegócio; os pequenos empreendimentos, nos centros urbanos e mesmo na zona rural, não recebiam incentivos e ficava a sua própria sorte.

A falta de incentivo aos empreendimentos populares poderia se inscrever nas tentativas de controle da ditadura na formação de grupos e coletivos que pudessem ameaçar e fazer frente ao regime político implantado.

O regime ditatorial produziu outros efeitos sobre as configurações e concepções do mundo do trabalho brasileiro. Conforme aponta Barbosa (2001, p.37), as taxas de inflação e desemprego cresceram por todo o território brasileiro, em contrapartida às taxas de lucros que sofreram um decréscimo. Esses indicadores fomentaram uma política de redução de criação de empregos.

A partir do fim da década de 1980, o Brasil enfrenta um processo de redemocratização passando a adotar, como projeto político e econômico, as

políticas neoliberais, que já vinham sendo articuladas nos países da Europa, nos Estados Unidos e no Japão.

As relações de mercado foram inscritas por processos de terceirização e flexibilização do trabalho que, por fim, lançaram um contingente de indivíduos aos quadros de informalidade e de auto-emprego.

As políticas neoliberais produziram uma série de desdobramentos sobre o tecido social. Como aponta Demo (1998) geraram um contingente de desempregados, o enfraquecimento dos direitos trabalhistas e as privatizações dos sistemas e das políticas públicas.

Outro efeito do neoliberalismo e dos arranjos do capitalismo foi o desenvolvimento de um novo processo de organização do trabalho, denominado toyotismo. Esse modelo apóia-se nos sistemas de informação e de computação e as técnicas de gestão empregam valores como a cooperação, o trabalho em equipe, a qualificação e empreendedorismo do trabalhador; a produção está atrelada à demanda do mercado e objetiva individualizar os produtos de acordo com o consumidor (ANTUNES, 1999).

Um dos efeitos desse novo processo de organização do trabalho denominado como toyotismo ou flexibilização do trabalho, é descrito por Demo (2002, p.167):

O drama está em que dois bilhões de pessoas se tornam desnecessárias. Menos de 02% da força de trabalho neste planeta estarão nas indústrias, o que significa duas coisas pelo menos: o carro-chefe do progresso econômico está sendo substituído, e o impacto sobre a absorção da força de trabalho torna-se devastador [...].

A classe trabalhadora passou por uma desestabilização com esses novos processos de trabalho e com as políticas neoliberais, uma vez que seus órgãos de defesa e reivindicação como os sindicatos, perderam parte de sua força e voz frente aos patrões, os trabalhadores por si tinham de mobilizar e enfrentar uma série de questões como a concorrência acirrada do mercado e o constante processo de capacitação de si mesmo para se tornar empregável pelas empresas.

Além disso, como vimos, o Estado que era responsável por assegurar uma gama de direitos cessou de incentivá-los e deixou os operários à mercê do sistema capitalista e à própria sorte.

Outro acontecimento gerado nesse período foram as estratégias empregadas pelas empresas privadas para burlar o sistema estatal e diminuir os encargos sociais e trabalhistas. Sobre as cooptações do cooperativismo pelo capitalismo neste período, Albuquerque (2003) assinala as técnicas de gestão propostas por administradores, psicólogos e outros profissionais que incentivam práticas democráticas dentro das empresas privadas numa forma de co-gestão.

Essas novas estratégias do capitalismo fazem com que os limites entre as empresas privadas e as cooperativas fiquem borradas, pois os patrões incluem em seus negócios princípios do movimento dos trabalhadores, e estes quando alcançam certa produtividade podem passar a empregar mão de obra assalariada em seus empreendimentos, como assinala Cançado (2007).

As manobras dos capitalistas são analisadas por Todeschini (19??) como a possibilidade criada pelas brechas da legislação da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho). Esses empreendimentos receberam o nome de “coopergatos” no seio do movimento cooperativista (FRANÇA FILHO, 2004).

Contudo, ainda há uma movimentação dos operários que não se deixa levar por esses modos de cooptações e atua em conjunto com alguns aparelhos estatais, ONGs (Organizações Não Governamentais), sindicatos e instituições da sociedade civil e desenvolvem algumas estratégias de combate a estas condições.

Uma dessas estratégias que o movimento cooperativista e associativista configurou recebeu a denominação de Economia Solidária e será analisada no capítulo a seguir. Outra estratégia desenvolvida pelos trabalhadores para lidar com o capitalismo e fomentar empreendimentos cooperativos partiu dos sindicatos dos trabalhadores vinculados a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária).

No que diz respeito aos sindicatos e à atuação da CUT, Guimarães (19??) afirma que houve uma problematização acerca das políticas destes e a representatividade que estes órgãos tinham para com os trabalhadores, isso porque, lutavam pelos operários que possuíam um emprego e estavam inseridos no mercado, enquanto aqueles que estavam numa situação de desemprego não eram

contemplados em suas mobilizações, no caso, os sujeitos que constituíam usualmente constituíam cooperativas e associações.

A estratégia desenvolvida para dar conta da demanda desses trabalhadores organizados em cooperativas foi a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). Segundo (GUIMARÃES, 19??; DEMO, 2002; NICOLADELI, 2009) esta agência teria como objetivo fomentar a geração de trabalho e renda através de empreendimentos solidários, desenvolver metodologias para dar consistência a atividade dos trabalhadores, assim como, assessorá-los na tarefas de comercialização, formação de rede e complexos cooperativos.

Neste mesmo período podemos encontrar outra mobilização dos trabalhadores, cujo palco seria as fábricas que estão sofrendo um processo de falência e através de acordos entre patrões, operários e sistema jurídico o patrimônio é repassado aos trabalhadores sem que estes sejam onerados com a massa falida e outras dívidas. A partir dessa aquisição a gestão dos negócios passa a ser dos operários e a tendência é que os empreendimentos adiram à concepção cooperativista/associativista (NAKANO, 2003).

As diversas empresas assumidas pelos trabalhadores em associação com entidades da sociedade civil fundaram uma instituição de fomento e assessoria para estas cooperativas denominadas ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária) num encontro nacional realizado por aqueles para discutir temas como a autogestão e o planejamento e assessoria de cooperativas.

Assim como a ADS o objetivo da ANTEAG é oferecer subsídios aos trabalhadores para que estes possam administrar suas empresas, e uma estratégia desenvolvida por este órgão para realizar isso foi a Agência de Desenvolvimento da Autogestão. Segundo Nicoladeli (2009) consistiria numa forma de os empreendimentos conquistarem recursos financeiros mais rápidos e sem burocracia, a partir de garantias dadas por aquela agência.

Analisamos nesta parte a irrupção do movimento cooperativista e associativista no Brasil, a relação deste com o poder público através das diversas legislações, a coligação dos trabalhadores com outros movimentos sociais com o

intuito de resistir ao capitalismo e o regime ditatorial, e por último a atuação dos efeitos do neoliberalismo sobre os empreendimentos cooperativos e associativos.

Em suma, neste capítulo buscamos examinar o modo de produção capitalista, os acontecimentos que possibilitaram sua irrupção e o desenvolvimento posterior, assim como visamos problematizar os diferentes modos de organização e resistência dos trabalhadores frente aos processos de exploração e exclusão, tendo como estratégia a formação de cooperativas e associações

CAPÍTULO 02: Os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade tomados a partir de iniciativas criadoras do movimento dos trabalhadores

As problematizações do capítulo anterior transitaram no terreno da história do movimento cooperativista e associativista e sua relação dialética com o modo de produção capitalista.

O norteador dessa problematização esteve pautado sobre um movimento que se concentrou sobre as reações dos movimentos dos trabalhadores frente aos burgueses e ao Estado, na medida em que responderam ao desenvolvimento das indústrias organizando sindicatos, cooperativas, associações e enfrentaram as diversas legislações desfavoráveis dos poderes estatais por meio de reivindicações dos seus direitos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Neste capítulo discutiremos sobre a hipótese e as possibilidades - denominada por nós como criadora - do movimento dos trabalhadores gerarem através da criação de empreendimentos e estratégias uma resposta às forças opressoras dos burgueses e do Estado e constuirem outras formas de entendimento para a economia, a política, a cultura, a sociedade como um todo.

O ponto chave desses empreendimentos e estratégias que utilizaremos para efetuar nossa análise serão os princípios e conceitos de cooperação, de solidariedade e de autogestão.

Para tanto, abordaremos as iniciativas dos trabalhadores através de três frentes: a primeira consistirá na perspectiva anarquista e a organização de comunas, cooperativas e associações; a segunda compreenderá o pensamento marxista e as conquistas e alianças políticas entre os trabalhadores e o Estado para o fomento de políticas públicas empreendidas na defesa do interesse daqueles e por último a perspectiva de autores cooperativistas cujas análises são balizadas pelos diversos empreendimentos solidários, como cooperativas de produção, consumo, crédito, bancos populares, clubes de troca.

2.1 As iniciativas anarquistas: o regime federalista e a constituição de comunas

Para iniciar nossa abordagem das contribuições anarquistas ao movimento dos trabalhadores assinalaremos um apontamento feito por Leval (2002, p.56) que diz o seguinte: “Em vez de se ocupar com mais valia, capital, salário, divisão do trabalho é preciso responder a essa pergunta o homem pode ou não, trabalhando produzir o pão que lhe é necessário? E se não pode, o que o impede?”.

A partir da questão do homem poder ou não alcançar sua subsistência com o seu trabalho, de buscar formas para contornar os impedimentos dessa satisfação é que seguirão nossas análises sobre o anarquismo.

Conforme apontamos na trajetória histórica do cooperativismo, o trabalho é uma categoria fundamental no pensamento anarquista. Os trabalhadores responsáveis diretos pela produção são considerados como uma força coletiva, e as lutas empreendidas por aqueles se pauta no fortalecimento desse coletivo, nas condições de trabalho que os homens estariam empregados e acima de tudo com a distribuição equitativa dos frutos do trabalho pelo corpo social.

Ainda em relação ao trabalho, temos os apontamentos de Walter (2000) e Kropotkin (1981b). O primeiro diz que a organização do trabalho poderia inserir os sujeitos em diversas atividades no decorrer da jornada de trabalho de acordo com as aptidões de cada um, de modo a não desgastar e explorar os homens e todos se satisfazerem; o segundo aponta para o fato de que como o trabalho é realizado por um coletivo seria um despautério dividir os frutos dessa produção individualmente, assim como avaliar as capacidades e desempenhos separados.

Dessa forma, podemos ver como o entendimento de trabalho aqui se distancia do modo capitalista, uma vez que este emprega os trabalhadores no processo de trabalho em diversas categorias e avalia o desempenho de cada um individualmente e quando o operário não atinge a meta é dispensado. Além disso, há a questão da atividade desempenhada numa jornada extenuante e muitas vezes repetitiva.

Depois de mostrarmos como o trabalho se constitui como uma atividade cuja produção poderia fornecer prazer e as necessidades materiais dos sujeitos. A seguir examinaremos o modo proposto pelos anarquistas para organizar essas atividades segundo o regime cooperativo do federalismo o qual engloba em seu escopo as idéias de mutualismo e coletivismo apresentadas no capítulo anterior.

O federalismo conforme assinala Berthier (2002) seria uma forma de articular os interesses dos trabalhadores organizados coletivamente em diversas federações locais, regionais e nacionais de indústrias, de prestadores de serviços de agricultores. Diferente do centralismo apresentado pelo Estado cujo sistema de decisões corre apenas em um sentido: de baixo para cima, no federalismo haveria a distribuição de informações e decisões de cima para baixo e o contrário.

Sobre as direções apontadas no federalismo por Berthier (2002, p.66):

O objetivo do federalismo é a representação dos interesses coletivos dos trabalhadores, exprimidos pelos próprios trabalhadores. Funciona com a ajuda de duas correntes, uma da base ao cume, a outra do cume a base. A primeira corrente é a discussão e a decisão, a segunda é a ação.

As correntes demonstram como o federalismo rompe com o processo de administração tanto do aparelho estatal como das empresas capitalistas e imprime outras características próprias, em primeiro lugar, o alvo das decisões, onde trabalhadores estão diretamente envolvidos em todas as etapas e não excluídos ou menosprezados, em segundo, como a decisão é tomada por um coletivo e este mesmo conjunto cumprirá as decisões, a falta de comprometimento que algumas vezes é sentida nos estados pode desaparecer.

Em terceiro lugar encontramos a questão da representação, pelo fato de todos os níveis serem constituídos de trabalhadores, por mais que haja diferença nas opiniões ainda assim será uma única classe com o mesmo interesse e não a disputa entre os interesses de burocratas, burgueses e trabalhadores.

A representação dos trabalhadores no sistema federativo se dá através da figura do delegado. Este não possuiria nenhum privilégio ou superioridade em relação aos demais operários conforme aponta Woodcok (1981) isso porque, neste modo de organização da sociedade não haveria posições hierárquicas como o patrão, o gerente, o chefe de Estado e os demais burocratas e muito menos

diferença salarial, o crivo seria a satisfação das necessidades de acordo com a produção disponível, como já frisamos anteriormente.

Segundo Berthier (2002) os delegados comporiam os representantes dos trabalhadores nos diversos níveis de federação e nos organismos de base do regime como as empresas e os conselhos de fábrica e seus mandatos seriam revogados depois de uma quantia de tempo estabelecida entre o coletivo. O objetivo dos delegados seria apurar e captar as reivindicações dos outros membros nas bases e discutir nos espaços federativos as ações cabíveis frente aos problemas e afazeres das empresas e da comunidade.

O regime federativo conta ainda com um sistema jurídico próprio que foi analisado por Proudhon, sob a denominação de direito mutualista ou federativo. O seu princípio chave seria a busca de equilíbrio e organização da sociedade e dos conflitos que esta pode gerar nos seus movimentos dialéticos. As leis que o concernem dizem respeito ao direito dos homens de se associarem, às relações de reciprocidade e solidariedade entre os trabalhadores (BANCAL, 1984).

A partir da concepção de direito mutualista de Proudhon chegamos aos outros dois princípios do cooperativismo problematizados neste capítulo e que os anarquistas contemplam em seu sistema federalista, a autogestão e a solidariedade.

No tocante à autogestão destacamos os apontamentos de Berthier (2002, p.61):

“Autogestão” é, antes de tudo o meio de pôr em aplicação o princípio: a emancipação dos trabalhadores será a obra dos próprios trabalhadores. Isso implica estruturas organizacionais que permitem a aplicação desse princípio. Essas estruturas são, de saída, essencialmente organismos de base que permitem a expressão dos trabalhadores simultaneamente no plano da empresa e no local da moradia.

Vemos aqui, que a perspectiva anarquista de autogestão tem como projeto de atuação não somente o espaço de trabalho dos homens, como englobaria também a questão da moradia, o que a nosso ver poderia ser entendida como uma prática que extrapolaria o sentido econômico e político em busca de autonomia dos sujeitos para reverberar nos aspectos sociais e culturais implicando numa mudança radical da concepção que os sujeitos têm de liberdade e como usufruir desta.

Ainda segundo a questão da liberdade, Walter (2000, p.13) expõe o seguinte:

A liberdade sem igualdade significa que os pobres e os fracos são menos livres que os ricos e os fortes, e a igualdade sem liberdade que somos todos escravos em conjunto. A liberdade e a igualdade não são contraditórias, mas complementares [...].

Essa correlação feita por Walter acerca da igualdade e da liberdade assinala como é importante e essencial para os anarquistas que os sujeitos tenham autonomia para lidar com sua própria vida e acima de tudo como os homens estão conectados entre si pelas relações que constituem vivendo em sociedade. No caso da sociedade capitalista observaríamos a existência de um jogo de contradição entre aqueles sujeitos fortes e ricos citados pelo autor na tentativa de sobrepujar os menores e fracos, em contrapartida o ideal anarquista buscaria uma autonomia e reciprocidade para os homens.

Depois de termos exposto as concepções de cooperação, autogestão e solidariedade propostas por alguns autores anarquistas como Proudhon, Walter, Berthier, Woodcok discutiremos agora sobre algumas iniciativas concretas empreendidas pelos trabalhadores que tomaram forma através da Comuna de Paris em 1871, no movimento makhnista na Rússia, e em experiências espanholas ligadas a comunas e ao sindicato por meio da Confederação Nacional de Trabalho (CNT).

A definição de comuna segundo Duvignaud (1985) compreenderia os votos feitos em comum por um conjunto de homens para defender seus ideais de forma solidária e na maior parte do tempo o grupo localizar-se-ia num espaço fechado e protegido.

Outra definição de comuna é proposta por James Guillaume:

[...] a comuna é a federação local dos grupos de produtores. Essa federação local, ou comuna, ocupar-se-á dos serviços que compreendem os trabalhos públicos, as trocas por intermédio de um balcão de troca, a fabricação e a distribuição dos produtos alimentares, os serviços de estatísticas, higiene, segurança, educação e assistência (LEVAL, 2002, p.38).

Conciliando estas duas definições temos que as comunas representam iniciativas de sujeitos, de grupos de trabalhadores para alcançar o controle econômico, político, social e cultural de uma determinada localidade por meio da solidariedade entre todos.

A criação e instituição de uma comuna em Paris, no fim do século XIX se deram conforme esclarece Kropotkin (1981a) por um movimento popular dos

trabalhadores que eliminaram os poderes estatais e burgueses por alguns meses e conquistaram sua liberdade depois de muitas lutas reivindicatórias.

Ainda segundo Kropotkin (1981a) a comuna de Paris obteve uma série de sucessos como o fato de implantar associações que atendiam às necessidades materiais dos trabalhadores, no entanto, os operários na opinião daquele cometeram também uma série de deslizos tais como: não implantar uma reforma radical da sociedade capitalista e do sistema de governo representativo. Dessa forma, foi composto conselhos administrativos que feriam os ideais federativos e autogestionários dos anarquistas.

Apesar de esse movimento ter sido suprimido pelas classes dominantes e burguesas e as forças populares terem voltado à estaca zero, ou seja, serem exploradas nas fábricas capitalistas e dominadas pelo Estado ficou registrado na história e na memória dos trabalhadores a possibilidade de ruptura de suas aflições e ainda mais, demonstrou-se a capacidade e a força da classe trabalhadora.

O movimento makhnista surgiu na Rússia no início do século XX em meio à guerra entre os exércitos Brancos e Vermelhos e se espalhou por regiões da Ucrânia, seus membros defendiam as idéias anarquistas de que as opressões vividas pelos operários deveriam ser eliminadas pelos próprios trabalhadores cabendo aos makhnistas apenas assessorar esta luta por meio de serviços militares e intelectuais (ARSHINOV, 1981, p.218).

Pois bem, foi justamente isso que os makhnistas fizeram com relação ao movimento operário. Auxiliaram estes na organização de federações dos diversos ramos de atividades, assembléias para a discussão de temas autogestionários e cooperativos, assim como estimularam a criação de jornais para circular as informações entre os trabalhadores.

Essa experiência com os trabalhadores russos demonstra a valorização da autonomia por parte dos anarquistas, uma vez que, os personagens centrais seriam os próprios trabalhadores, aqueles que estão diretamente envolvidos com as questões da produção. Os pensadores e agitadores têm um papel secundário se formos pensar, não buscam os holofotes e incentivam os sujeitos a buscarem seus objetivos e a se respeitarem.

Passemos agora para as iniciativas espanholas, já que, neste país as ideias anarquistas impulsionaram uma série de levantes, comunas e associações dentro do movimento dos trabalhadores.

Um desses casos ocorreu no território andaluz e foi analisado por Borkenau (1981) como um movimento idealizado em sua maioria por trabalhadores rurais que tomaram as propriedades dos latifundiários e passaram a comandar a produção de modo autogestionário, além disso, eliminaram todas as formas de assalariamento da região transformando-as em trocas de produtos.

Embora os trabalhadores tenham conseguido eliminar a propriedade privada e o regime de assalariamento, as condições de vida naquela região não sofreram alterações substanciais. Segundo Borkenau (1981, p.228) os motivos para esta diminuição no padrão de vida dos moradores eram

O ódio que sentiam pelas classes altas parecia ter bases morais muito mais que econômicas. Eles não queriam passar a desfrutar os confortos daqueles a quem tinham destituído, mas livrar-se dos seus luxos, que a seus olhos pareciam vícios.

Neste caso, a luta de classes entre os trabalhadores e os patrões atingiu outro nível, não apenas eram combatidos os aspectos econômicos, mas também os aspectos culturais e sociais que estavam por trás dos modos de vida burgueses, os quais consistiam em formas de entorpecimento dos homens segundo os operários espanhóis.

Na medida em que os trabalhadores consumiam apenas o que julgavam como produtos essenciais e evitavam o acúmulo de posses e mercadorias estes sujeitos romperam com uma das características da sociedade capitalista, como o consumo de mercadorias supérfluas e o status social daqueles que possuem poder aquisitivo e uma vida luxuosa.

Outra região espanhola que contou com a implantação de uma comuna foi a de Aragão. Neste local os trabalhadores em meio ao regime fascista organizaram a derrocada das forças opressoras e organizaram um coletivo agrícola filiado ao sindicato (LEVAL, 1981).

Esse coletivo logo se expandiu para atividades industriais como aponta Leval (1981) constituindo uma cadeia produtiva enorme que conseguia suprir a maior parte das necessidades dos habitantes. Estes foram ainda mais longe ao configurar os

coletivos de uma maneira federativa, onde cada localidade realizava assembléias para discutir o que seria produzido e a maneira de trocá-lo com as demais federações, além disso, eram analisadas a contabilidade das associações e as questões políticas, culturais e sociais de cada comuna.

O caso examinado por Leval é um exemplo de como os trabalhadores organizados podem administrar suas vidas sem a necessidade de um aparelho estatal autoritário, assim como nos mostra uma possibilidade e um projeto que minimizou as diferenças sociais, econômicas e culturais a partir de práticas solidárias e de participação coletiva.

Os espanhóis contaram ainda com outra mobilização dos trabalhadores para formar federações em seu país, as atuações que vinham da Confederação Nacional de Trabalho (CNT). Este órgão que representava a luta dos sindicatos frente ao regime fascista e capitalista organizou diversas associações locais e municipais (MINTZ, 2002).

As associações organizadas pelo CNT conquistaram um espaço significativo no seio do movimento operário porque traziam uma rapidez e suavidade em suas ações políticas que os outros movimentos sindicais não apresentavam. Suas contribuições foram além, segundo Mintz (2002, p.12)

[...] a CNT nunca se limitou ao sindicalismo e seus locais abrigavam cursos de alfabetização tanto quanto escolas [...] para crianças. O esperanto, o vegetarianismo, a medicina natural, os encontros de entretenimento eram não apenas conhecidos mais apoiados por inúmeras revistas locais e regionais.

As atividades desenvolvidas pela CNT constituem um projeto que rompe com a sociedade de mercado que conhecemos, pois prega outros valores econômicos e políticos derivados do federalismo conforme já apontamos, mas, além disso, trás uma inovação que contempla os valores sociais, culturais e morais por privilegiar em sua atuação a educação das futuras gerações e buscar formas de vida que não agredam o meio ambiente e os seres humanos.

As ideias de vegetarianismo e medicina natural apregoadas pela CNT poderiam de certa forma ser posicionadas como um precursor e um norteador de alguns princípios da economia solidária, como o desenvolvimento sustentável e incentivo a formas de produção e de consumo agroecológicas.

Vimos até aqui as contribuições dos anarquistas para os movimentos sociais, em especial o dos trabalhadores, as diversas organizações constituídas por estes na forma de comunas, associações, sindicatos cujos objetivos eram a eliminação das contradições presentes na sociedade capitalista autoritária e exploradora da força de trabalho para outra sustentada nos ideais de reciprocidade, autonomia, cooperação e igualdade.

2.2 As iniciativas marxistas: a coligação dos empreendimentos cooperativos, associativos e o poder público

O pensamento marxista foi utilizado pelo movimento dos operários como uma ferramenta crítica em relação ao modo de produção capitalista. Vimos no capítulo anterior os apontamentos de Marx sobre as formas de exploração perpetradas pelo burguês através da extração da mais valia e o acúmulo de riquezas, além da subordinação do trabalhador frente à maquinaria.

Passaremos agora a examinar outro aspecto das concepções marxistas que concernem às formas de cooperação e associação dos trabalhadores em busca de sua emancipação, controle político e econômico da sociedade.

Segundo Marx (19??, v.01) a cooperação entre os trabalhadores pode apresentar um viés capitalista, onde o conjunto das forças de trabalho é comprado por um burguês para obter mais lucros do que com a produção individualizada numa jornada de tempo maior e esse arranjo Marx denominou cooperação simples. No entanto, a cooperação poderia apresentar outra configuração, quando os operários se associam para seu próprio benefício e não mais do patrão, este modo constituiria uma força produtiva diferente em relação à empresa capitalista, representaria a força coletiva dos trabalhadores.

O primeiro caso de cooperação cooptado pelo capitalista reproduz uma relação de exploração para o trabalhador, retira as capacidades produtivas destes por convertê-las no interesse egoísta do patrão.

A relação baseada no interesse pessoal constituiria um marco da sociedade capitalista e exporia os sujeitos a um individualismo exacerbado, conforme afirma Marx (1978, p.16):

Cada indivíduo especula sobre o modo de criar no outro uma nova necessidade para obrigá-lo a um sacrifício, para levá-lo a uma dependência, para desviá-lo para uma nova forma de gozo e com isso, da ruína econômica. Cada qual trata de criar uma força essencial estranha sobre o outro, para encontrar assim satisfação para seu próprio carecimento egoísta.

Na medida em que alguns sujeitos produzem e desenvolvem relações de necessidade e dependência para com os demais conduzem estes últimos a um estado de impotência, retiram suas capacidades e os reduzem a meros objetos para satisfação pessoal.

Demonstramos que Marx apontou uma frente de resistência e criação dessa relação de cooperação interessada pela noção de cooperação como força produtiva coletiva. Nesta, os sujeitos associados buscariam aumentar suas capacidades e conquistar os meios para sua reprodução sem impor explorações aos indivíduos integrantes do grupo.

A cooperação enquanto uma força coletiva é apontada por Marx (19??, p.378) ao dizer que “ao cooperar com os outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie”.

Esta concepção de cooperação proposta por Marx pode gerar um norteador para o movimento dos operários, isso porque, os sujeitos deixariam de reivindicar apenas os seus interesses para lutar pelos ideais coletivos da classe dos trabalhadores.

A autogestão no pensamento marxista estaria vinculada aos ideais socialistas, ou seja, a eliminação da propriedade privada e a posse dos meios de produção por parte dos capitalistas e a socialização daqueles para os trabalhadores. Autogestão contaria ainda com uma perspectiva política e cultural, pois os sujeitos agrupados em conselhos de fábricas, sindicatos ou partidos políticos organizariam as decisões responsáveis por administrar a sociedade (BOTTOMORE, 1988).

Bottomore (1988, p.24) expõe ainda que estas estruturas formadas pelos operários e seus representantes apresentariam eleições para decidir quem seriam

os responsáveis, de certa forma, estas seriam similares aos processos dos delegados das federações anarquistas. Outra característica assumida no caso dos partidos políticos é que eles “[...] perderiam a função de governar e sua estrutura oligárquica: seu novo papel é educar, expressar interesses variados, formular programas de longo alcance e buscar apoio da massa para esses programas”.

A concepção marxista de autogestão ao contemplar a participação de partidos políticos e a presença de um aparelho estatal comandado pelos trabalhadores teria como objetivo o estabelecimento da ditadura do proletariado - conforme abordamos no capítulo anterior.

Já em relação à noção de emancipação, o pensamento marxista se aproxima do referencial anarquista, suas críticas ao modo de produção capitalista tinham como um dos objetivos a emancipação da classe trabalhadora e convergiam para uma crítica às relações de troca cujo efeito era a dominação dos sujeitos, e se direcionavam para uma sociedade mais livre e igualitária.

Ainda sobre a noção de emancipação, Bottomore (1988, p.124) assinala que

Para superar esses obstáculos, é necessário uma tentativa coletiva, e a liberdade como autodeterminação é coletiva no sentido de que consiste na imposição, socialmente cooperativa e organizada do controle humano sobre as forças da natureza, bem como da própria natureza da humanidade.

Mais uma vez o pensamento de Marx se apóia na associação dos sujeitos para superar as condições desfavoráveis que enfrentam no modo de produção capitalista.

Apesar de Marx ter abordado algumas práticas associativas e cooperativas em sua obra, estas nunca foram o foco de suas análises, resultaram de estudos secundários, até mesmo porque o autor concebia a cooperação como algo ambíguo. As iniciativas dos trabalhadores associados poderia consistir na semente de outra sociedade, assim como poderiam representar apenas pequenas resistências que naufragariam na praia e nem danificariam o modo de produção capitalista (NICOLADELI, 2009)

2.3 Iniciativas do poder público brasileiro e a possível consonância com o pensamento marxista

Depois de termos apontado o entendimento de Marx sobre as questões da cooperação, autogestão e emancipação, iniciativas que apresentam esse referencial e fazem parte do movimento dos trabalhadores.

Os casos que exporemos serão as políticas públicas organizadas pelo Estado brasileiro seja em nível local, regional e nacional. Conforme apontamos, o movimento dos operários no pensamento marxista inclui partidos políticos e tomada do poder por parte dos proletários.

As iniciativas a seguir não compreendem um jogo de tomada de poder dos trabalhadores, apresentam os efeitos das constantes lutas reivindicatórias daqueles perante o aparelho estatal, e as medidas fomentadas pelo poder público para atender às demandas e aos interesses das camadas populares excluídas e oprimidas dentro da sociedade capitalista.

As políticas públicas desenvolvidas pela prefeitura de São Paulo a partir da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade durante o ano de 2001 foram idealizadas, segundo Schwengber & Praxedes & Parra (2006), no intuito de inserirem a população das camadas periféricas alijadas pelo neoliberalismo.

As estratégias do programa de São Paulo contaram com três eixos de atuação, conforme Schwengber & Praxedes & Parra (2006, p.127): o primeiro concentrava práticas de redistribuição de renda na tentativa de assegurar condições mínimas de subsistência dos sujeitos por meio do Programa Renda Mínima e do Bolsa Trabalho; o segundo eixo tratava de estratégias de capacitação da população à medida que forneceria saberes, como economia doméstica e orçamentária, conhecimentos vinculados à saúde, higiene, além da articulação de empreendimentos comunitários; o terceiro eixo conta com o desenvolvimento dos distritos pertinentes à política pública.

As estratégias desse programa ainda contam com a participação de entidades civis, como ONGs, Universidades públicas e privadas, que assessoram os empreendimentos via Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares² (ITCP).

² As práticas e parcerias desenvolvidas pelas Universidades com os movimentos cooperativistas e associativistas serão problematizadas em um momento posterior em nosso trabalho, quando

Os efeitos destas práticas foram a desburocratização, a agilidade e a eficiência das políticas públicas; já o desafio encontrado pelos participantes foi o de conseguir estimular e articular as comunidades para organizarem os empreendimentos (SCHWENGBER & PRAXEDES & PARRA, 2006, p.132).

A experiência do Rio Grande do Sul pode ser subdividida em duas frentes, conforme assinala Icaza (2006, p.175-176) as estratégias empreendidas pelas prefeituras e as realizadas pelo governo do Estado. A primeira frente de atuação compreende e fomenta empreendimentos nas periferias urbanas, em sua maioria, cujas atividades transitam em torno do artesanato, prestação de serviços, de materiais recicláveis, entre outros. A segunda iniciativa, propiciada pelo governo do Estado, tem como diretriz promover os empreendimentos voltados à indústria urbana, pois este setor traria menos dificuldades na aplicação das políticas públicas do que os setores populares.

A prefeitura de Recife pautou suas estratégias para as políticas públicas de economia solidária no diálogo com os atores, entidades e movimentos sociais envolvidos nessa prática. Segundo Medeiros & Gervais (2006), essa parceria tratava-se de estreitar as relações e, assim, contemplar as reivindicações desses sujeitos, desenvolvendo e delimitando as práticas de acordo com cada bairro e território de Recife.

Os programas da prefeitura assessoram uma multiplicidade de empreendimentos que vão desde associações do movimento feminista até direitos humanos, passando por cooperativas de pescadores nos mangues que atuam na área da preservação ambiental, até associações dos restaurantes da cidade. A tática utilizada para instrumentalizar essas políticas foi a articulação de redes entre os empreendimentos das diversas regiões e bairros da zona urbana e os assessores, como as Incubadoras, as ONGs, a Igreja e o poder público (MEDEIROS & GERVAIS, 2006, p159-160).

Outro mecanismo inserido pelo poder público em relação a processos de cooperação seria os consórcios, que podem ser acordados entre municípios, entre esferas do poder público, macrorregiões e microrregiões. Cruz (2008) assinala que

abordarmos as questões dos saberes que são produzidos por esses movimentos e pelos assessores que transitam por esses empreendimentos.

essas práticas assumem um viés de associações sem fins econômicos, regidas por estatutos próprios que dizem respeito às partes envolvidas no cumprimento da atividade que propõem realizar.

Essas atividades desenvolvidas pelos consórcios assumem uma gama de possibilidades; ainda segundo Cruz (2008), podem abranger áreas como: a de desenvolvimento através da construção de estradas; de recursos hídricos e as práticas de educação ambiental, reflorestamento, manutenção das bacias hidrográficas, entre outras áreas.

Abordaremos a seguir as políticas empreendidas pelo governo federal, sobre o governo de Lula, a partir do ano de 2003, e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e a vinculada à pasta do Ministério do Trabalho e Emprego (PINHO, 2004).

A Secretaria conta com dois departamentos para operacionalizar suas práticas: um deles é responsável pelo fomento dos empreendimentos no âmbito nacional; o outro concentra suas atividades sobre a produção, divulgação e organização de estudos a respeito da economia solidária (SINGER, 2006).

No tocante às práticas de desenvolvimento e de assessoria dos empreendimentos feitos pela secretaria, Barbosa (2001, p.199) afirma que

[...] o governo eleito se propõe investir nos diversos ramos do cooperativismo notadamente nas cooperativas de crédito, visando alargar o microcrédito e dinamizar o consumo e o investimento produtivo; em cooperativas habitacionais, para ampliar os programas de habitação popular; em cooperativas de produção como as constituídas a partir de empresas falidas; as cooperativas populares e de assentamentos rurais; em cooperativas de trabalho, visando dar estatuto social, regulando o crescimento desse segmento no processo de terceirização.

A fim de atender à multiplicidade de demandas dos empreendimentos e dos sujeitos envolvidos nessas atividades, a SENAES apresenta um formato transversal, em suas estratégias e políticas, para abarcar áreas como a educação ambiental, transportes, lazer e esportes, segurança alimentar, entre outras (FRANÇA FILHO, 2006).

Neste sentido, a transversalidade estaria presente nas políticas empreendidas pela secretaria. França Filho (2006) aponta para o fato de que a temática da economia solidária conta com uma heterogeneidade de entendimentos, práticas e empreendimentos, que têm por efeito a articulação com outros setores de práticas

mais consistentes e, neste sentido, Barbosa (2001) assinala as interfaces e articulações da SENAES com os seguintes ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Educação e Ministério da Saúde, Ministério do Turismo e da Pesca.

Outras articulações realizadas pela secretaria dizem respeito aos conselhos, centros e fóruns de economia solidária disseminados pelo território nacional, os quais conquistaram uma representatividade e legitimidade nos processos deliberativos das políticas públicas deste setor.

Em relação aos fóruns de economia solidária, Singer (2004) assinala a representatividade do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), afirmando que este órgão empreende a disseminação da temática da economia solidária pelos Estados, municípios e regiões do território nacional e conta com agências de fomento, gestores do poder público, assim como os membros de diversos empreendimentos cooperativistas e associativistas.

Os centros de formação de economia solidária são estratégias criadas para dar conta da complexidade dos empreendimentos cooperativistas e associativistas e dos sujeitos envolvidos com essas práticas, tendo em vista projetos de geração de renda, mapeamento das organizações desenvolvidas no território, oferecimento de assessoria aos sujeitos e aos gestores do poder público (BARBOSA, 2001).

No que diz respeito à participação dos atores envolvidos nos empreendimentos e nos diversos mecanismos e instâncias articulados às políticas públicas, Alves (2006, p.275) aponta para o fato de que as políticas produziram efeitos maiores sobre o tecido social se os atores envolvidos e tidos como público alvo se tornassem sujeitos sociais e atuantes dessas práticas, obtendo poder para deliberar sobre as diretrizes implantadas pela secretaria e pelos fóruns democráticos.

O intuito das políticas e práticas do departamento responsável pelo fomento dos empreendimentos é o desenvolvimento das comunidades, bairros e regiões onde atua. O entendimento de desenvolvimento para este mecanismo do poder público é, segundo Singer (2004), o envolvimento de toda comunidade nas atividades, o usufruto por parte do coletivo das riquezas e benefícios gerados pelos

empreendimentos, de tal forma que o território, como um todo, apresente um crescimento.

Segundo França Filho (2006), o desenvolvimento dos empreendimentos teria, como efeito, o fomento de questões políticas, sociais, econômicas e culturais nos circuitos socioprodutivos territoriais e, mediante o crivo da solidariedade, essas práticas apresentariam um grau de sustentabilidade ao tecido social.

No tocante à produção de saberes, Singer (2004) salienta o papel dos agentes comunitários em relação aos empreendimentos, pois estes sujeitos funcionariam como disseminadores de informações e de assistência aos membros da comunidade para a escolha das atividades pelas cooperativas e associações, em uma parceria na qual o diálogo e a troca de vivências e saberes seriam o princípio ético dessas relações.

Ainda sobre a produção de saberes desenvolvida e fomentada pela Secretaria, Barbosa (2001, p.232) aponta para a participação ativa das Universidades do país, por meio das Incubadoras Tecnológicas e o apoio da Unitrabalho. Além disso, as práticas do departamento de estudos e mapeamento contam ainda com o Programa Nacional de Qualificação e os projetos de capacitação, nas áreas de: autogestão, relações intersubjetivas no trabalho, construção de redes e centros de comercialização e legislação cooperativista.

Sobre o mapeamento dos empreendimentos pelo território nacional, a secretaria obteve os seguintes resultados: há cerca de quinze mil empreendimentos no país distribuídos entre associações – em uma porcentagem de 55% - em grupos informais – na porcentagem de 27 % - e na forma de cooperativas – na faixa de 14 %; essas organizações somam um total de um milhão e meio de indivíduos envolvidos nas atividades (SINGER, 2006, p.203).

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e as demais políticas públicas para este setor apontam para outras configurações que o Estado brasileiro assume perante às reivindicações das camadas populares, pois os efeitos de suas intervenções têm como objetivo articular e possibilitar outros modos de vida à população, mediante as práticas cooperativas, em um cenário onde as relações de poder são recortadas e exercidas por uma economia e práticas capitalistas.

2.4 As iniciativas realizadas pela Economia Solidária e a consolidação de redes de empreendimentos cooperativos e associativos

As nossas reflexões das iniciativas empregadas pelo movimento operário abarcaram até aqui as perspectivas anarquistas e marxistas sobre a formação de empreendimentos cooperativos e associativos, assinalando as especificidades de cada concepção, as disparidades com o modo de produção capitalista e as possíveis semelhanças de abordagem.

As contribuições da frente da Economia Solidária serão articuladas em três pontos: o primeiro, será uma discussão sobre os princípios do cooperativismo e da Economia Solidária, o segundo será uma problematização dos conceitos de cooperação, autogestão e solidariedade e por último serão abordadas as iniciativas e empreendimentos desenvolvidos por estes.

Os princípios desenvolvidos pelos Pioneiros e disseminados pela ACI são: adesão livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação cooperativista, intercooperação e desenvolvimento local e da comunidade.

A liberdade para com a entrada de novos cooperados nos empreendimentos fomentou a chamada “porta aberta”, ou seja, o princípio da liberdade, a qualquer indivíduo, em ingressar sem processos seletivos, discriminações ou coerções, era válido também para a saída de um cooperado (PINHO, 1977).

A adesão livre se articulava a processos de equidade, segundo Bogardus (1964) porque as cooperativas contemplariam as diferenças entre os indivíduos oferecendo uma oportunidade de trabalho a qualquer sujeito. As diferenças nas concepções políticas, culturais e de credo também estão compreendidas no princípio da neutralidade, cujo objetivo seria romper com as práticas relacionadas a qualquer forma de preconceito, racismo ou fanatismo, de modo a respeitar a heterogeneidade do corpo social.

O princípio da adesão livre rompe com a iniciativa da contratação das empresas capitalistas, pois nestas o patrão é quem detém a decisão para empregar ou não o trabalhador, além disso, por compreender em seu bojo a diversidade dos indivíduos e aceitá-los não importaria ao sujeito a busca permanente por capacitações que o manteriam no emprego, a capacitação nas cooperativas se dá com o intuito de introduzir os ideais do cooperativismo e não para excluir um operário.

A gestão empreendida pela cooperativa busca descentralizar o controle das decisões políticas, econômicas e sociais, no intuito de pulverizar as responsabilidades entre todos os associados (BOGARDUS, 1964). Esse mecanismo democrático exige dos cooperados uma participação acentuada nos assuntos cotidianos e nas assembléias. Para operacionalizar as decisões e as assembléias, foram criados mecanismos, como a diretoria, as diversas comissões com seus respectivos delegados, para garantir a gestão caso os cooperados não participassem de forma efetiva da mesma (PINHO, 1977).

Ainda sobre as condições de trabalho nas cooperativas, Singer (2003b) diz que, nesses empreendimentos, haveria uma exploração menor da força de trabalho uma vez que a decisão sobre o ritmo da produção e lucratividade da empresa caberia aos associados.

Em relação ao processo e à força de trabalho as cooperativas se distinguem das empresas privadas na medida em que buscam eliminar a subordinação real e formal do trabalhador em relação ao capital e à maquinaria, e na mesma direção, por não visarem o lucro escapam aos processos de criação de excedente por meio da mais valia absoluta e relativa.

Por fim, as cooperativas se distanciam das empresas capitalistas pela própria relação com as formas de capital, no que diz respeito ao capital constante, as cooperativas em muitos casos não apresentam uma soma inicial com a qual possam adquirir os meios de produção ou mesmo adiantá-la como no caso do burguês, o que tem por efeito a necessidade de empréstimos e subsídios externos. Quando não conseguem levantar esse capital muitas delas não se mantêm e acabam por fechar o negócio.

Já em relação ao capital variável, que diz respeito ao valor empregado na força de trabalho, já citamos o tratamento dado pelas cooperativas. Em relação ao capital industrial que se refere às transformações da mercadoria no processo de produção e distribuição, as cooperativas diferem das empresas capitalistas pelo fato de se preocuparem com a qualidade do produto e a satisfação dos consumidores lidando diretamente com este.

A Economia Solidária acrescentaria outros princípios ao movimento cooperativista e associativista, segundo Demo (2002, p.239):

Dentro desses pressupostos, os autores dividem seis linhas fundamentais de propostas de Economia Solidária: formas associativas de produção; iniciativas de preservação ambiental, inclusão das mulheres; prestação de serviços financeiros de pequena escala e microcrédito; acesso a terra; valorização do local.

Através desses princípios e pressupostos apontados por Demo podemos notar que a Economia Solidária é pautada por outra lógica que não a capitalista constituindo alternativas a este sistema ou mesmo formas de sua superação.

A respeito da lógica do capitalismo Mance (2002b) diz que esta consistiria num crivo da escassez, onde a valorização dos lucros, do individualismo e a alta produtividade das empresas disponibilizariam no mercado uma oferta de produtos gigantesca com um preço bem reduzido, no entanto, os consumidores muitos dos quais não possuem uma renda por causa do desemprego ou precarização do trabalho não possuem condições para adquirir esses bens e sobreviverem.

Já em relação à lógica da Economia Solidária, temos os apontamentos de Demo (2002). Em primeiro lugar, ele demonstra que os empreendimentos solidários ao incluírem os sujeitos “expulsos” do mercado contribuiriam para a geração de trabalho e eliminação do exército de reserva de mão de obra, porém o autor diz que esse movimento faz parte da dialética do modo de produção capitalista que exclui os indivíduos através de seus processos de trabalho, ao mesmo tempo em que pode gerar novas formas de colocá-los no mercado, por exemplo, a economia informal e o auto-emprego, fazendo assim com que a roda capitalista continue a girar.

O segundo apontamento de Demo (2002) sobre a lógica solidária é que esta privilegiaria a reprodução da vida e não a exploração, entorpecimento e alienação desta, respeitariam todas as formas de vida que a sociedade possui.

A preservação ambiental e a produção agroecológica se conectam com a reprodução e respeito à vida, ao objetivarem e desenvolverem técnicas que não agredam o meio ambiente, pois os outros animais, vegetais compreenderiam formas de vida assim como o homem, além disso, temos as consequências para o próprio homem. Uma produção agroecológica não se utiliza de produtos e insumos químicos que podem ter efeitos colaterais. Busca métodos naturais empregados pelos saberes populares e mesmo os saberes técnicos.

A questão da inclusão das mulheres e do acesso à terra consistem na junção entre o movimento dos trabalhadores e outros movimentos sociais que não somente o feminista, o dos sem terra. São conciliadas outras minorias que reivindicam por uma sociedade mais democrática, igualitária e solidária.

A associação dos vários movimentos sociais que se organizaram no corpo social romperia com a ideia de apenas uma classe empreendendo resistência ao capitalismo e essas diversas lutas acentuariam as características múltiplas da sociedade em que vivemos, onde as relações de exploração, dominação não abarcam apenas trabalhadores, mas também concernem a questões de gênero, idade, etnia, cultura.

Os serviços financeiros e de microcrédito fomentam tanto os grupos cooperativos e associativos que estão adentrando ao mercado, como aqueles que já possuem um negócio e gostariam de mantê-lo e/ou expandi-lo.

Na maioria dos casos os empreendimentos não possuem um capital para iniciar seus empreendimentos e encontram dificuldades para acessar o sistema financeiro tradicional, pois muitos dos membros não têm bens em seu nome, estão com registros negativos nos órgãos de certificação de crédito como SPC, SERASA e os serviços prestados pela Economia Solidária driblam essas intempéries e dão condições aos sujeitos.

O princípio de desenvolvimento local objetiva garantir o acesso das comunidades a necessidade básicas como habitação, saúde, educação, transporte, saneamento básico e para tanto realiza parcerias com o poder público.

A noção de desenvolvimento apregoada pela economia solidária se situa além do crescimento econômico conforme aponta Candeias (2005, p.65):

[...] o foco principal esta na busca da inclusão plena dos setores marginalizados sem que isso signifique rejeição ao desenvolvimento econômico, mas que procure dar ao mesmo os limites das relações não econômicas, privilegiando os aspectos da qualidade de vida e da cidadania.

A preocupação da Economia Solidária em atender outras demandas dos sujeitos que não somente as econômicas demonstram mais uma vez seu diferencial em relação à lógica capitalista conforme apontamos anteriormente. O objetivo seria transformar a vida como um todo dos atores envolvidos em seus empreendimentos.

Depois de termos analisado os princípios do cooperativismo e da Economia Solidária os quais funcionariam como as estruturas do movimento cooperativista e associativista passemos agora a problematizar o que pode ser considerado como a base ou sustentação deste, as formas de cooperação, autogestão e solidariedade.

No tocante a noção de cooperação Jesus & Tiriba (2003, p.49) a definem:

Enquanto ação, significa a disposição, o empenho, o compromisso de apoiar, de fazer com, de empreender com, de produzir com, o que pode também ser visto como valor, como resultante de uma representação, de uma visão de mundo e visão de homem.

Podemos notar segundo a concepção desses autores, para quem cooperar comporta a conjunção com, firmando uma relação onde os sujeitos estão juntos, formam um grupo, um coletivo e não estão sobre, alguém ou além dos demais, implicando numa igualdade.

Além disso, vimos como a cooperação pode ter o significado de uma visão de homem autônomo, solidário e de uma sociedade democrática em todas as frentes que examinamos seja anarquista, marxista e esta frente da Economia Solidária.

Ainda sobre as definições de cooperação, Demo (2002) assinala algumas de suas configurações: a primeira delas seria realizada por familiares e pessoas conhecidas que se associam para superar as condições precárias de vida e têm na confiança seu norteador; o outro exemplo dado por Demo diz respeito às formas de cooperação onde transparece o interesse de um dos membros e essas relações estariam pautadas no custo benefício entre os sujeitos.

A questão da confiança mútua é apontada também por Candeias (2005) ao dizer que não bastaria esse sentimento para que um empreendimento possa se estabelecer no mercado. Outro sentimento assinalado por ele para ser fomentado entre os associados é o de pertença ao grupo, pois, este, além de aumentar a

confiança possibilitaria a criação de identidades coletivas e individuais fortalecendo a cooperativa, associação junto aos seus objetivos.

Albuquerque (2003) nos fornece uma definição do que viria a ser a autogestão. Segundo o autor ela seria definida como uma relação social horizontal que compreende processos de trabalho e modos de produção de grupos de pessoas autônomas e de poder compartilhado.

Além disso, Albuquerque (2003, p. 20) aponta para as dimensões que esta relação pode abranger:

A primeira dimensão diz respeito ao caráter social, pois enquanto construção social a autogestão deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem; a segunda remete ao econômico, são processos de relações sociais de produção, que se definem sobre práticas que privilegiam o fator trabalho em detrimento do capital; a terceira é política, se fundamenta a partir de sistema de representação cujos valores, princípios e práticas favorecem e criam condições para que a tomada de decisões seja resultado de uma construção coletiva [...] a quarta dimensão é técnica, insinua a possibilidade de uma outra forma de organização e de divisão de trabalho.

Nos apontamentos de Albuquerque notamos a importância do conceito de autogestão, pois, este, ao adentrar na práxis dos sujeitos compreenderia não somente as atividades e relações políticas, econômicas, culturais e sociais que se desenvolvem no espaço do empreendimento cooperativo e associativo, poderiam abarcar também outros ambientes, instituições, sujeitos externos.

As cooperativas por se tratarem de um coletivo de sujeitos com diferenças individuais podem apresentar questões de divergências e tensões entre os membros assim como relações hierárquicas, e é justamente por se organizarem de modo democrático através da autogestão que essas dificuldades podem ser solucionadas e discutidas de forma aberta.

Em relação às questões de poder e hierarquia nas cooperativas encontramos os apontamentos de Rigo (2007) que dizem que o controle nesses empreendimentos não é algo dado e pronto como nas empresas capitalistas que deixam isso nítido a todo momento, elas consistiriam em construções permanentes que se auto-regularizam.

Já, no que diz respeito aos conflitos e tensões, as considerações dos autores Neto (2005) e Oliveira (2005) assinalam o fator positivo das divergências entre os

sujeitos como um fortalecimento do grupo através dos movimentos contraditórios que irrompem nas cooperativas e a solução democrática e consensual que daí resulta.

A tentativa de estabelecer um consenso entre as opiniões por meio da resolução democrática assinala o respeito pelas diversas culturas, etnias, gêneros e pela vida como um todo, como foi apontado nos princípios da neutralidade e a inclusão de sujeitos pertencentes aos diversos movimentos sociais.

A noção de solidariedade segundo Duvignaud (1995) teria suas raízes no estoicismo, através de um processo em que o sujeito em primeiro lugar toma consciência de si mesmo e em segundo lugar faz parte de uma comunidade onde todos são iguais, a igualdade caberia àqueles que são considerados como cidadãos; a outra base do conceito de solidariedade encontrar-se-ia no cristianismo primitivo, e a disseminação da idéia de compaixão e comunhão entre os sujeitos e todas as formas de vida, propiciando um laço de identificação que transcenderia o mundo material.

Outra concepção de solidariedade advém de movimentos e ideais que deflagraram a Revolução Francesa, conforme aponta Zoll (2007). As reivindicações dos revolucionários por liberdade, igualdade e fraternidade e a concretização da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão teriam difundido um sentimento de coletividade e equidade pela sociedade, embora este autor acrescente que somente os dois primeiros ideais tenham sido de fato cumpridos e a partir do ponto de vista daqueles que possuíam bens e propriedades, a fraternidade entre os homens ficou relegada ao esquecimento, uma vez que as mulheres, camponeses e os despossuídos tenham sido excluídos pela Revolução.

Zoll (2007) sugere ainda uma terceira perspectiva para a noção de solidariedade, a empregada pelo saber da Sociologia, em especial por Durkheim. Este autor, a define a partir da solidariedade mecânica, aquela proveniente de sociedades primitivas, onde os sujeitos dispõem de uma mesma condição social e, portanto seriam iguais; e a solidariedade orgânica, surgiria a partir da divisão social do trabalho que conhecemos, onde os sujeitos organizados nas diversas profissões estabeleceriam relações de interdependência para conseguirem se reproduzir, tendo

que em certos casos privilegiar os interesses coletivos em detrimento dos interesses pessoais.

Ainda sobre a concepção de solidariedade Demo (2002) afirma que é uma prática fundamental para que as camadas populares se mobilizem e possam lutar contra a sua marginalização da sociedade. Acrescenta ainda que a autocrítica seja indispensável para que os sujeitos mantenham relações solidárias entre si e fujam de hierarquizações e autoritarismos.

Outro apontamento de Demo (2002, p.161) concerne aos abusos e distorções das práticas solidárias e dá o exemplo de países desenvolvidos que divulgam projetos e atitudes solidárias com uma roupagem igualitária, mas que na verdade exerceriam relações de imbecilização da população na medida em que retiram dos sujeitos a capacidade e a vontade de se revoltarem e organizarem.

Problematizaremos a seguir alguns empreendimentos solidários que dão concretude a frente da Economia Solidária, como as cooperativas, os bancos comunitários, os clubes de troca; visaremos ainda examinar as redes solidárias que consistiriam no agrupamento dessas e de outras iniciativas.

As cooperativas se constituem e consolidam como um empreendimento a partir de uma assembléia geral dos futuros membros onde deverá ser deliberado o estatuto da cooperativa, ou seja, as normas, os direitos e deveres de cada sócio; a composição do conselho administrativo e o conselho fiscal (PANZUTTI, 2005)

Além dessas etapas cada sócio contribui com as quotas partes que funcionam como o capital da cooperativa para adquirir os meios de produção e iniciar as suas atividades, assim como se institui os fundos de reserva e de assistência técnica, educacionais e sociais (PANZUTTI, 2005).

As cooperativas podem assumir diversas finalidades que vão desde as de produção, de crédito, de consumo, habitação, educacional. Não vamos nos deter em cada uma delas, pois já as analisamos no capítulo anterior.

Um exemplo de empreendimento cooperativo é fornecido por França Filho (2004, p.155) ao assinalar a Associação de Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP), localizada na periferia de Fortaleza, e que, a partir de suas atividades, produziu uma urbanização na comunidade local por meio de um banco

popular (Banco Palmas), cujos financiamentos se desdobraram em grupos de artesanato (Palmart), grupos de confecções (Palmafashion), grupos de limpeza (Palmalimpe) e desenvolveram um sistema de cartões de crédito.

Esta iniciativa exposta por França Filho nos fornece a diversidade que as cooperativas podem atingir com seus empreendimentos a fim de atender às necessidades da comunidade que fazem parte, o que denota o caráter do desenvolvimento local citado anteriormente.

Os bancos comunitários atuam por meio de um sistema de finanças solidárias conforme aponta Silva Júnior (2007) oferecendo serviços de créditos, moeda social, organizando feiras e capacitando os cooperados. Estes empreendimentos estariam inseridos na economia mercantil por auxiliar na implantação de negócios que terão de se estabelecer na sociedade; pertenceria à economia não mercantil por disponibilizar a redistribuição de renda a pessoas que circulariam pelas brechas do mercado e por último exerceria funções dentro da economia não monetária por colocar à disposição da população moedas sociais que não possuem correlação com o sistema monetário.

Um exemplo de Banco comunitário foi o citado Banco Palmas, este

[...] constitui-se em um sistema financeiro solidário, que atua de forma integrada nos quatro pontos da cadeia produtiva: capital solidário, produção sustentável, consumo ético, comércio justo. Nesse sentido, o banco popular desenvolve instrumentos para concessão de microcréditos compatíveis com a realidade da comunidade, tanto para produção quanto para o consumo e a comercialização [...] (MANCE, 2002a, p.122).

Como um empreendimento que atua no sistema financeiro os bancos comunitários se distanciam dos bancos tradicionais por levarem em consideração a comunidade e o sujeito para que ofereçam os serviços e não apenas busquem saber se ele possui credibilidade para responder pelo crédito.

Ainda sobre a relação dos bancos com a população atendida, Mance (2002a, p.122) cita que

[...] um banco comunitário tem que entender o ser humano como um todo e desenvolver instrumentos que trabalhem a auto-estima, o lazer, a cultura, a capacitação, a solidariedade com os doentes, usuários de drogas, marginalizados e tudo mais que diz respeito a vida humana.

Os apontamentos de Mance demonstram como os princípios da economia solidária e do cooperativismo atuam nos bancos comunitários, ao assinalar o

desenvolvimento local, o respeito à vida e inclusão das minorias, a gestão democrática.

Os clubes de troca compõem associações de pessoas que buscam atender as demandas não satisfeitas destes pelo mercado, devido ao desemprego, a falta de acesso a bens e produtos. Os membros são denominados como prossumidores, ou seja, sujeitos responsáveis pela produção e consumo dentro do espaço dos clubes. As trocas envolvem gêneros alimentícios, de limpeza, serviços de babá, aulas de violão, informática, idiomas (SILVA & CARVALHO & IWAMOTO, 2007).

Um instrumento criado pelos clubes para movimentar as trocas entre os membros foram as moedas sociais, estas facilitariam as intermediações e o fluxo de serviços (MANCE, 2002a).

O alcance das moedas sociais é enorme em alguns países como a Argentina em que o poder público permitiu o pagamento de contas e dívidas por meio dela, assim como os comerciantes locais (SILVA & CARVALHO & IWAMOTO, 2007).

Os clubes de troca têm por efeito assinalar que a sociedade não necessita de dinheiro para realizar suas trocas, e que os sujeitos não precisam acumular capitais para terem suas demandas atendidas.

As iniciativas solidárias que destacamos até aqui podem se inserir de forma isolada no mercado correndo os riscos de perecerem frente às empresas privadas e podem também se articular por meio de redes para conquistar mais espaço no mercado e garantirem sua manutenção como empreendimentos viáveis.

As redes podem assumir diversas concepções. Relacionaremos duas delas propostas por Oliveri (2005) sobre a denominação de complexos de tarefas equilibrados e a noção de Mance (2002a) de rede de colaboração solidária.

A idéia de complexo de tarefas equilibrado seria um conjunto de atividades autogestionárias e solidárias que buscam romper com a divisão social do trabalho imposta pelo capitalismo e conferir ao trabalho uma divisão mais equitativa, onde os sujeitos seriam distribuídos de modo que garantissem a sua satisfação em cumpri-lo podendo desfrutar de prazer nas suas ocupações (OLIVERI, 2005).

A concepção de rede de colaboração solidária compreenderia em seu bojo os grupos de iniciativas voltados ao consumo, à produção e prestação de serviços que

englobam a Economia Solidária e pode ser fruto de associações e cooperativas organizadas por famílias, comunidades religiosas, sindicatos (MANCE, 2002a). Dessa forma, a participação em alguma rede é permitida àqueles que seguem os princípios do cooperativismo e da Economia Solidária, os quais já foram analisados neste capítulo.

Agora, em relação aos objetivos das redes, Mance (2002b) destaca a satisfação das necessidades da população integrante por meio dos produtos oriundos de empreendimentos cooperativos e associativos e dessa forma a eliminação e supressão do consumo advindo de empresas capitalistas.

Os objetivos descritos desenvolveriam um circuito de retroalimentação da rede, pois os excedentes disponíveis nela gerariam novos empreendimentos aumentando os postos de trabalho, o número de sujeitos com renda e retirados das condições de marginalização da sociedade, assim como diminuiriam a dependência do mercado capitalista para atender suas necessidades (MANCE, 2002b).

Mostramos quais foram as contribuições tanto teóricas quanto práticas da Economia Solidária para as iniciativas dos movimentos sociais, em especial o dos trabalhadores na luta contra o modo de produção capitalista através da formação de cooperativas, bancos comunitários, clubes de troca e redes de colaboração cujos objetivos eram o desenvolvimento de uma sociedade mais autônoma, solidária e igualitária.

CAPÍTULO 03: As contribuições teóricas e práticas da Psicologia ao movimento cooperativista e associativista e a relação entre trabalho e identidade

O movimento cooperativista e associativista e alguns de seus desdobramentos como a Economia Solidária e Popular foi examinada por diversos saberes, tais como a Economia, a Sociologia, o Direito, a Filosofia, a Administração e a Psicologia. Fazem parte do rol de áreas de conhecimento que constroem estratégias e mecanismos e tece críticas à luta dos trabalhadores organizados coletivamente.

A seguir trataremos da relação entre a Psicologia e a Economia Solidária. Nossa empreitada será norteadada da seguinte maneira: trataremos da própria atuação do profissional psicólogo e da Psicologia e a sua intersecção com nosso objeto; apresentaremos e problematizaremos algumas perspectivas teóricas empregadas neste campo através do viés da psicodinâmica e da psicossociologia; assim como, as possíveis contribuições deste saber aos sujeitos que constituem e integram o movimento cooperativista e associativista.

Com efeito, os profissionais da Psicologia, no fim do século XIX, começo do século XX, foram impulsionados a integrar o time de técnicos e especialistas que desenvolviam instrumentos para os capitalistas a fim de aumentar a produtividade de suas empresas e neste período esta área ficou conhecida como Psicologia Industrial.

Sobre a atuação do psicólogo nas empresas capitalistas neste período, Veronese (2008, p.68) assinala que

[...] controlando o comportamento humano a indústria ganha, o trabalhador ganha, o bem comum ganha. Portanto, incrementar e aumentar a produtividade e a eficiência humana na indústria tornou-se um objetivo legítimo e concernente àquela primeira fase da Psicologia Industrial.

Dessa forma, podemos notar a aliança do saber psicológico com os interesses da classe burguesa na busca compulsiva e desenfreada de lucros. O psicólogo possibilitaria através de seus conhecimentos um aumento da extração de

mais valia do trabalhador, e poderia deixá-lo motivado para desempenhar suas atividades.

Ainda sobre a Psicologia Industrial e a sua relação com os patrões e capitalistas encontramos os apontamentos de Leser (2008, p.18):

No início do século passado a Psicologia é chamada a prestar seu auxílio às empresas monitorando os trabalhadores em nome do capital. A psicologia se apresenta como objetiva. Conta mede, e se recusa a interpretar o que está vendo. O trabalhador para esses novos técnicos, não vai além da determinação do trabalho.

O enfoque de atuação como vemos é o modo de produção como um todo e as maneiras de fortalecer essa maquinaria. O sujeito é apenas mais uma peça em meio a totalidade dos processos de trabalho, que pode se desgastar no desenrolar de suas atividades, mas não há preocupações quanto a isso no momento.

Como vimos, o modo de produção capitalista organizado pelos parâmetros do fordismo e taylorismo produz não somente operários alienados, mas também indivíduos objetivados e massificados.

No tocante ao processo de alienação dos sujeitos, Vásquez (1997, p.438) diz o seguinte:

Em primeiro lugar, Marx o situa num plano – objetivo e subjetivo – sem que estabeleça claramente sua delimitação, mas evidentemente, acentua a alienação do operário como atitude subjetiva: em relação aos produtos de seu trabalho (comporta-se diante deles como diante de um objeto alheio, estranho); em relação a sua própria atividade produtiva (o trabalho é algo externo e, portanto, não se sente afirmado nele, mas sim descontente); em relação a outros homens (os vê como seres estranhos).

Esse sujeito descrito por Vásquez segundo a concepção de Marx, como um indivíduo que não se reconhece ou mesmo seus companheiros, que é um estranho perante sua própria atividade buscou modificar esse *status* pelas movimentações e reivindicações apontadas no capítulo da história do cooperativismo formando cooperativas, associações e sindicatos e mobilizando o apoio de outros movimentos sociais e categorias profissionais a sua luta.

A mobilização do campo da Psicologia se deu por volta da metade do século XX no Brasil, quando a profissão em si de Psicólogo foi reconhecida pelo poder público e aqueles passaram a atuar em conjunto e a favor das comunidades e dos movimentos sociais (SANTOS et. al., 2008).

Alguns profissionais incorporaram como seus instrumentos teóricos, o pensamento marxista como forma de demonstrar sua conscientização e

engajamento frente às contradições que a sociedade apresentava e desenvolvia. Sua atuação estaria voltada às questões das organizações e à constituição da identidade dos sujeitos que exercem uma atividade produtiva.

A respeito do pensamento marxista sobre a importância do trabalho para os sujeitos, Vásquez (1997, p.415) aponta que este é “[...] a essência do homem, sua realidade essencial [...]” já em relação à constituição de uma identidade a partir das atividades de produção Vásquez (1997, p.423) aponta que “o homem é um ser que produz socialmente, e que nesse processo se produz a si mesmo”.

A partir desses apontamentos vemos como o trabalho assume uma categoria fundamental no pensamento marxista, embora ele se apresente de forma alienada no modo capitalista de produção. Marx diz que a partir da abolição desse sistema e a criação de um novo modo de produção onde os trabalhadores atuem de forma associada será possível o desenvolvimento das capacidades e liberdades individuais (BOTTOMORE, 1988, p. 192).

O pensamento marxista pode contribuir para a atuação do psicólogo junto aos empreendimentos cooperativos, na medida em que este profissional poderá potencializar as iniciativas dos trabalhadores na busca de um processo de trabalho desalienado, onde os sujeitos têm consciência de si e do coletivo ao qual fazem parte e objetivam tomar as rédeas de seu desenvolvimento e de sua história.

Outros profissionais *psi* foram buscar seus referenciais em outras áreas que não o campo da Psicologia Social e Comunitário e encontraram uma base de sustentação na atuação clínica conforme apontam Santos et. al. (2008). Esta clínica não se enquadraria apenas nos atendimentos psicoterápicos, mas abrangeria também as organizações de trabalho sejam elas empresas privadas, públicas ou cooperativas e associações, recebendo a denominação de clínica do trabalho, incorporando os referenciais teóricos da Psicossociologia e da Psicodinâmica do Trabalho.

A Psicossociologia segundo Azevedo & Braga Neto & Sá (2002, v.18) seria uma derivação teórica da Psicologia Social cunhada sobre a metodologia da pesquisa-ação, onde são analisados os vínculos e as dinâmicas sociais

desenvolvidas entre os diversos indivíduos de uma instituição, de uma organização ou de uma empresa.

Ainda a respeito da psicossociologia Veronese (2008, p.33) diz que consistiria num referencial

[...] que procura conhecer, validar e creditar alternativas em termos de modos de ser, viver, amar, trabalhar, sentir, parecer, nutrir, consumir, diferentes dos tradicionais ou considerados como únicos válidos

Os objetivos gerais da psicossociologia destacados por Veronese vêm compor com os objetivos dos trabalhadores que integram o movimento cooperativista e associativista na medida em que busca alternativas ao modo de produção capitalista para escapar de seus processos de exclusão, dominação. Outro aspecto que consideramos relevante deste referencial é a possibilidade de evidenciar através de suas técnicas outros fatores, não somente os econômicos, cujas problematizações podem não ser tão freqüentes nos empreendimentos, como as questões sobre o modo de vida que estes constituem, os vínculos desenvolvidos com os outros cooperados, com a família, com os demais sujeitos da sociedade e a vida pública e principalmente consigo mesmo.

Neste sentido, a psicossociologia abordaria as relações subjetivas que são vivenciadas e construídas pelos trabalhadores e membros de uma organização, esta relação trabalho e sujeito se desdobrariam na questão da constituição da identidade deste.

No que diz respeito à constituição da identidade dos trabalhadores associados Svartman et. al. (2008, p.49) afirmam que

Embora muitos cooperados de muitas cooperativas país afora já se auto-identifiquem como sócios-trabalhadores, se coloquem nessa posição e lutem pelos interesses coletivos dessa 'classe em si' possivelmente podemos afirmar que o processo de constituição da identidade psicossocial do trabalhador, ou de cooperado, foi iniciado e esta em curso [...].

A partir do momento em que os membros das cooperativas se denominam como uma classe, o movimento ganha outro colorido, passa a ter uma consistência que corrobora com os dizeres de Marx sobre essas lutas com os burgueses e outras classes que exploram os trabalhadores, e ainda mais, engajam ainda mais os sujeitos no confronto com o capitalismo, pois os trabalhadores cooperados iniciam um processo de mobilização para satisfazer suas reivindicações e desejos.

Em segundo lugar, caberia destacar o fato de que os trabalhadores associados passaram a assumir sua identidade enquanto membro de um empreendimento coletivo e sua participação nesta iniciativa não seria apenas temporário, como um “bico”, encerrada quando este sujeito conseguisse um emprego formal na economia capitalista, consistiria numa ocupação a ser valorizada e desenvolvida junto de seus companheiros.

A Psicossociologia pode oferecer outras contribuições aos empreendimentos da Economia Solidária conforme assinalam Azevedo & Braga Neto & Sá (2008, v.18, p.243) ao se referir à relação entre os indivíduos e o coletivo de uma organização

É preciso reconhecer, portanto, que o dilema principal ao qual as organizações estão irremediavelmente imersas é o de, simultaneamente, favorecer a constituição de uma identidade coletiva e o exercício da singularidade e autonomia dos sujeitos.

O dilema mencionado pelos autores entre as tensões do coletivo para com o indivíduo assim como a questão da autonomia num empreendimento são caros tanto para os autores da Economia Solidária, como para o pensamento marxista e anarquista, e para autores da Psicologia que analisam os processos de trabalho numa organização.

Isso faz com que nos perguntemos sobre o porquê da importância e da incidência nos trabalhos acadêmicos e nas análises de atores veiculados ao movimento dos trabalhadores acerca da temática da autogestão dos sujeitos nos processos de trabalho e para a vida como um todo. Este cenário estaria demonstrando o descontentamento para com as formas de administração e controle exercidas pelas empresas, pelo aparelho estatal sobre a sociedade e apontando para maneiras de superá-las ou pelo menos amenizá-las.

Pensamos que apenas o tempo e a história dirão sobre o efeito dessas mobilizações dos trabalhadores contra a dominação e exploração perpetrada pelo modo de produção capitalista e pelos aparelhos estatais e a reivindicação de uma sociedade mais autônoma.

Retornaremos às contribuições do saber psicológico à Economia Solidária e ao movimento cooperativista e associativista. Trataremos da Psicodinâmica do Trabalho, outro referencial teórico deste campo de atuação que problematiza as organizações e os indivíduos.

A Psicodinâmica do Trabalho entende, assim como a Psicossociologia, que o trabalho é uma categoria central na constituição da identidade dos sujeitos, e acrescenta ainda em suas problematizações o fato daquele formar redes de relações afetivas e econômicas (HELOANI & ANCMAN, 2004, v.14, p. 78).

O enfoque das análises da psicodinâmica está voltado à questão da saúde mental dos trabalhadores que exercem uma atividade em uma organização. Segundo Veronese (2008) os processos de trabalho podem gerar tanto sofrimento e patologias como pode fomentar o desenvolvimento pessoal e o prazer dos indivíduos.

As análises empreendidas sobre a história do cooperativismo, os seus princípios e conceitos, e a sua intersecção com a Psicologia não haviam tocado até o momento na questão do sofrimento que o trabalho pode trazer ao sujeito e a preocupação com esse possível adoecimento, ou mesmo o quadro onde o trabalhador satisfeito com sua ocupação passa a gozar de uma qualidade de vida.

Presumimos que as questões trazidas pela Psicodinâmica do Trabalho são importantes na medida em que os sujeitos integrantes de um empreendimento cooperativo podem exercer atividades que lhes possibilitem prazer e o desenvolvimento de suas capacidades criativas e individuais.

É nesta contradição que a atuação do psicólogo se dará, criando estratégias para que o grupo de cooperados ou membros de uma organização possam debater sobre os problemas que a atravessam sejam eles econômicos, políticos, sociais, culturais, morais e religiosos e que o conjunto de opiniões seja ouvido para o estabelecimento de soluções (SVARTMAN et. al., 2008)

Dessa forma, um dos objetivos das práticas psicodinâmicas é instalar a noção de cuidado nos sujeitos que fazem parte de uma organização, e um cuidado não apenas quanto à saúde física, mas também e principalmente quanto à saúde mental.

Ainda sobre a questão do cuidado, Veronese (2008, p. 156) afirma que

[...] a noção de cuidado como uma relação em que a ação de um resulta do bem estar de outro. [...] o cuidado é uma categoria das mais importantes na psicologia posto que é condição de existência dos sujeitos e do mundo em que vivem. Cuidado de si, do outro e da natureza como constitutivos de práticas de liberdade e solidariedade.

O respeito a todas as formas de vida proposto pela psicodinâmica coaduna com os princípios da Economia Solidária no que diz respeito a um modo de produção sustentável que não agrida o meio ambiente nem explore os próprios homens. Mais uma vez podemos notar a sintonia entre o movimento social dos trabalhadores e os saberes que criticam os padrões hegemônicos de nossa sociedade e propõem alternativas a esse modelo de desenvolvimento.

Em se tratando das questões do cuidado e da saúde mental dos sujeitos visualizamos outra interface da atuação do psicólogo que vai em direção ao movimento cooperativista e associativista, como as estratégias desenvolvidas pelo Ministério da Saúde sobre as políticas acerca da Saúde Mental.

As políticas empreendidas pelo Ministério da Saúde contemplam um movimento social que extrapola este aparato do poder público que é a Reforma Psiquiátrica. Esta seria uma mobilização de profissionais da área da saúde, dos usuários de seus serviços, de seus familiares, de ONGs e outras instituições da sociedade civil que reivindicam o que Martins (2008) denomina de desinstitucionalização das pessoas dos hospitais psiquiátricos e o atendimento dos sujeitos com transtornos mentais a partir da estratégia dos CAPs³, privilegiando o cuidado em liberdade e a inclusão social⁴.

O Ministério da Saúde em parceria com a SENAES desenvolveu uma portaria instituindo a criação de Grupos de Trabalho de Saúde Mental e Economia Solidária conforme aponta Pacheco (2008, p.223) estes grupos teriam como objetivo: capacitar os usuários na formação de empreendimentos solidários e mapear todas estas iniciativas, assim como desenvolver uma Rede Brasileira de Saúde Mental e de Economia Solidária.

As práticas desenvolvidas pelas oficinas de geração e renda ligada aos serviços de saúde demonstram o caráter heterogêneo da Economia Solidária. Esta

³ O CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) é um equipamento do Sistema Único de Saúde que atua na área da Saúde Mental através de uma equipe interdisciplinar oferecendo consultas terapêuticas, medicações, oficinas aos seus usuários de modo a integrá-los a comunidade (PACHECO, 2008).

⁴ A questão da Reforma Psiquiátrica e os serviços oferecidos pelos CAPS não compõem o objeto de nosso trabalho, portanto não nos estenderemos por demais sobre essas temáticas. Para saber mais sobre essas questões consultar AMARANTE, P. *Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica* Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

seria capaz de engendrar diversos movimentos sociais e camadas da população que lutam por sua inclusão na sociedade.

A Saúde Mental, volta-se para sujeitos que apresentam diversas formas de exclusão e de discriminação social, por serem pobres e, por conseguinte estarem à margem do mercado, e ainda mais, por apresentarem transtornos mentais podem ser tutelados por serviços psiquiátricos, os quais retiram ainda mais a autonomia desses sujeitos.

Esses sujeitos e usuários dos serviços da Saúde Mental podem encontrar um porto seguro nos princípios da Economia Solidária cujos objetivos como demonstramos é o desenvolvimento de relações sociais igualitárias e solidárias e de indivíduos autônomos e os psicólogos atuariam nesta área não somente como profissionais clínicos e da saúde, mas também como assessores nas atividades produtivas de geração e renda.

Até o momento apontamos algumas possibilidades de intervenção da Psicologia para o campo da Economia Solidária, destacamos as articulações daquela com as organizações, com a clínica e com a área da Saúde Mental.

Problematizaremos a seguir a atuação do psicólogo nas práticas das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares cuja atuação está vinculada comumente a uma universidade.

As ITCPs são encontradas em diversas universidades privadas e públicas do país e são responsáveis pela incubação de inúmeros empreendimentos da economia solidária desde cooperativas de produção, de crédito, de habitação, até mesmo associações e bancos comunitários.

Segundo Bergonsi (2007) as ITCPs seriam constituídas a partir de atividades e programas de extensão e pesquisa das universidades, contando com uma equipe multidisciplinar, ou seja, pode abarcar além dos diversos saberes, contar com a presença de docentes, discentes e funcionários da instituição; já em relação ao objetivo de sua atuação a autora destaca que, consistiria na assessoria a formação e o desenvolvimento de empreendimentos cooperativos baseados nos princípios do cooperativismo e da Economia Solidária, o processo de incubação em si de um empreendimento.

Pelo fato de as ITCP contarem com uma equipe multidisciplinar suas estratégias e metodologias de ação e assessoria às cooperativas podem apresentar uma gama de possibilidades bem vasta quando seu escopo de áreas de conhecimento é heterogêneo, dessa forma conseguiriam atender às demandas dos grupos populares com as próprias ferramentas; no caso de a equipe contar com um número reduzido de pessoal e saberes, uma alternativa para suprir isto seria o intercâmbio de informações e profissionais com as demais ITCP que compõem a Rede Nacional, ou mesmo a assistência de outras instituições vinculadas a sindicatos, igrejas e o poder público.

Antes de apresentarmos uma das formas do processo em si de incubação e assim como, uma possibilidade de atividades a ser desempenhadas pelas ITCP junto aos empreendimentos, destacaremos algumas metodologias utilizadas por estes assessores.

Segundo Pereira (2007) duas estratégias de metodologia que podem ser utilizadas pelas ITCP seriam o Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) e o Método Altadir de Planificação Popular. O primeiro consiste num instrumento de comunicação realizado pela equipe em conjunto com os cooperados numa relação educativa onde os saberes locais e populares são os norteadores da estratégia para que o coletivo consiga viabilizar seu empreendimento sobre os princípios da Economia Solidária. Já a segunda metodologia é caracterizada por um planejamento das ações a serem desempenhadas pelos membros da associação tendo em vista um levantamento prévio das principais dificuldades e pontos fortes do grupo e a hierarquização das tarefas a serem cumpridas para solucioná-los.

Outra metodologia que pode ser utilizada é a dialética, onde os assessores e os cooperados buscam problematizar os conflitos e contradições presentes no empreendimento e na sociedade e num processo de interação entre os saberes teóricos e a práxis do grupo é mobilizar estratégias para resolver os problemas e os conflitos (LACERDA & SILVA, D, 2007).

Essas metodologias e outras mais são utilizadas na incubação e na assessoria dos empreendimentos. Este processo pode ser composto de diversas maneiras pelas ITCP. O mais usual apresenta as etapas de pré-incubação, onde é

examinada a viabilidade do projeto de negócio que os sujeitos desejam iniciar; e os conhecimentos que os indivíduos já possuem e aqueles que terão de ser apreendidos além da familiarização com os princípios do cooperativismo e da Economia Solidária (BERGONSI, 2007).

Depois dessa fase quando o empreendimento é instituído e começa a operar é iniciada a incubação em si, ainda segundo Bergonsi (2007, p. 26)

A etapa denominada incubação, só começa após a constituição da organização cooperativa enquanto pessoa jurídica, e ocorre durante um período que pode ir de 18 a 24 meses. A consolidação cooperativa é composta por uma série de oficinas de trabalho visando a análise de cenários de negócios; as estratégias de participação e a educação cooperativa; o plano estratégico e de negócio cooperativo, a gestão organizacional, a gestão financeira e de pessoal; as estratégias de *marketing cooperativo*; os sistemas de controle; a organização em rede [...].

Como podemos notar, o processo de incubação envolve diversas etapas e funções e por isso uma equipe multidisciplinar se faz necessária, por se tratar de questões de Publicidade, Administração, Economia, Direito, Contabilidade.

As noções fundamentais nesses espaços educativos são a troca e o diálogo conforme assinalam (LACERDA & SILVA, 2007; PEREIRA, J. 2007; OLIVERI, 2005). Em primeiro lugar, essas práticas de ensino não se dão como as formas tradicionais onde há um espaço delimitado para ocorrer a aprendizagem; não há uma relação de poder entre os atores e sim uma relação horizontal em que os papéis de educadores e educandos são constantemente trocados.

Um exemplo desses espaços educativos são os círculos de cultura, baseados nos conceitos e práticas da educação popular que vão ao encontro com as relações de troca e diálogo expostas acima e contemplariam também as noções de conscientização política dos trabalhadores para conquistarem sua emancipação (PEREIRA, A; & CARVALHO; & LADEIA, 2008)

Ainda segundo Ana Pereira & Carvalho & Ladeia (2008, p. 145) os objetivos destes círculos de cultura seriam:

[...] potencializar os educandos para se expressarem nos espaços coletivos como reuniões, conselhos e assembléias, contribuindo para a consolidação de relações democráticas; possibilitar movimentos de ruptura com a alienação presente nas relações de trabalho do modo de produção capitalista, potencializando a atividade criativa dos educandos e reconstruindo a relação homem-trabalho.

Os círculos de cultura podem ser uma amostra das estratégias de metodologia dialética, por conciliarem na atuação do psicólogo e outros membros da equipe, a problematização das relações de trabalho alienadas, oriundas da exploração dos sujeitos pelo capitalismo e por reivindicarem outros modos de produção em que o indivíduo seja a questão fundamental, e possa conquistar sua autonomia pelo seu próprio trabalho.

Apontamos uma das facetas que a assessoria de psicólogos e outros profissionais podem apresentar nas ITCP e nos empreendimentos nas diversas atividades que exercem, contudo, como a realidade é cheia de movimentos contraditórios e de negações, cabe assinalar outra faceta que pode transparecer nestas atuações e diz respeito a formas de tutela e controle dos assessores em relação aos cooperados.

Como aponta Godwin (1981) a sabedoria das relações de educação está no estímulo dado aos seus atores para que consigam caminhar com suas próprias pernas e ferramentas, e quando este estímulo é retirado iniciamos um processo negativo, onde os sujeitos são outorgados a utilizar determinados instrumentos contra sua vontade e dessa forma são impossibilitados de usufruir de sua liberdade de opinião e expressão.

Ainda sobre essa questão da assessoria e dos cooperados pautadas pela falta de autonomia, encontramos os apontamentos de Oliveri (2005, p. 94)

A autonomia dos trabalhadores, em relação aos agentes externos, em muitos casos iniciados com um intento de autogestão, é dificultada pela mistura de papéis das próprias entidades de assessorias e dos trabalhadores, que, mesmo tendo um discurso libertário, nas micro-relações do cotidiano deixam-se levar pelo mais prático. Isso às vezes, significa deixar que a assessoria encaminhe, resolva e decida. Assim o princípio da autogestão vai sutilmente sendo esvaziado.

Esta situação pode abalar a relação entre os assessores e os cooperados, como todo o empreendimento, uma vez que os princípios da autonomia, democracia, solidariedade são rompidos e nos depararíamos com as estruturas das empresas capitalistas, onde haveriam relações verticalizadas de dominação e exploração, com alguns poucos sujeitos donos dos saberes e dos capitais.

Nossa problematização acerca da psicologia junto ao movimento dos trabalhadores e da Economia Solidária esteve voltada para esta polarização entre

uma prática orientada e compromissada com os interesses do patrão e do capitalismo, como a da Psicologia Industrial e de outra vertente que atua em conjunto com os movimentos sociais criando alternativas para esses processos de exclusão, visando um sujeito mais autônomo, capaz de sentir prazer na sua atividade produtiva e preocupado com sua saúde mental e de seus companheiros.

(IN) CONCLUSÃO: algumas implicações e perspectivas para o movimento cooperativista e associativista

Depois de termos examinado a história do movimento cooperativista e associativista a partir de suas relações com o modo de produção capitalista, das iniciativas desenvolvidas por anarquistas, marxistas e pela Economia Solidária e as contribuições do saber da psicologia a este movimento. Pensamos que os empreendimentos formados pelas camadas populares representam um exemplo da nossa realidade contraditória. Isso porque, nestas trajetórias pudemos encontrar instrumentos que poderiam dar continuidade e até mesmo uma nova roupagem ao capitalismo. Observamos também, processos de trabalho, princípios e valores que teriam a capacidade de superar e eliminar o modo de produção capitalista criando outro projeto social mais justo, solidário e autônomo.

A respeito da primeira possibilidade, a constituição do movimento cooperativista e associativista como um subproduto e efeito do capitalismo se mostrou a partir das capturas e cooptações dos princípios e conceitos de gestão empreendida pelas empresas privadas, como também pela criação de simulacros de cooperativas para burlar a legislação trabalhista.

Outro processo de cooptação diz respeito aos próprios empreendimentos cooperativos, na medida em que estes se desviavam dos princípios do cooperativismo ao contratarem mão de obra assalariada, estruturando-se a partir de conceitos chaves do modo de produção capitalista.

Ainda sobre a reprodução do sistema capitalista pelas cooperativas e associações, podemos citar mais dois fatores que se complementariam. Os empreendimentos populares ao disputarem espaço nos mercados com as empresas privadas para viabilizar seus negócios de certa forma dariam continuidade as relações de concorrência e não privilegiariam as noções de solidariedade e cooperação. O outro fator desse processo encontra-se na própria geração de trabalho e renda para os sujeitos excluídos do mercado cuja participação e inclusão

na economia poderiam transformá-los em consumidores dos produtos capitalistas e mais uma vez a roda giraria a favor deste modelo.

Como vemos, esse processo de inclusão dos sujeitos e disputa por espaço no mercado se complementa e demonstram a característica contraditória dos empreendimentos populares, e, acima de tudo, como as relações de produção atualmente não se constituem de forma simples, mas abarcariam em seu escopo uma série de fatores complexos que não se podem deduzir facilmente.

Os princípios de captura e cooptação do cooperativismo demonstram a complexidade das relações de produção, pois o modo capitalista que originariamente se disseminou por práticas e princípios que se norteavam pela concorrência, individualismo e egoísmo contemplariam agora em seu escopo as noções de trabalho coletivo, autonomia, co-gestão, empreendedorismo.

Essa mudança apresenta também uma reverberação na própria constituição dos sujeitos, isso porque o trabalhador moldado pelo fordismo e taylorismo como um indivíduo passivo e massificado teria que se transformar num sujeito com outras ferramentas como a criatividade, iniciativa e cooperação.

Com efeito, a resolução desta contradição em nossa opinião, caberia à organização da sociedade, no sentido em que os sujeitos incomodados com as condições de vida e trabalho disseminadas pelo capitalismo se mobilizassem para tentar senão derrubá-lo, mas ao menos miná-lo com práticas coletivas como já fizeram e vêm fazendo criando táticas e estratégias e reanimando a chama de suas utopias ativas para que um dia elas possam adquirir consistência e existência na realidade.

Na contramão dessas formas de conluio, o movimento cooperativista e associativista como demonstraram nossas análises vem desenvolvendo estratégias que produziram subsídios para que os sujeitos tentassem derrubar e suprimir o capitalismo, tendo como base os princípios da Economia Solidária e do cooperativismo, os diversos empreendimentos populares, como as cooperativas de produção, consumo, habitação, os bancos populares, os clubes de troca.

Demos visibilidade para algumas estratégias já empregadas pelo movimento cooperativista e associativista, como as redes de colaboração solidária e os

complexos de tarefas equilibradas, que em nossa opinião conseguem minimamente eliminar o modo de produção capitalista e que se forem estimuladas e aperfeiçoadas poderiam conquistar inúmeros efeitos.

Pensamos também que os conceitos e princípios como a autogestão, a solidariedade e a cooperação desenvolvidos e disseminados pelo movimento cooperativista e associativista sejam uma estratégia chave para alcançar a superação das formas de produção capitalista, pelo fato de que eles contêm uma potência de criação que este não consegue apropriar por completo.

Essa resistência pode ser agenciada nos sujeitos e movimentos coletivos a partir de sua insatisfação com o modo de produção capitalista e as relações individualizadas, alienadas, a busca desenfreada por dinheiro e poder, o desrespeito com as formas de vida e o desenvolvimento de relações econômicas sem prioridade para o crivo monetário.

Outro aspecto que as resistências dos sujeitos e coletivos podem abarcar são as questões das sociabilidades, e neste sentido, nos deparamos com a composição de sujeitos ativos que se inquietam frente às relações instituídas pela sociedade e buscam inventar novos modos de trabalhar, pensar, amar, sentir, conviver com os outros e com o mundo, se pautando pelos princípios da autogestão, cooperação e solidariedade e ainda mais respeitando as opiniões e diversidades que o corpo social pode vir a desenvolver.

Os psicólogos através de suas atuações podem dar passagem a essa potência de criação dos coletivos e dos movimentos sociais, em especial o movimento cooperativista e associativista, e neste sentido, pensamos que os referenciais e práticas da Análise Institucional podem auxiliar tal empreitada.

Pensamos que as práticas *psi* são políticas e produzidas historicamente e o embasamento teórico da Análise Institucional intervém sobre e a partir dos conflitos e contradições sociais de forma a não dobrá-los para dentro de si mesmos, desse modo conecta-os diretamente com o mundo para que os sujeitos (coletivos) criem práxis transformadoras da realidade que, às vezes, se torna insuportável de ser experimentada como quando é repleta de relações de exploração, dominação e expropriação e o cooperativismo para nós seria um dos exemplos desenvolvidos

para escapar dessas relações intoleráveis e instituídas que insistem e persistem em conduzir a vida.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P, P. *Associativismo* In: CATTANI, A, D. (org.) *A outra economia* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ALVEZ, F. *Políticas Públicas de apoio à economia solidária no Brasil: algumas reflexões à luz da experiência do ABC paulista* IN: FRANÇA FILHO, G, C; & LAVILLE, J, L; & MEDEIROS, A; & MAGNEM, J, P. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. (Série Sociedade e Solidariedade)

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho 1ª Ed.* São Paulo: Boitempo, 1999.

ARIÈS, P. *História da vida privada, Volume 03: Da Renascença ao Século das Luzes/ organização Roger Chartier; tradução Hildegard Feist* São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ARRUDA, M. *Socioeconomia Solidária* In: CATTANI, A, D. (org.) *A outra economia* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ARSHINOV, P. *O anarquismo de Mahkno na prática* In: WOODCOK, G. *Os grandes escritos anarquistas* Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

AZEVEDO, C, S; & BRAGA NETO, F, C; & SÁ, M, C. *Indivíduo e a mudança nas organizações de saúde: contribuições da Psicossociologia* Cadernos Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2002. Volume 18, Número 01, PP. 235-247 ISSN 0102-311X. Disponível em: <WWW.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-311X2002000100024&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 05/06/2011 às 20h08min.

BAKUNIN, M. *O que é autoridade* In: WOODCOK, G. *Os grandes escritos anarquistas* Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

BANCAL, J. *Proudhon: Pluralismo e Autogestão Tomo I-Fundamentos* Brasília: Editora Novos Tempos, 1984.

BARBOSA, R, N, C. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil* São Paulo: Cortez, 2001.

BARTHES, R. *Sade, Fourier, Loyola /Roland Barthes ; tradução: Mário Laranjeira* São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Brasiliense, 1990.

BERGONSI, S, S, S. *Estrutura e funcionamento da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná ITCP-UFPR* In: BERGONSI, S, S, S; & LACERDA, G, B. (orgs.) *Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: métodos e abordagens* Curitiba: PROEC, 2007.

BERTHIER, R. *Concepções anarco-sindicalistas da autogestão* In: LEVAL, G; BERTHIER, R; MINTZ, F. *Autogestão e anarquismo / Gaston Leval, René Berthier, Frank Mintz; tradução de Plínio Augusto Côelho* São Paulo: Editora Imaginário, 2002.

BOGARDUS, E. *Princípios da Cooperação* Rio de Janeiro: Lidador, 1964.

BORKENAU, F. *Uma comuna andaluz* In: WOODCOK, G. *Os grandes escritos anarquistas* Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista / Editor Tom Bottomore; Co-editores Laurence Harris, V. G. Kiernan, Ralph Miliband; tradução Waltensir Dutra 2ª Ed.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII / Fernand Braudel; tradução Telma Costa* São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRESCIANI, M, S, M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza* São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRONISLAW, G. *O marginal* In: GOFF, J. (direção) *O homem medieval / Direção Jacques Le Goff; tradução Maria Jorge Vilar de Figueiredo* Lisboa: Editorial Presença, 1989.

CANÇADO, A, C. *Para uma apreensão de um conceito de cooperativa popular* In: CANÇADO, A, C; & PEREIRA, J, R; & SILVA, J, T. *Economia Solidária, cooperativismo popular e autogestão: as exigências de Palmas – TO* Palmas: NESOL, UFT, 2007.

CANDEIAS, C, N, B. *Economia Solidária, desenvolvimento local: a construção de círculos virtuosos* In: CANDEIAS, C, N, B. *Economia Solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos / organização Cesar Nonato Bezerra Candeias, José Brandau Macdonald e José Francisco de Melo Neto* Maceió: Edufal, 2005.

CATTANI, A, D. *Emancipação Social* In: _____. (org.) *A outra economia* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CRUZ, M, C, M, T. *Cooperação intermunicipal: a experiência paulista como instrumento para o desenvolvimento local* IN: DOWBOR, L. (org.) *Políticas para o desenvolvimento local* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

DEMO, P. *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 1998.

_____. *Solidariedade como efeito de poder* São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2002. (Coleção Perspectiva; Volume 06)

DOBB, M. *A evolução do capitalismo / Maurice Dobb; tradução de Affonso Blacheyre; revisão de Cássio Fonseca* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

DUVIGNAUD, J. *A solidariedade: laços de sangue, laços de razão / Jean Duvignaud; tradução de Vaco Casimiro* Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

EISENBERG, J. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.

FERREIRA, E. *A cooperação no MST: da luta pela terra a gestão coletiva dos meios de produção* In: SINGER, P. & SOUZA, A, R. (Org.) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

FRANÇA FILHO, G, C. *Economia Solidária: uma abordagem internacional* / Genauto Carvalho de França Filho e Jean-Louis Laville Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

_____. *Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação* IN: FRANÇA FILHO, G, C; & LAVILLE, J, L; & MEDEIROS, A; & MAGNEM, J, P. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. (Série Sociedade e Solidariedade)

FURQUIM, M. C. A. *A cooperativa como alternativa de trabalho*. São Paulo: LTr, 2001.

GODWIN, W. *Os males de um ensino nacional* In: WOODCOK, G. *Os grandes escritos anarquistas* Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

GUIMARÃES, G. *Subvertendo e construindo o imprevisível* In: _____. (org.) *Sindicalismo e Cooperativismo: a Economia Solidária em debate* São Paulo: Unitrabalho, 19??.

GURVITCH, G. *Proudhon e Marx II: uma confrontação* / Georges Gurvitch; tradução de Luiz Cary Editora Presença, 19??.

HAUSER, A. *Historia social da Arte e da Literatura* / Arnold Hauser; tradução Álvaro Cabral São Paulo: Martins Fontes, 1998 – (Paidéia).

HEERS, J. *O trabalho na Idade Média* / Jacques Heers; tradução de Cascais Franco 2ª Ed. Porto: Publicações Europa-América, 1980.

HELOANI, R; & ANCMAN, S. *Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação* Produção [online]. 2004, Volume 14, Número 03, PP. 77-86. ISSN 0103-6513 Disponível em: <WWW.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0103-65132004000300009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 20/06/2011 às 20h08min.

ICAZA, A, M, S. *Políticas públicas e economia solidária no Rio Grande do Sul* IN: FRANÇA FILHO, G, C; & LAVILLE, J, L; & MEDEIROS, A; & MAGNEM, J, P. *Ação*

pública e economia solidária: uma perspectiva internacional Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. (Série Sociedade e Solidariedade)

ICAZA, A, M, S. & TIRIBA, L. *Economia Popular* In: CATTANI, A, D. (org.) *A outra economia* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

JESUS, P. & TIRIBA, L. *Cooperação* In: CATTANI, A, D. (org.) *A outra economia* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

JOLL, J. *Anarquistas e anarquismo* Lisboa: Dom Quixote, 1977.

KONDER, L. *Fourier, o socialismo do prazer* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil 2ª Ed.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KROPOTKIN, P. *A Comuna de Paris, 1871* In: WOODCOK, G. *Os grandes escritos anarquistas* Porto Alegre: L&PM Editores, 1981a.

_____. *Considerações sobre o sistema de salários* In: WOODCOK, G. *Os grandes escritos anarquistas* Porto Alegre: L&PM Editores, 1981b.

LACERDA, G, B; & SILVA, D, D, P. *Problematizando o trabalho com grupos populares: as ações de pré-incubação da ITCP-UFPR* In: BERGONSI, S, S, S; & LACERDA, G, B. (orgs.) *Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: métodos e abordagens* Curitiba: PROEC, 2007.

LECHAT, N. *Economia Moral* In: CATTANI, A, D. (org.) *A outra economia* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LECHAT, N. & SCHIOCHET, V. *Economia da dívida* In: CATTANI, A, D. (org.) *A outra economia* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LEFEBVRE, H. *O marxismo / Henri Lefebvre; tradução J. Guinsburg 5ª Ed.* São Paulo: Difel, 1979.

LESER, S. *Por que economia solidária? Por que Psicologia?* In: CORTEGOSO, A, L; & LUCAS, M, G. (org.) *Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

LEVAL, G. *Concepções construtivas do socialismo libertário* In: LEVAL, G; BERTHIER, R; MINTZ, F. *Autogestão e anarquismo / Gaston Leval, René Berthier, Frank Mintz; tradução de Plínio Augusto Côelho* São Paulo: Editora Imaginário, 2002.

MALATESTA, E. *Sindicalismo: a crítica de um anarquista* In: WOODCOK, G. *Os grandes escritos anarquistas* Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

MANCE, E, A. *Como organizar redes solidárias* Rio de Janeiro: DP&A, Fase, 2002a.

_____. *Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação* Petrópolis: Vozes, 2002b.

MARTINS, R, C, A. *Saúde Mental e Economia Solidária: construção democrática e participativa de políticas públicas de inclusão social e econômica* In: CORTEGOSO, A, L; & LUCAS, M, G. (org.) *Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro Primeiro: O Processo de produção do Capital Volume 01 / Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'anna* Rio de Janeiro: Centro do Livro Brasileiro, 19??.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas / Karl Marx; tradução de João Maia; revisão por Alexandre Addor* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos / Karl Marx; seleção de textos de José Arthur Giannotti; tradução de José Carlos Bruni et. al 2ª Ed.* São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

MARX, K; & ENGELS, F. *Obras Escolhidas Volume 01* São Paulo: Alfa-Omega, 19??.

MEDEIROS, A; & GERVAIS, A, M, D. *O apoio ao desenvolvimento da economia popular e solidária: a política pública em construção em Recife* IN: FRANÇA FILHO, G, C; & LAVILLE, J, L; & MEDEIROS, A; & MAGNEM, J, P. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. (Série Sociedade e Solidariedade)

MICCOLI, G. *Os monges* In: GOFF, J. (direção) *O homem medieval / Direção Jacques Le Goff; tradução Maria Jorge Vilar de Figueiredo* Lisboa: Editorial Presença, 1989.

MINTZ, F. *Apresentação* In: LEVAL, G; BERTHIER, R; MINTZ, F. *Autogestão e anarquismo / Gaston Leval, René Berthier, Frank Mintz; tradução de Plínio Augusto Côelho* São Paulo: Editora Imaginário, 2002.

MONATTE, P. *Em defesa do sindicalismo* In: WOODCOK, G. *Os grandes escritos anarquistas* Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

NAKANO, M. *ANTEAG: autogestão como marca*. In: SINGER, P. & SOUZA, A, R. (Org.) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003

NETO, J, F, M. *Autogestão* In: CANDEIAS, C, N, B. *Economia Solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos / organização Cesar Nonato Bezerra Candeias, José Brandau Macdonald e José Francisco de Melo Neto* Maceió: Edufal, 2005.

NICOLADELI, S, L. *Direito e autogestão: a solidariedade como elemento indutor de uma outra economia* Curitiba: Instituto Memória, 2009.

OLIVEIRA, C, R. *História do trabalho* São Paulo: Editora Ática, 1991. (Série Princípios)

OLIVERI, A. *Empoderamento para a participação através do trabalho* In: CANDEIAS, C, N, B. *Economia Solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos / organização Cesar Nonato Bezerra Candeias, José Brandau Macdonald e José Francisco de Melo Neto* Maceió: Edufal, 2005.

PACHECO, J, L. *Inclusão social através do trabalho* In: CORTEGOSO, A, L; & LUCAS, M, G. (org.) *Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PANZUTTI, R. *Cooperativa: um empreendimento participativo / Ralph Panzutti organizador 2ª Ed.* São Paulo: OCESP, SESCOOP, 2005.

PEREIRA, A, C, L; & CARVALHO, A, M, R; & LADEIA, C, R. *Círculos de Cultura: um espaço de educação na cooperativa* In: CORTEGOSO, A, L; & LUCAS, M, G. (org.) *Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PEREIRA, J, R. *Considerações metodológicas sobre o processo de incubação de cooperativas populares* In: CANÇADO, A, C; & PEREIRA, J, R; & SILVA, J, T. *Economia Solidária, cooperativismo popular e autogestão: as exigências de Palmas – TO* Palmas: NESOL, UFT, 2007.

PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros / Michelle Perrot; tradução de Denise Bottmann* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINHO, D, B. *Economia e Cooperativismo* São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. *O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária* São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais no Estado Capitalista Volume 01* Porto: Portucalense Editora, 1971.

PROUDHON, P, J. *O nascimento da anarquia: a morte da propriedade* In: WOODCOK, G. *Os grandes escritos anarquistas* Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

_____. *A velha e a nova sociedade* In: WOODCOK, G. *Os grandes escritos anarquistas* Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

RAGO, L, M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RÉMOND, R. *Introdução à história de nosso tempo Volume 02: O século XIX – 1815-1914 / René Rémond; tradução de Frederico Pessoa de Barros* São Paulo: Editora Cultrix, 1976.

RIGO, A, S. *O desafio da autogestão* In: CANÇADO, A, C; & PEREIRA, J, R; & SILVA, J, T. *Economia Solidária, cooperativismo popular e autogestão: as exigências de Palmas – TO* Palmas: NESOL, UFT, 2007.

ROSSIAUD, J. *O cidadão e a vida na cidade* In: GOFF, J. (direção) *O homem medieval / Direção Jacques Le Goff; tradução Maria Jorge Vilar de Figueiredo* Lisboa: Editorial Presença, 1989.

SANSON, C. *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial* In: Cadernos IHU – Unisinos. São Leopoldo, Ano 08, Número 32, 2010.

SANTOS, C, A, G. et. al. *Uma experiência de trabalho associado em uma Cooperativa de Psicologia* In: CORTEGOSO, A, L; & LUCAS, M, G. (org.) *Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

SCHMIDT, D; & PERIUS, V. *Cooperativismo – cooperativa* In: CATTANI, A, D. (org.) *A outra economia* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SCHWENGBER, A, M; & PRAXEDES, S, F; & PARRA, H, Z. *Programa oportunidade solidária: construindo uma política pública de economia solidária* IN: FRANÇA FILHO, G, C; & LAVILLE, J, L; & MEDEIROS, A; & MAGNEM, J, P. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. (Série Sociedade e Solidariedade)

SILVA, F, G; & CARVALHO, E, F, B; & IWAMOTO, H, M. *Oficina de trocas solidárias: a experiência no NESOL/UFT no movimento pela vida Taquaraçu, Distrito de Palmas – TO* IN: CANÇADO, A, C; & PEREIRA, J, R; & SILVA, J, T. *Economia*

Solidária, cooperativismo popular e autogestão: as exigências de Palmas – TO
Palmas: NESOL, UFT, 2007.

SILVA JÚNIOR, J. T. *Os bancos comunitários como instrumento de desenvolvimento socioeconômico de territórios: investigando as singularidades destas experiências de finanças solidárias* IN: CANÇADO, A, C; & PEREIRA, J, R; & SILVA, J, T. *Economia Solidária, cooperativismo popular e autogestão: as exigências de Palmas – TO*
Palmas: NESOL, UFT, 2007.

SINGER, P. *Uma utopia militante: repensando o socialismo* Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Introdução à Economia Solidária 1ª Edição* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. *Economia Solidária* In: CATTANI, A, D. (org.) *A outra economia* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a.

_____. *Economia Solidária: um modo de produção e distribuição* In: Singer, P. (org.) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego* São Paulo: Contexto, 2003b.

_____. *É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?* Brasília: MTE-SENAES, 2004.

_____. *SENAES – Uma experiência brasileira de economia solidária Recife* IN: FRANÇA FILHO, G, C; & LAVILLE, J, L; & MEDEIROS, A; & MAGNEM, J, P. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. (Série Sociedade e Solidariedade)

SOUZA, A, R. *Os empreendimentos comunitários de São Paulo* In: SINGER, P. & SOUZA, A, R. (org.) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego* São Paulo: Contexto, 2003.

STRAYER, J, R. *As origens medievais do Estado Moderno / Joseph R. Strayer;*
tradução de Carlos da Veiga Ferreira Lisboa: Gradiva, 1969.

SVARTMAN, B, P. ET. AL. *Reflexões sobre as condições psicossociais do exercício da autogestão* In: CORTEGOSO, A, L; & LUCAS, M, G. (org.) *Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

TIRIBA, L. *A economia solidária no Rio de Janeiro: tecendo fios de uma nova cultura do trabalho* In: SINGER, P. & SOUZA, A, R. (org.) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego* São Paulo: Contexto, 2003.

TODESCHINI, R. *Empreendimentos solidários em expansão* In: GUIMARÃES, G. (org.) *Sindicalismo & cooperativismo: a economia solidária em debate* São Paulo: Unitrabalho, 19??.

TORRES, J, C, B. *Figuras do Estado Moderno* São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

VAINER, C. *O presente de um futuro possível* In: GUIMARÃES, G. (org.) *Sindicalismo & cooperativismo: a economia solidária em debate* São Paulo: Unitrabalho, 19??.

VÁSQUEZ, A, S. *Filosofia da práxis 2ª Ed.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VERONESE, M, V. *Psicologia social e Economia Solidária* Aparecida: Idéias & Letras, 2008.

WALTER, N. *Do anarquismo / Nicolas Walter; tradução Julio Carrapato* São Paulo: Imaginário, 2000.

WAUTIER, A, M. *Economia Social na França* In: CATTANI, A, D. (org.) *A outra economia* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo / Max Weber; tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi.* São Paulo: Pioneira, 1967.

WOODCOK, G. *Sindicalismo, uma definição* In: _____. *Os grandes escritos anarquistas* Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

ZOLL, R. *O que é solidariedade hoje?* / Rainer Zoll; tradução de Ulrich Dressel Ijuí: Editora Unijuí, 2007.